INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA – CENTRO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS – VOL. 16 – Nº 10 – 15 DE OUTUBRO DE 1996 – R$ 6.00

AGROANALYSIS

A REVISTA DE ECONOMIA AGRÍCOLA DA FGV

As 100 maiores empresas do agribusiness — 1996

O desempenho das cooperativas

ICMS — menos impostos, mais divisas

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
IBRE

ISSN 0010-4298
10
9 770010 429962


Nada como ser
cliente do banco
onde o mais
importante é você.
1
2
3
BRASIL
GOVERNO FEDERAL



CORTESIA DA
EDITORA DA
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

DNA

BB. Você em 1º lugar.

Se você reparar bem, todos os bancos oferecem produtos e serviços semelhantes. O que faz a diferença é a atenção que você recebe.

O Banco do Brasil trabalha sempre pensando em você.

Você quer, você tem. Todas as opções de investimento com a maior rentabilidade e segurança. Você precisou, está na mão. Os mais eficientes serviços à sua inteira disposição.

Você fala, o Banco atende.

Dia e noite, os mais avançados recursos da tecnologia bancária facilitam a sua vida.

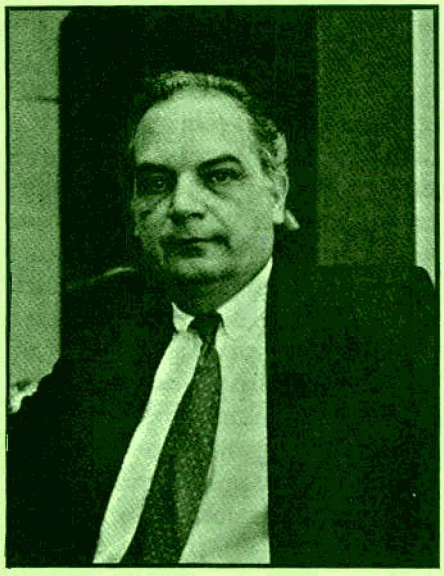
E aonde você for, o BB vai com você. Em todo o país, são quase 5.000 pontos de atendimento.

Essa atenção faz a maior diferença. E garante que, aqui, você está sempre em primeiro lugar.

BANCO DO BRASIL

http://www.bancobrasil.com.br

Hora de mudar



Guilherme Dias

O prof. Guilherme Leite da Silva Dias, secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, foi entrevistado pela equipe de Agroanalysis *em janeiro de 1995. Naquela ocasião, ele afirmou que havia uma certa urgência de colocar em prática medidas que pudessem ajudar a produção. De lá para cá, confirmou-se sua opinião de que "a abertura comercial é totalmente incompatível com uma política de preços mínimos". Nesta segunda entrevista, o prof. Guilherme Dias trata da complexa transição pela qual passa a agricultura brasileira.*

■ *Uma reforma profunda está se operando na política agrícola. Quais as linhas gerais dessa reforma?*

— O traço básico da política é incorporar as mudanças de caráter estrutural que estão ocorrendo no país, ao longo dos anos 90. Há o problema da abertura econômica, que limita os instrumentos tradicionais de intervenção comercial do governo, como a política de preços mínimos; outra mudança é o reposicionamento do Estado em relação ao mercado, um processo mais amplo, de caráter político. Supôs-se um Estado indutor, provedor das poupanças necessárias para a empresa privada e por assim dizer dono do sistema de crédito rural que estava gerenciando diretamente todo esse problema. Tudo isso deve mudar em função do reposicionamento político mais amplo do Estado diante do mercado.

■ *Então o governo não será mais comprador nem de última instância? Que instrumentos vão substituir o preço mínimo, quando se sabe que às atuais taxas de juros os compradores não estão dispostos a formar estoques de produtos nos meses de safra?*

— Deve ser dado o devido tempo para a transição. O governo não pode sair dos preços mínimos. Nem acho que isso seja possível do ponto de vista legal. Pela relação legal, ao anunciar um preço mínimo, o governo está dando uma garantia. Existem problemas mais complexos do que esse. O governo vai sair, já neste ano, da comercialização da safra de inverno e do mundo de facilidades implícito na relação EGF/cov, equivalência-produto e outras concessões que foram sendo feitas ao longo do tempo. Aceita-se o risco comercial com muita facilidade. Assume-se isso muito cedo dentro do ciclo agrícola, e por isso toda a estrutura de comercialização está, num certo sentido, viciada.

O mercado de trigo é um caso típico desse gênero. As questões de qualidade do produto e a relação disso com os interesses do consumidor e do processador de trigo são óbvias na diversificação do mercado de consumo de trigo, onde o pão ainda é o produto mais importante, mas não o único, e onde mesmo no caso do pão existem grandes diferenciações no mercado final. Para cada diferenciação do produto final existe outra de qualidade da matéria-prima. Na competição por massas e sofisticações na cadeia do trigo, a importância da qualidade é decisiva. A política de monopólio da comercialização praticada pelo governo há não sei quantos anos neutralizou qualquer elemento que influísse na decisão do produtor sobre como produzir, o que produzir, quando produzir, além de qualquer consideração sobre qualidade.

Se o governo estiver garantindo o preço mínimo ou EGF/cov com as características de classificação embutidas no sistema vigente no Sul do país, no Paraná e no Rio Grande do Sul principalmente, não há como sanar esse vício, porque, quando os produtos vão ser classificados por EGF, todos eles são de tipo superior, tipo 1; mas, sempre que vamos vender os estoques, é tudo tipo 3, a pior classificação possível. É uma antiga história segundo a qual o risco não existe para o produtor nem para a estrutura de comercialização, mas fica para o governo. É isso que se quer mudar, num primeiro estágio. Não a idéia de que não existe garantia. No ano passado comprou-se mais que nunca no país, somando a equivalência-produto, garantida e assumida no custeio agrícola, e depois as compras diretas feitas ainda em cima do processo. Nunca tínhamos adquirido 12 milhões de toneladas como aconteceu no ano passado. Isso quer dizer que o sistema ainda está de pé, mas com essas diferenças.

■ *O governo quer sair do mercado dos estoques para seguir uma reforma na direção correta. Quais são as resistências a essa mudança?*

— A resistência vem da tradição. É que a mudança no processo quer dizer que a transferência do risco passa para o setor privado. Em Goiás, temos tido algumas reuniões muito interessantes, onde se percebe que o produtor também tem um conceito muito negativo do armazenador, e por isso achava muito confortável ter o Estado entre si e o armazenador. Agora não vai haver mais EGF/cov, e na comercialização de soja e milho do ano que vem os produtores vão ter que ficar com o risco da escolha da armazenagem. Estão totalmente desprotegidos, acham que é uma traição, segundo o padrão das relações anteriores, e ainda não estão mobilizados para enfrentar a estrutura dos armazenadores. Existe essa rejeição tanto por parte dos produtores como, obviamente, por parte dos armazenadores. Mas estes estão também numa relação de conflito tão forte com a Conab e o Banco do Brasil que realmente acho que, hoje em dia, a resistência às mudanças não vem tanto deles, porque não é diferente da reação que já oferecem aos padrões de controle estabelecidos em 1992 pela política da Conab e do Banco do Brasil, e em nome dos quais já temos mais da metade dos armazéns descredenciados.

■ *É possível manter a política de crédito rural, mesmo acabando com a garantia de preços mínimos, eliminando EGF/cov e a equivalência-produto?*

— Não será mais o mesmo crédito rural, e seguramente isso nos lança numa fase completamente diferente em relação ao passado. A retirada desses elementos altera substancialmente a operação de crédito rural. Estamos num momento em que também a crise bancária mostra a necessidade dessa mudança. Os bancos querem se retirar dessa política agrícola, como se todos pudessem fazer isso simultaneamente. Como se todo mundo pudesse abandonar uma atividade produtiva que é vital para o país. É evidente que isso vai ser preenchido por uma nova estrutura surgida desse processo, uma acomodação.

A mudança no processo agrícola quer dizer que a transferência do risco passa para o setor privado.

■ *E quem vai ganhar na queda-de-braço entre o ministério e o Banco do Brasil, que insiste em dispor dos próprios recursos de equalização como condição para emprestar para a agricultura?*

— Esse é um problema que depende do governo como um todo. Que a situação dos bancos e sua saída da crise pós-estabilização econômica são problemas complexos e de governo, não há dúvida. O problema que se coloca para esse governo é que, se houve agora um aporte de capital para os bancos, esse não foi um aporte de capital de giro para resolver problemas de carteira de crédito do outro lado. Foi um aporte generalizado, considerando a situação patrimonial dos bancos. Da mesma maneira, acho que deve haver um procedimento relativo ao crédito rural. Quer dizer, não temos que estabelecer que a operação de crédito rural tenha uma cunha parafiscal específica da política agrícola. Quando o problema diz respeito ao banco, não diz respeito à operação agrícola. O custo e o risco da operação de crédito rural são problemas operacionais do banco. O risco é da carteira que o banco criou com a tradição do crédito anterior, da forma como foi dado o crédito, de menos de 10 anos para cá, onde há uma degeneração dos critérios de concessão dentro do processo. A agricultura mudou muito mais do que os procedimentos dentro da carteira, e foi isso que provocou o sério problema que se vê agora. Então é preciso atrelar os problemas: o banco precisa de um tempo para realizar a transição do que era antes para o que pode vir a ser ao longo desse processo. Não é preciso atrelar esses apoios do banco à carteira de crédito rural; eles podem ser dados da forma genérica como foi dado, este ano, o aporte de capital.

■ *Como justificar os empréstimos seletivos que o banco concede com os subsídios de equalização de juros?*

— Também temos dúvida sobre se o grau de subsídio diferenciado que se dá a uma conta ou a outra representa um maior aporte de recursos para aquela finalidade. Temos fortes dúvidas sobre isso, se não estaremos simplesmente substituindo outras fontes. Da mesma forma que duvidamos que o subsídio seja de fato transferido na ponta. Há muitas evidências de que isso não acontece. O subsídio é absorvido pela máquina que faz o empréstimo, e não chega à ponta na dimensão em que deveria chegar. É por isso que, num certo sentido, olhando o plano de safra distribuído este ano, naqueles números prospectivos que a gente coloca sobre o financiamento, fazemos uma retirada, é um recuo do volume de financiamento dos que recebem equalização. A equalização ainda não pode passar este ano para o tomador de crédito, porque não acreditamos que haja máquina suficiente para isso. Mas se, por exemplo, o programa de agricultura familiar desenvolver em dois ou três anos de existência uma estrutura de cadastro confiável, podemos francamente evoluir para a idéia de dar os subsídios ao produtor e não através do crédito, o que seria uma forma muito mais adequada de política de apoio ao produtor rural do que a atual forma de subsidiar a agricultura.

■ *Está sendo feita na política agrícola uma reforma de fundo na direção correta. Mas será que o novo Proagro, com o zoneamento e o lançamento das opções, atuará como seguro de colheita e de preços a ponto de induzir os bancos a emprestar a médios e peque-*

nos produtores da mesma forma que emprestavam no passado?

— Existe um problema complicado de credibilidade. Aparentemente os bancos oficiais, e o Banco do Brasil em particular, optam por esse novo Proagro. O Banco do Brasil baseia-se no relacionamento privilegiado que tem com o próprio governo, que é o seu controlador. Ele tem a garantia de receber os recursos, e isso altera a carteira do banco em relação às de outros bancos. Ainda não temos um sinal muito claro de que, dada essa informação básica, os bancos privados confiariam no sistema novo. Isso não impede que se possa prosseguir no caminho. Os episódios de problemas com a safra e com o clima reforçam o valor do conhecimento embutido no estudo de zoneamento. A seca no norte do Paraná no caso do trigo, por exemplo, é bem pertinente a esse estudo. Aquela região deveria ser classificada como não-indicada para o plantio de trigo. Essas observações constavam do estudo técnico básico da região, e os dados mostram que é um plantio de alto risco. Então já ficou decidido dentro do governo que, no ano que vem, vamos revelar todas as conseqüências do estudo, que foi inteiramente confirmado pela realidade. Ganha-se com isso credibilidade para o estudo do zoneamento. É fundamental, porque é desse salto que vem a idéia do seguro de produção e daí a eliminação definitiva do Proagro. É preciso ter uma base concreta de dados confiáveis sobre a relação entre produtividade e clima.

■ *O crédito rural está enfrentando hoje um impasse, porque o Banco do Brasil está cobrando 15% pela equalização das taxas de juros. Não seria possível fazer uma licitação com todos os bancos para que os que cobrassem menores* spreads *na equalização tivessem maiores chances de aplicar os recursos a serem dirigidos pelo governo?*

— Possível seria, em princípio. Só que ainda não apareceu esse banco de choque para conseguir convencer a máquina pública de que uma equalização poderia ir para a mão de bancos privados. Essa idéia é aparentemente rejeitada dentro da estrutura do Estado e eu tenho a impressão de que, com relação à opinião pública, também haveria dificuldade na sua aceitação. Há o problema do conceito público do uso que os bancos privados fazem da equalização de recursos vindos diretamente do orçamento público.

Quando o problema diz respeito ao banco, não diz respeito à operação agrícola: custo e risco da operação de crédito rural são problemas operacionais do banco.

■ *Os agricultores estão temerosos porque até hoje não conseguiram ter crédito nas agências. Qual será a estratégia do governo, caso persista por mais algumas semanas essa falta de definição de recursos ao crédito rural?*

— É evidente que isso é motivo de preocupação permanente entre nós, sobretudo as conseqüências disso em algumas regiões onde se planta mais cedo. Todo esse crédito rural, com juros controlados pelo Banco Central, não chega a ser responsável por 20% da safra agrícola brasileira. Modificações podem afetar algumas regiões que tradicionalmente usam mais o crédito rural normal, principalmente através do Banco do Brasil. Mas não têm nenhum efeito de cataclisma no impedimento da oferta agrícola. Tenho inclusive observado onde estamos vendendo menos ou mais fertilizantes, onde se está comercializando melhor ou comercializando menos sementes. As regiões onde o mercado de insumos está funcionando pior são aquelas onde existe o problema do endividamento não resolvido. A crise não está guardando relação estrita com a questão do fluxo de crédito, mas com um endividamento que não é mais somente bancário: é um endividamento que também envolve todos os fornecedores de insumos. Já vimos os processadores de produtos ou os *traders* dentro do circuito, e a minha impressão é de que, se alguma coisa pode prejudicar o aumento da produção no ano que vem no país, a mais importante é a questão não resolvida do endividamento e, numa proporção bem menor, o poblema do atraso de crédito.

■ *O Banco do Brasil recebeu no ano passado cerca de R$1,9 bilhão a título de equalização de taxas de juros. Esses recursos não seriam mais bem empregados se fossem transferidos para as cooperativas de crédito dos produtores ou para qualquer outro instrumento, de maneira a tornar o crédito rural independente de um único agente financeiro?*

— Estou de acordo com você, mas acrescento uma outra razão. Não só que houvesse competição entre os agentes, como também que jamais houvesse subsídios transferidos para o consumidor, o tomador de crédito. Assim como acho — e esse foi o movimento que nós fizemos na questão da negociação do orçamento da agricultura — que esse recurso beneficiaria muito mais o setor agrícola brasileiro se tivesse fixado adequadamente todo o critério de serviços. Esse serviço prioritário prestado pelo setor público, ou pelo menos organizado pelo setor público, traria muito mais benefício do que a transferência através do crédito rural.

■ *Diante da virtual escassez de recursos de crédito para a agricultura, esse dinheiro está sendo empregado de forma adequada?*

— Há ineficiência. No ano passado, por exemplo, em que se gastou praticamente R$1,9 bilhão, todo o esforço de compra não impediu a queda vertiginosa de produtos na época da safra, o que é exatamente a incoerência da economia aberta. Havia consenso em todo o setor de comercialização em torno da idéia que se considerava correta: se o governo quiser comprar a safra toda por esse preço, ele que compre e depois venda de volta para nós a

preços compatíveis com o mercado internacional. Então, por mais que se comprasse, não se afetava em nada o preço de mercado durante o primeiro semestre do ano passado. É totalmente ineficiente essa forma de prevenção.

■ *Pretende-se substituir todas as formas de subsídio no crédito por recursos no orçamento fiscal. Como este orçamento é indicativo, como é possível garantir tais recursos e como seriam empregados?*

— Temos que acreditar que as questões de ineficiência e ineficácia da nossa política orçamentária tendem a se resolver com o tempo. É preciso contar com um mínimo de racionalidade. Fora desse padrão não existe controle. Acredito também que, quando as pessoas fazem um orçamento fictício, que depois tem que sofrer cortes e motiva medidas como as utilizadas nos últimos anos, estão também fazendo um jogo de enganação inútil. É um jogo que está se consumindo e vai desaparecer. Acredito que em poucos anos desapareça essa deficiência do nosso orçamento, que deixará de ser só indicativo para ser de fato o caminho.

■ *Com a abertura, os produtos agrícolas são importados com câmbio defasado e ainda enfrentam concorrência de produtos subsidiados. O instrumento de direito compensatório foi realmente abandonado?*

— Não. Acho que está sempre presente a idéia de aplicá-lo em uma ou outra circunstância. Em alguns episódios já foram aplicados alguns direitos de salvaguarda, alguns direitos compensatórios. Como ainda não formaram uma base, uma massa crítica suficiente para criar uma certa tradição, é possível que o próprio importador já passe a temer a operação antecipadamente, reconhecendo que pode haver um risco na sua realização. O instrumento de direito compensatório não foi abandonado, mas as coisas evoluíram, ainda que de forma bastante insatisfatória, no sentido de formar uma massa crítica que funcione como uma detenção, uma força que freie as importações subsidiadas.

A crise não está guardando relação estrita com a questão de fluxo de crédito, mas com um endividamento que não é somente bancário mas envolve fornecedores.

■ *Há algum estudo que diga se há ou não ligação entre o movimento dos sem-terra e o desemprego rural causado pela defasagem cambial? Qual a posição do Ministério da Agricultura diante da defasagem cambial?*

— Acho que ninguém conseguiu fazer um estudo sobre se o desemprego está diretamente ligado à defasagem cambial nem provar isso com nenhum modelo econométrico. Na projeção dos últimos 10 anos, nota-se uma tendência, tanto no mercado internacional como aqui, de queda dos preços de produtos agrícolas. Em um ou outro episódio, isso pode estar agravado por uma questão de defasagem ou política cambial, mas acho que isso não explica a tendência. Ela se explica por um processo de mudança estrutural no crescimento da agricultura, ganhos de produtividade, mudanças em sistemas de distribuição, de fiscalização de produtos agrícolas. A defasagem cambial é uma longa discussão, mesmo porque não é um problema privativo do setor agrícola. O setor agrícola não tem a prerrogativa de ser o único setor exportador brasileiro; ele é responsável por apenas 30% das nossas exportações. Não apresenta uma demanda diferente das de qualquer outro setor em relação a essa questão.

Outro aspecto a considerar é que 90% da motivação dessa lei de exoneração de ICMS vêm do setor agrícola. Esta é a distorção mais importante na questão dos agricultores, porque a outra é geral. De resto, o setor agrícola é idêntico a qualquer outro setor produtor no país. Então, o grande fator de desequilíbrio está sendo removido e, em média, dada a natureza da pauta de exportação de produtos agrícolas, pelo nosso cálculo a alíquota média ficará em torno de 9%. De fato, daria 7% em média, por causa da presença muito forte dos minérios, que já pagavam uma alíquota bem mais baixa, mas considerando o grupo agroindustrial, fica-se com uma alíquota média de 9%.

■ *Retomando a pergunta: e o movimento dos sem-terra?*

— Considerando as regiões em que há decadência agrícola nos últimos 10 anos, notam-se sinais de queda de produção global e de produtividade. Estamos enfrentando problemas de produção agrícola, do movimento dos sem-terra; aí há uma correlação imensa. Se colocarmos o mapa do Incra de invasões de terra em cima do mapa das regiões agrícolas com problemas, eles coincidem perfeitamente. Não há dúvida de que existe forte correlação entre essas duas questões.

Outra questão importante para o desemprego agrícola é ter a exata percepção de seu tamanho; ele é muito grande em certas regiões associadas a determinados problemas de produção ou de comercialização agrícola. Não há nenhuma estatística recente. Não existe nenhuma medida, nem a secretaria de agricultura mais bem-organizada no Sul do país, a do Paraná, por exemplo, possui uma boa medida cadastral do que aconteceu com as pequenas propriedades no ano passado. A percepção deles parece ser muito compatível com outras evidências. Entre elas, a lógica de deslocamento dos sem-terra, que está ligada à estrutura familiar e às faixas etárias que compõem as famílias desses trabalhadores.

Entrevista de Fernando Almeida

CARTAS

Correção

Gostaríamos que fosse retificado, na próxima edição, o artigo de autoria do senhor Luiz Antônio Pinazza, que traz a seguinte informação:

— "Pronaf — O Programa Nacional... *...a atividade agropecuária deve responder por menos de 80% da renda familiar..."*

O erro, que pode ter sido de redação, consiste na exclusão da palavra *pelo* antes da palavra *por*. Assim, o texto correto, que tem significado completamente diferente do veiculado, fica assim:

— *"...a atividade agropecuária deve responder por pelo menos 80% da renda familiar..."*

Na esperança de termos contribuído para a correta divulgação das informações, subscrevemo-nos,

Dalton Rodrigues da Silva Leite
Assistente técnico rural da Regional de Bebedouro do Banco do Brasil S.A.
Bebedouro, São Paulo

Frutas e hortaliças

Nos enteramos a través de la Cámara Nacional de Comercio del Uruguay que ustedes publican periodicamente información sobre mercados de frutas y hortalizas.

Por este intermedio les solicitamos nos indiquen de qué tipo de información disponen y cómo sería posible acceder a la misma.

Esperando vuestra respuesta a la brevedad los saludamos muy atentamente,

Ing. Agr. Rafael Sarno Altamirano
Programa Penta Uruguay — Promoción de Exportaciones no Tradicionales Agropecuarias

Separatas Agroanalysis

Aquele artigo que lhe agradou especialmente pode ser reimpresso sob sua encomenda. Utilize-o para apoio a aulas, palestras, educação continuada de funcionários etc. Solicite através do telefone: (021) 536-9269, do fax: (021) 536-9207, do e-mail: adelaide@sede.fgv.br ou através do correio para o endereço: Praia de Botafogo, 190, sala 813 — Rio de Janeiro — CEP 22253-900.

As cartas dos leitores devem ser dirigidas a *Agroanalysis* — Praia de Botafogo, 190, sala 813 — Rio de Janeiro — CEP 22253-900 — Fax: (021) 536-9207.

É permitida a reprodução total ou parcial dos índices e matérias desde que seja citada a fonte.

AGROANALYSIS

Revista mensal de economia agrícola da Fundação Getulio Vargas editada pelo Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia

Fundador:
Julian M. Chacel

EXPEDIENTE

Chefe do CEA/IBRE:
Ignez Vidigal Lopes

Redator-chefe:
Regis Alimandro

Equipe de redatores:
Edgar Costa Filho (pecuária bovina), Eliana C. B. L. Viglio (arroz, feijão, meio ambiente, tomate, mandioca, caju), Fernando R. de Freitas Almeida (cereais de inverno, oleaginosas, frutas, vinho), Irene Raguenet Troccoli (fumo, milho, avicultura, suinocultura, laranja), Maria José Cyhlar Monteiro (preços, previsão de safras, legislação, e índice FGV-Abag), Mauro de Rezende Lopes (comércio internacional, política agrícola), Regis Alimandro (café), Tilo B. B. Ryff (meio ambiente).

Redação:
536-9213, 551-7995 e 536-9475

Colaboradores:
Adib Jamil Amim, Lucio Junqueira Campos (estatísticas de preços), Ana Célia Junqueira Campos, Edmilson Pereira Conceição, Márcio Bueno, Mário Augusto Rodrigues Martins (apoio técnico), Jurandi Soares Machado.

Coordenação de editoração:
Maria Adelaide Amorim Oliveira

Técnicos em processamento:
Bruno da Silva Júnior, Deise Jaffar de Lima.

Estagiários:
Ednéia da Silva Bezerra, Rakel Lima dos Santos, Renê Bertin, Rogério Ferreira de Souza.

Secretaria e apoio administrativo:
Claudia Ana Marques, Maria Cecília Barbosa, Antonio Getúlio Corrêa de Oliveira.

Gerente comercial:
Carlos Henrique Tibiriçá Miranda

Publicidade:
Belo Horizonte — MG: Tel. e fax: (031) 224-9534; Brasília — DF: Tel. e fax: (061) 577-4883; Região Sul (RS, SC, PR): Tel.: (048) 234-5083 ; Recife — PE: Tel. e fax: (081) 465-1851; Rio de Janeiro — RJ: Tels.: (021) 252-8720; 252-9074 e 536-9269 — Fax: (021) 221-5984; Salvador — BA: Tel. e fax: (071) 351-1784; São Paulo — SP: Tel. e fax.: (011) 524-1174.

Editora FGV

Editora executiva: Alzira Alves de Abreu
Coordenação editorial: Cristina Mary Paes da Cunha
Editoria de arte: Denilza da Silva Oliveira, Eliane da Silva Torres, Jayr Ferreira Vaz, Marilza Azevedo Barboza, Osvaldo da Silva, Simone Ranna.
Revisão: Aleidis de Beltran, Fatima Caroni.
Produção gráfica: Helio Lourenço Netto.
Gerente comercial: Carlos Hamilton Rocha
Assinaturas: José Milton Gondim
Livrarias — Rio de Janeiro: Livraria J. Carneiro Felipe — Praia de Botafogo, 188 — Tel.: (021) 536-9105
São Paulo: Livraria Faria Lima — Av. Nove de Julho, 2.029 — Tel.: (011) 281-7875.
Editora Fundação Getulio Vargas — Serviço de Vendas: Praia de Botafogo, 190 s/607 CEP 22253-900 — ou Caixa Postal: 62.591 — CEP 22252-970 — Rio de Janeiro, RJ — Tels.: (021) 551-0698 e 536-9196.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Presidente fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Vice-presidente: Mario Henrique Simonsen
Diretora-geral: Celina Vargas do Amaral Peixoto

CONSELHO DIRETOR

Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Vice-presidente: Mario Henrique Simonsen
Vogais: Celina Vargas do Amaral Peixoto, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, José Luiz Miranda, Luiz Fernando da Silva Pinto, Manoel Fernando Thompson Motta, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto de Oliveira Campos, Roberto Paulo Cezar de Andrade.
Suplentes: Alfredo Américo de Souza Rangel, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Daniel Dantas, Eugenio Emílio Staub, Gilberto Dupas, Oswaldo Antunes Maciel, Pedro Leitão da Cunha.

CONSELHO CURADOR

Presidente: Carlos Alberto Lenz Cesar Protásio
Vice-presidente: Armando Klabin (Klabin, Irmãos & Cia.)
Vogais: Antonio Monteiro de Castro Filho (Souza Cruz S.A.), Associação de Bancos do Estado de São Paulo, Banco Crédit Commercial de France S.A., Diogo Lordello de Mello, Domingos Marques Grêllo, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Félix de Bulhões (S.A. White Martins), Gustavo de Sá e Silva (Estado de São Paulo), Heitor Chagas de Oliveira, Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), José Ephim Mindlin, Marcos A. Magalhães (Philips do Brasil Ltda.), Mário Abrantes da Silva Pinto, Mauro Salles (Salles DMB&B Publicidade S.A.), Paulo Guilherme Aguiar Cunha (Cia. Ultragaz S.A.), Sergio Franklin Quintella, Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Rio de Janeiro, Theodoro Arthou.
Suplentes: Cristiano Buarque Franco Neto (Banco Bozano, Simonsen S.A.), Fernando Roberto Moreira Salles (Unibanco — União de Bancos Brasileiros S.A.), Guilherme Augusto Frering (Caemi Mineração e Metalurgia S.A.), João Pedro Gouvêa Vieira Filho (Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A.), Jorge Paulo Lemann (Banco de Investimentos Garantia S.A.), Lineu de Paula Machado (Banco Boavista S.A.), Luiz Roberto do Nascimento Silva, Marcio João de Andrade Fortes, Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga (Icatu Empreendimentos e Participações S.A.), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Terrestres, Marítimos e Acidentes — Cia. de Seguros), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco da Bahia Investimentos S.A.), Roberto Duailibi (DPZ Propaganda S.A.)

CONSELHO CONSULTIVO

Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Eliezer Baptista, Gilberto Duarte Prado, Paulo de Tarso Leal, Roberto Borges Martins (Estado de Minas Gerais).
Instituto Brasileiro de Economia
Diretor: Antônio Salazar P. Brandão
Banco de Dados-IBRE
Salomão L. Quadros da Silva
Centro de Estudos Agrícolas
Ignez Vidigal Lopes
Centro de Estudos das Empresas
Sergio Gustavo S. da Costa
Centro de Estudos de Economia e Governo
Lia Valls Pereira
Centro de Estudos de Preços
Paulo Sidney de Melo Cota
Centro de Estudos Tendenciais
Eden Gonçalves de Oliveira
Revista Conjuntura Econômica
Lauro Vieira de Faria

Para ser uma das maiores empresas de agribusiness do país, o Laboratório Aché só precisou caprichar no clima.

®REGISTRADA

Uma grande empresa se constrói com tecnologia e pessoas. Principalmente pessoas. Muito antes de investir em equipamentos e pesquisas, o Laboratório Aché investe no clima de trabalho. Motivando seus funcionários, o Laboratório Aché consegue qualidade, eficiência e o melhor aproveitamento da sua tecnologia. O resultado disso está aqui, pra todo mundo ver: 1º no ranking no setor de produtos farmacêuticos e veterinários.

GRUPO aché 30 anos

Nesta edição

1 **Entrevista com Guilherme Dias**
6 **Cartas**
9 **Pesquisa:**
- 9 **As 100 maiores empresas do agribusiness** Patrícia Cruz Gonçalves
- 14 **As 100 maiores**
- 14 **Classificação ordinal**
- 18 **Ativo total**
- 20 **Receita operacional líquida**
- 22 **Classificação setorial**
- 26 **Classificação alfabética**
- 28 **As 30 maiores cooperativas**

29 **Índice FGV/ABAG**
30 **Especial: China — para onde vai a agricultura?** Maria José Cyhlar Monteiro (trad.)
33 **IBGE — Síntese estatística** Maria José Cyhlar Monteiro
34 **Conjuntura do agribusiness:**
- 34 **Cereais de inverno — safra argentina de trigo preocupa** Fernando Roberto de Freitas Almeida
- 38 **Desgravação do ICMS: reflexos sobre as exportações agrícolas** Mauro de Rezende Lopes
- 39 **Safra 1997: lucros e novos desafios** André Pessôa

42 **Estatísticas agropecuárias**
48 **Legislação agrícola**
51 **Panorama internacional**
52 **Panorama agropecuário**
56 **Janela aberta**

Peso da âncora verde no agribusiness

Esta edição de *Agroanalysis* divulga, pelo terceiro ano consecutivo, a pesquisa "As 100 maiores empresas do agribusiness brasileiro" e, pelo segundo ano, o *ranking* de desempenho das cooperativas.

Ambos são estudos pioneiros da FGV. Sem se ater à clássica divisão da economia nos setores agrícola, industrial e de serviços, a pesquisa sobre as 100 maiores procura mensurar e ordenar o desempenho econômico-financeiro das empresas do agribusiness, ou seja, das empresas agrícolas e daquelas que fornecem insumos à agricultura ou processam matérias-primas oriundas da atividade agrícola. O *ranking* das cooperativas segue idêntica metodologia. Na verdade, as cooperativas não são analisadas em conjunto com as empresas apenas porque a metodologia das 100 maiores contempla somente as sociedades anônimas.

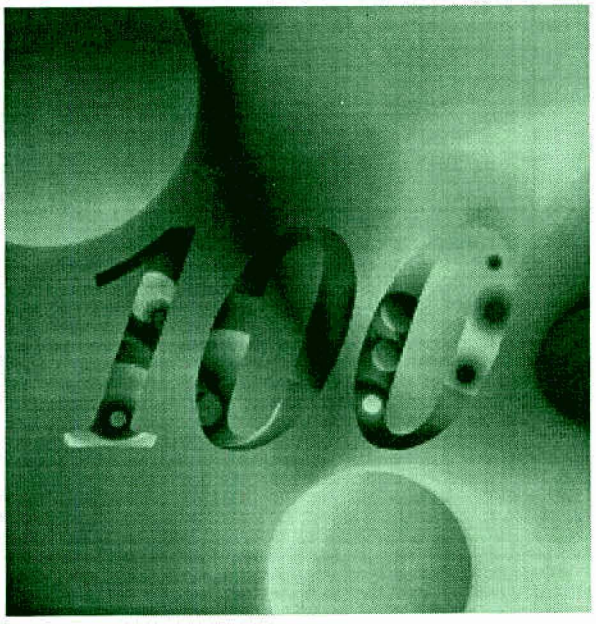
As 100 maiores do ano passado, cuja pesquisa teve por base os demonstrativos financeiros de 1994, indicavam que o agribusiness brasileiro havia vivido um ano muito bom. Muitos chegaram a afirmar que o ciclo recessivo, iniciado em meados dos anos 80, teria sido superado. Apenas para citar dois dos vários indicadores positivos de desempenho no *ranking* anterior, os prejuízos praticamente haviam desaparecido dos balanços. Apenas oito empresas, entre as 100, haviam registrado resultado negativo.

É evidente que o ambiente econômico de 1994 se deteriorou no ano seguinte, o que agora é retratado nos resultados das 100 maiores. Os prejuízos novamente se generalizaram: 11 dos 13 segmentos estudados possuem ao menos uma empresa deficitária entre as classificadas. O número total de empresas com prejuízo mais que triplicou, passando de oito, na edição do ano passado, para 26. A rentabilidade média das 100 maiores caiu de 13,3% para 6,65% e quase todos os segmentos registraram índices de rentabilidade inferiores aos do ano anterior. Essa tendência atingiu, até mesmo, o segmento de produtos alimentares, o qual, por características da demanda, deveria ser especialmente favorecido pela estabilização monetária.

As razões do mau desempenho das empresas no ano passado são conhecidas e têm sido discutidas mensalmente aqui mesmo na *Agroanalysis*. Não cabe recordá-las mais uma vez. Cabe, sim, observar que o ambiente econômico do agribusiness brasileiro tem melhorado, ainda que a passos menos velozes do que o desejado.

Alguns exemplos são ilustrativos. A securitização da dívida está longe de resolver completamente a *questão*. É inegável, porém, que limpou boa parte das pendências. A recuperação da renda agrícola não está se processando na magnitude anteriormente esperada (ver *Agroanalysis* de agosto deste ano). Importa, porém, que alguma recuperação está em curso. Os novos instrumentos de financiamento à agricultura ainda são restritos a alguns poucos. Importa, porém, que a cada dia estão mais conhecidos por seus potenciais usuários. A desoneração fiscal está longe de ser alcançada. Mas o ICMS incidente nas exportações de produtos agrícolas está com os dias contados.

Ainda é cedo para se prever a superação do ciclo recessivo do agribusiness brasileiro. É certo, porém, que fatores como os acima listados contribuem para melhorar o ambiente econômico, ainda que em velocidade menor que a desejada.



Maiores empresas
do agribusiness

Análise do desempenho econômico-financeiro

Resultado das empresas

As 100 maiores empresas do agribusiness

PATRÍCIA CRUZ GONÇALVES

Este número da revista Agroanalysis *é dedicado à terceira edição da pesquisa "As 100 maiores empresas do agribusiness do Brasil", elaborada conjuntamente pelo Centro de Estudos Agrícolas e o Centro de Estudos de Empresas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas.*

No que se refere ao peso do agribusiness na economia brasileira, as 100 maiores obtiveram um aumento na participação do resultado total nas 500 maiores em todas as variáveis analisadas: ativo, receita, patrimônio e lucro. Esse resultado expressa a importância crescente do segmento.

Participação nas 500 (%)

	1995	1994
Receita operacional líquida	20,86	19,15
Ativo total	11,29	10,38
Patrimônio líquido	10,08	9,28
Lucro líquido	71,72	31,22

Quanto ao desempenho, a comparação dos resultados das pesquisas "As 100 maiores empresas do agribusiness" e "As 500 maiores empresas do Brasil" referentes ao ano de 1995 mostra que o primeiro grupo logrou obter um melhor resultado, apesar do quadro de deterioração geral apresentado pelas empresas em relação ao ano anterior.

Observando a receita operacional líquida das 100 maiores, que foi de R$39,1 bilhões em 1995, verifica-se que houve um aumento real de 1,09% em relação à de 1994, cujo valor foi de R$38,7 bilhões (corrigido pelo IGP-DI médio). No mesmo período, as 500 maiores amargaram uma queda de 7,19% em suas vendas.

Quadro resumo

R$ milhões	As 500	As 100	
	1995	1995	1994
Receita operacional líquida[1]	187.507	39.111	38.688
Ativo total[2]	531.202	59.952	48.638
Patrimônio líquido[2]	343.398	34.617	28.396
Lucro líquido[2]	3.231	2.317	3.767
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)*	3,51	4,40	14,09
Grau de endividamento*	0,62	0,80	0,77

* Mediana.
[1] Dados de 1994 corrigidos pelo IGP-DI médio.
[2] Dados de 1994 corrigidos pelo IGP-DI de dezembro.

O incremento das receitas não foi suficiente para garantir um aumento do lucro líquido das 100 maiores, que saiu de um patamar de R$3,7 bilhões em 1994 para R$2,3 bilhões em 1995 — uma queda de 38,5%. Conseqüentemente, a rentabilidade do patrimônio líquido do conjunto das empresas ficou comprometida, caindo de 14,09% para 4,40% em 1995. Mesmo assim essa rentabilidade foi melhor que a apresentada pelas 500 maiores: 3,51%.

Os primeiros colocados

A grande vencedora do *ranking* foi a Cia. Cervejaria Brahma, que saiu do terceiro lugar na classificação do ano passado para o primeiro lugar, tirando a liderança da Souza Cruz. A empresa obteve o quarto lugar em vendas, atingindo uma receita operacional líquida de R$1,2 bilhão (aumento real de 27,3% em relação ao ano anterior), equivalente a 3,10% do total obtido pelas 100 maiores. No que se refere ao ativo total, a empresa obteve o segundo lugar. Seu ativo de R$2,5 bilhões representou 4,14% das 100 maiores.

Os números da Cia. Cervejaria Brahma
(1ª do ranking)

	1994	1995
Ativo total[1]	1.621.545	2.482.442
Patrimônio líquido[1]	1.055.656	979.942
Receita operacional líquida[2]	952.050	1.211.727
Lucro líquido[1]	143.836	257.384
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	13,63	26,27
Grau de endividamento	0,54	1,53

[1] Dados de 1994 corrigidos pelo IGP-DI de dezembro.
[2] Dados de 1994 corrigidos pelo IGP-DI médio.

De fato, a empresa fez grandes investimentos, montou a maior fábrica de cerveja da América Latina, com capacidade de produzir 17 milhões de hectolitros de bebidas, e conseguiu, em 1995, uma produtividade média de 7 mil hectolitros/homem. Todo esse esforço não foi em vão: seu lucro de R$257 milhões foi o segundo maior registrado pela pesquisa, representando 11,11% do lucro total. Esse resultado acarretou um aumento de 92,8% na rentabilidade do patrimônio líquido da Brahma,

Patrícia Cruz Gonçalves é economista do IBRE/CEE. Colaboraram o economista Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, a estagiária Rakel Lima dos Santos e a técnica em processamento de dados Deise Jaffar de Lima.

As 10 maiores de capital privado nacional

Empresas	Class. geral	A/F	UF	Setor
1. Cia. Cervejaria Brahma	1	A	RJ	Bebidas
2. Aracruz Celulose S.A.	3	A	ES	Celulose, papel e papelão
3. Ceval Alimentos S.A.	4	A	SC	Produtos alimentares
4. Cia. Bras. Distribuição (Pão de Açúcar)	5	A	SP	Comércio varejista
5. Sadia Concórdia S.A. Ind. Com.	7	A	SC	Produtos alimentares
6. Klabin Fab. Papel Celulose S.A.	8	F	SP	Celulose, papel e papelão
7. Cia. Suzano Papel Celulose	9	A	SP	Celulose, papel e papelão
8. Cia. Antarctica Paulista	11	A	SP	Bebidas
9. Bahia Sul Celulose S.A.	12	A	BA	Celulose, papel e papelão
10. Perdigão Agroindl. S.A.	15	F	SC	Produtos alimentares

As 10 maiores de capital estrangeiro

Empresas	Class. geral	A/F	UF	Setor
1. Souza Cruz S.A.	2	A	RJ	Fumo
2. Santista Alimentos S.A.	6	A	SP	Produtos alimentares
3. Rhodia S.A.	10	F	SP	Química
4. Basf S.A.	13	F	SP	Química
5. Cargill Agrícola S.A.	14	F	SP	Produtos alimentares
6. Bayer S.A.	20	F	SP	Química
7. Makro Atacadista S.A.	21	F	SP	Comércio atacadista
8. Ciba Geigy Química S.A.	23	F	SP	Química
9. Hoechst Brasil Química Farmacêutica S.A.	24	F	SP	Química
10. Du Pont do Brasil S.A.	31	F	SP	Química

que passou de 13,6% para 26,3% em 1995. No entanto, a política de expansão da empresa teve como contrapartida um significativo aumento da utilização de capital de terceiros (o grau de endividamento passou de 0,54 para 1,53).

A segunda colocada no *ranking* foi a Souza Cruz, figurando entre as primeiras pelo terceiro ano consecutivo. Seu ativo total, no valor de R$1,9 bilhão, e sua receita de R$1,3 bilhão representam respectivamente 3,21 e 3,46% do consolidado das 100 maiores. Apesar da concorrência dos cigarros importados ilegalmente, fator responsável pela queda do volume de cigarros vendidos, a participação da Souza Cruz na venda de cigarros aumentou de 77,8% em 1994 para 82,6% em 1995. A empresa obteve um lucro líquido de R$249 milhões — terceiro maior valor registrado na pesquisa. Esse resultado acarretou um aumento de 25,8% na rentabilidade do patrimônio líquido, que passou de 16,4% para 20,6% em 1995.

Finalmente, o terceiro lugar do *ranking* coube à Aracruz Celulose. A empresa registrou em 1995 um ativo total de R$3,9 bilhões (6,47% do total das 100 maiores) e uma receita de R$745 milhões (1,89% do total das 100 maiores). A Aracruz obteve o maior lucro do *ranking*, R$347 milhões, representando 14,96% do lucro total. Segundo o relatório contábil da empresa, o desempenho econômico-financeiro em 1995 foi recorde, registrando aumento de 22% em suas vendas líquidas e redução de custos da ordem de 11%, o que ocasionou um aumento de 50% na margem bruta. O bom desempenho foi decorrente da recuperação dos preços da celulose no mercado internacional até o terceiro trimestre de 1995 e da demanda aquecida. Entre 1990 e 1995, a empresa conseguiu aumentar cinco vezes a produção de celulose/tonelada por empregado e figurar entre os produtores com os menores custos no mundo.

Os melhores desempenhos setoriais

As 100 maiores empresas do agribusiness englobaram 13 setores de atividade econômica, sendo portanto o resultado total da pesquisa influenciado pelos pesos relativos desses setores. A maior participação coube ao setor de alimentos com 26 empresas. Em seguida, os setores com maior número de empresas foram os de celulose, papel e papelão e química (ambos com 15) e o setor de bebidas com 10 empresas.

Os 10 maiores lucros

Empresas	Class. geral	1995 (R$ mil)
Aracruz Celulose S.A.	3	346.555
Cia. Cervejaria Brahma	1	257.384
Souza Cruz S.A.	2	249.432
Souza Cruz Trading S.A.	60	132.781
Cia. Antarctica Paulista	11	101.764
Sadia Concórdia S.A. Ind. Com.	7	99.138
Cia. Suzano Papel Celulose	9	84.809
Cia. Bras. Distribuição	5	76.554
Klabin Fab. Papel Celulose S.A.	8	69.729
Cervejarias Reuns. Skol Caracu S.A.	45	66.436
Total		1.484.582

Os 10 maiores prejuízos

Empresas	Class. geral	1995 (R$ mil)
Adubos Trevo S.A.	68	-61.763
Alpargatas — Santista Têxtil S.A.	29	-56.717
Inpacel Ind. Papel Arapoti S.A.	38	-43.569
Basf S.A.	13	-39.013
Cia. Nitro Quím. Brasileira	97	-38.254
Eucatex S.A. Ind. Com.	76	-37.250
Eldorado S.A. Com. Ind. Imp.	44	-36.335
Açucareira Corona S.A.	83	-34.690
Swift Armour S.A. Ind. Com.	65	-25.210
Philip Morris Marketing S.A.	36	-25.089
Total		-397.890

As 10 maiores rentabilidades

Empresas	Setor	Class. geral	%
Souza Cruz Trading S.A.	Comércio atacadista	60	100,27
Yakult S.A. Ind. Com.	Produtos alimentares	95	41,78
Igaras Papéis Embalagens S.A.	Celulose, papel e papelão	58	34,60
Incobrasa Indl. Coml. Bras. S.A.	Produtos alimentares	47	33,57
Ind. Quím. Farmacêutica Schering Plough S.A.	Produtos farmacêuticos e veterinários	99	32,03
Cervejarias Reuns. Skol Caracu S.A.	Bebidas	45	31,66
Primo Schincariol Ind. Cervejas Refrigs. S.A.	Bebidas	74	31,28
Prods. Roche Químs. Farmacêuticos S.A.	Produtos farmacêuticos e veterinários	69	28,29
Lojas Colombo S.A.	Comércio varejista	40	27,35
Aché Labs. Farmacêuticos S.A.	Produtos farmacêuticos e veterinários	50	26,58

Os setores com maior rentabilidade do patrimônio líquido foram: farmacêutico, fumo, bebidas, produtos alimentares e celulose, papel e papelão.

O setor de produtos farmacêuticos obteve a melhor taxa de rentabilidade da pesquisa pelo segundo ano consecutivo (28,29%), ficando 23,89 pontos acima da rentabilidade apresentada pelas 100 maiores. O lucro do setor foi de R$132 milhões e as vendas de R$727 milhões, representando respectivamente 5,68 e 1,86% do valor total dessas variáveis na pesquisa.

A segunda maior rentabilidade foi a do setor de fumo, refletindo o resultado da Souza Cruz (20,6%).

A expansão do consumo em função da estabilização da economia propiciou ao setor de bebidas o segundo maior lucro. As 10 empresas participantes registraram um valor de R$617 milhões, representando 26,62% do lucro total. O consumo de bebida aumentou 27% em relação ao ano anterior, sendo de 7,5 bilhões de litros. A rentabilidade do setor aumentou em relação ao ano anterior, 16,4% contra 11,5%, a terceira maior rentabilidade da

Principais indicadores*

Setores	Rentabilidade (PL)	Grau de endividamento	Liquidez corrrente	Margem bruta
Celulose, papel e papelão	5,05	0,57	1,14	35,91
Bebidas	16,38	0,74	0,69	43,02
Produtos alimentares	6,36	0,83	1,25	24,21
Fumo	18,95	0,94	1,57	48,62
Produtos farmacêuticos e veterinários	28,29	0,50	1,49	70,52
Comércio atacadista	1,76	6,05	1,00	6,96
Comércio varejista	2,41	1,48	0,94	18,49
Indústria química	3,26	0,68	1,15	23,14
Agropecuária	1,84	0,13	8,08	39,07
Madeira	-0,93	0,36	1,35	25,12
Mecânica	-13,79	1,38	0,81	22,10
Açúcar e álcool	1,52	3,56	1,40	17,79
Têxtil	0,65	0,80	0,96	22,96
Mediana das 100	4,40	0,80	1,15	25,52

* Mediana.

Rentabilidade média

Setor	1995	1994
Açúcar e álcool	-13,55	12,0
Agropecuária	1,51	4,6
Bebidas	15,19	13,0
Celulose, papel e papelão	5,18	6,6
Comércio varejista	7,70	13,3
Comércio atacadista	24,39	23,2
Fumo	18,95	16,4
Mecânica	-13,79	28,0
Produtos farmacêuticos e veterinários	18,11	42,0
Produtos alimentares	8,85	14,8
Química	1,32	19,9
Têxtil	-3,41	16,8
Madeira	-0,93	—

pesquisa. A disputa pelo mercado é uma das mais acirradas, seja entre os refrigerantes ou as cervejas. Analisando a receita operacional líquida das empresas, é possível identificar sua participação no mercado. A Brahma continua na frente com 33% das vendas; em segundo lugar, o grupo Antarctica, com 31,5% (com cinco empresas); a terceira é a Spal Ind. Bebidas, com 21%, única empresa do setor a apresentar prejuízo, e a quarta é a Skol Caracu com 6%.

O ano de 1995 em linhas gerais foi bom para o setor de produtos alimentares, que obteve a quarta menor rentabilidade (6,36%). A estabilização da economia propiciou um aumento do poder aquisitivo das classes mais baixas, conferindo-lhes a oportunidade de adquirir outros produtos além dos gêneros básicos. Isso refletiu positivamente na geração do lucro do setor, que foi de R$485 milhões, refletindo uma participação de 20,94% no lucro total da amostra. O setor obteve um aumento de 14,47% nas vendas, registrando resultado de R$10,69 bilhões (27,34% das vendas totais). Vale registrar que entre as 26 empresas participantes, somente seis apresentaram prejuízo.

O setor de celulose, papel e papelão apresentou a quinta maior rentabilidade do patrimônio líquido: 5,05% contra a média de 4,40% registrada pelas 100 maiores. O setor foi responsável pelo maior lucro líquido da pesquisa. As 15 empresas participantes registraram um resultado de R$685 milhões, representando 29,59% do lucro líquido das 100 empresas. Esse desempenho foi propiciado pelo aumento do preço da celulose no mercado internacional em 1995 e pela alta produtividade conseguida pelo setor. A receita operacional líquida de R$4,9 bilhões registrou um aumento de 17,4% em relação ao ano anterior, garantindo uma margem bruta de 35,9%.

Metodologia

A metodologia empregada na elaboração do *ranking* é a mesma da pesquisa "As 500 maiores empresas do Brasil", cujo critério de classificação observa duas variáveis: o ativo total, representando o patrimônio total da empresa, e a receita operacional líquida (vendas menos impostos, devoluções e descontos), representando sua posição de mercado.

A pesquisa foi elaborada a partir de um universo de 5.542 empresas, compreendendo todos os setores da atividade econômica, cujos relatórios contábeis referentes ao exercício de 1995 foram coletados até 30 de maio do ano corrente.

Tendo em vista a necessidade de dar tratamento homogêneo aos resultados de todas as empresas analisadas, e levando em consideração que a maior parte delas não publica relatórios contábeis elaborados segundo o critério de correção integral, a pesquisa levou em conta apenas relatórios contábeis em conformidade com a legislação societária.

Em função desse condicionante metodológico, é importante registrar que algumas empresas não puderam ser incluídas na amostra da pesquisa, em virtude de seus balanços, elaborados segundo o critério da legislação societária, não terem sido recebidos em tempo hábil.

Tabela 1 — As 100 maiores empresas do agribusiness Classificação ordinal — em mil R$ — 1995

Class. geral 1994	Class. geral 1995	Nome	Aberta/ fechada	UF	Origem do capital
3	1	CIA. CERVEJARIA BRAHMA	A	RJ	Privado nacional
1	2	SOUZA CRUZ S.A.	A	RJ	Estrangeiro
4	3	ARACRUZ CELULOSE S.A.	A	ES	Privado nacional
2	4	CEVAL ALIMENTOS S.A.	A	SC	Privado nacional
7	5	CIA. BRAS. DISTRIBUIÇÃO (PÃO DE AÇÚCAR)	A	SP	Privado nacional
	6	SANTISTA ALIMENTOS S.A.	A	SP	Estrangeiro
9	7	SADIA CONCÓRDIA S.A. IND. COM.	A	SC	Privado nacional
8	8	KLABIN FAB. PAPEL CELULOSE S.A.	F	SP	Privado nacional
10	9	CIA. SUZANO PAPEL CELULOSE	A	SP	Privado nacional
5	10	RHODIA S.A.	F	SP	Estrangeiro
15	11	CIA. ANTARCTICA PAULISTA	A	SP	Privado nacional
13	12	BAHIA SUL CELULOSE S.A.	A	BA	Privado nacional
11	13	BASF S.A.	F	SP	Estrangeiro
14	14	CARGILL AGRÍCOLA S.A.	F	SP	Estrangeiro
12	15	PERDIGÃO AGROINDL. S.A.	F	SC	Privado nacional
27	16	VOTORANTIM CELULOSE PAPEL S.A.	A	SP	Privado nacional
24	17	SPAL IND. BRASILEIRA BEBIDAS S.A.	F	SP	Privado nacional
28	18	CIA. VOTORANTIM CELULOSE PAPEL — CELPAV	A	SP	Privado nacional
20	19	RIPASA S.A. CELULOSE PAPEL	A	SP	Privado nacional
19	20	BAYER S.A.	F	SP	Estrangeiro
16	21	MAKRO ATACADISTA S.A.	F	SP	Estrangeiro
22	22	CASAS SENDAS COM. IND. S.A.	F	RJ	Privado nacional
21	23	CIBA GEIGY QUÍMICA S.A.	F	SP	Estrangeiro
18	24	HOECHST BRASIL QUÍM. FARMACÊUTICA S.A.	F	SP	Estrangeiro
30	25	CELULOSE NIPO-BRAS. S.A. — CENIBRA	F	MG	Privado nacional
26	26	BOMPREÇO S.A. SUPERMERCADOS NORDESTE	A	PE	Privado nacional
	27	DURATEX S.A.	A	SP	Privado nacional
69	28	CIA. IMPORTADORA EXP. COIMEX	F	ES	Privado nacional
	29	ALPARGATAS — SANTISTA TÊXTIL S.A.	A	SP	Privado nacional
40	30	IND. BEBIDAS ANTARCTICA R. JANEIRO S.A.	F	RJ	Privado nacional
33	31	DU PONT DO BRASIL S.A.	F	SP	Estrangeiro
29	32	FRIGOBRÁS CIA. BRASILEIRA FRIGORÍFICOS	A	PR	Privado nacional
34	33	ULTRAFÉRTIL S.A.	F	SP	Privado nacional
	34	GLENCORE IMP. EXP. S.A.	F	ES	Estrangeiro
45	35	JARI CELULOSE S.A.	A	PA	Privado nacional
36	36	PHILIP MORRIS MARKETING S.A.	F	SP	Estrangeiro
32	37	FERTILIZANTES FOSFATADOS S.A. FOSFÉRTIL	A	MG	Privado nacional
55	38	INPACEL IND. PAPEL ARAPOTI S.A.	F	PR	Privado nacional
	39	SOLVAY BRASIL S.A.	F	SP	Estrangeiro
	40	LOJAS COLOMBO S.A.	F	RS	Privado nacional
44	41	RIOCELL S.A.	A	RS	Privado nacional
35	42	KRAFT SUCHARD BRASIL S.A. (KIBON)	F	SP	Estrangeiro
38	43	VICUNHA NORDESTE S.A. IND. TÊXTIL	F	CE	Privado nacional
31	44	ELDORADO S.A. COM. IND. IMP.	F	SP	Privado nacional
61	45	CERVEJARIAS REUNS. SKOL CARACU S.A.	F	RJ	Privado nacional
25	46	COM. INDS. BRAS. COINBRA S.A.	F	SP	Estrangeiro
43	47	INCOBRASA INDL. COML. BRAS. S.A.	F	RS	Privado nacional
56	48	IND. BEBIDAS ANTARCTICA NORDESTE S.A.	A	BA	Privado nacional
51	49	OXITENO NORDESTE S.A. IND. COM.	A	BA	Privado nacional
49	50	ACHÉ LABS. FARMACÊUTICOS S.A.	F	SP	Privado nacional

Atividade	Data do Balanço	Ativo total	Classificação Ativo total	Receita operacional líquida	Classificação Rec. op. líq.
Bebidas	dez. 95	2.482.442	2	1.211.727	4
Fumo	dez. 95	1.924.461	6	1.352.087	3
Celulose, papel e papelão	dez. 95	3.879.153	1	744.979	15
Produtos alimentares	dez. 95	1.516.524	9	1.354.707	2
Comércio varejista	dez. 95	1.018.037	17	2.382.002	1
Produtos alimentares	dez. 95	1.254.105	13	1.201.895	5
Produtos alimentares	dez. 95	1.131.563	14	1.172.433	6
Celulose, papel e papelão	dez. 95	1.584.288	8	732.256	16
Celulose, papel e papelão	dez. 95	1.940.332	5	542.909	21
Química	dez. 95	1.260.785	12	619.175	18
Bebidas	dez. 95	1.879.751	7	445.035	24
Celulose, papel e papelão	dez. 95	2.350.671	3	386.541	28
Química	dez. 95	848.039	19	788.443	12
Produtos alimentares	dez. 95	754.883	21	972.990	11
Produtos alimentares	dez. 95	747.547	22	748.164	14
Celulose, papel e papelão	dez. 95	2.187.555	4	278.651	43
Bebidas	dez. 95	627.149	29	788.245	13
Celulose, papel e papelão	dez. 95	1.345.170	10	330.225	34
Celulose, papel e papelão	dez. 95	957.510	18	314.022	36
Química	dez. 95	559.928	30	511.907	22
Comércio atacadista	dez. 95	429.487	41	1.103.945	8
Comércio varejista	dez. 95	425.855	42	1.143.473	7
Química	dez. 95	666.120	25	366.667	31
Química	dez. 95	487.203	34	576.213	19
Celulose, papel e papelão	dez. 95	1.332.626	11	239.676	55
Comércio varejista	dez. 95	400.070	46	992.547	10
Madeira	dez. 95	723.209	23	275.742	44
Comércio atacadista	dez. 95	374.768	52	1.012.392	9
Têxtil	dez. 95	544.339	31	366.326	32
Bebidas	dez. 95	643.598	27	280.352	42
Química	dez. 95	458.736	37	385.056	29
Produtos alimentares	dez. 95	351.191	54	685.394	17
Química	dez. 95	531.199	32	301.589	37
Comércio atacadista	dez. 95	386.376	49	418.693	26
Celulose, papel e papelão	dez. 95	1.114.829	15	178.055	75
Fumo	dez. 95	376.022	51	374.429	30
Química	dez. 95	846.143	20	180.543	74
Celulose, papel e papelão	dez. 95	1.112.343	16	160.035	80
Química	dez. 95	449.663	38	272.972	46
Comércio varejista	dez. 95	303.259	63	543.086	20
Celulose, papel e papelão	dez. 95	661.954	26	204.364	63
Produtos alimentares	dez. 95	314.834	62	508.873	23
Têxtil	dez. 95	628.542	28	196.964	69
Comércio varejista	dez. 95	315.013	61	423.204	25
Bebidas	dez. 95	409.267	44	234.576	57
Produtos alimentares	dez. 95	333.593	58	274.530	45
Produtos alimentares	dez. 95	355.984	53	257.885	50
Bebidas	dez. 95	430.876	40	198.190	68
Química	dez. 95	444.560	39	194.824	71
Prod. farmacêutico e veterinário	dez. 95	327.210	59	253.708	51

Tabela 1 — As 100 maiores empresas do agribusiness Classificação ordinal — em mil R$ — 1995

Class. geral 1994	Class. geral 1995	Nome	Aberta/ fechada	UF	Origem do capital
42	51	USINA DA BARRA S.A. AÇÚCAR ÁLCOOL	F	SP	Privado nacional
48	52	AVIPAL S.A. AVICULTURA AGROPECUÁRIA	A	RS	Privado nacional
	53	TROMBINI PAPEL EMBALAGENS S.A.	A	PR	Privado nacional
57	54	CHAPECÓ CIA. INDL. ALIMENTOS	F	SC	Privado nacional
41	55	HERING TÊXTIL S.A.	A	SC	Privado nacional
54	56	PAPEL CELULOSE CATARINENSE S.A.	F	SP	Privado nacional
23	57	OXITENO S.A. IND. COM.	A	SP	Privado nacional
74	58	IGARAS PAPÉIS EMBALAGENS S.A.	F	SP	Estrangeiro
58	59	CHOCOLATES GAROTO S.A.	F	ES	Privado nacional
	60	SOUZA CRUZ TRADING S.A.	F	RJ	Estrangeiro
53	61	MANAH S.A.	A	SP	Privado nacional
	62	SUPERMAR SUPERMERCADOS S.A.	A	BA	Privado nacional
	63	J. MACEDO ALIMENTOS S.A	F	SP	Privado nacional
37	64	BRASWEY S.A. IND. COM.	F	SP	Privado nacional
50	65	SWIFT ARMOUR S.A. IND. COM.	F	SP	Privado nacional
	66	SADIA TRADING S.A. EXP. IMP.	F	SP	Privado nacional
47	67	ELIZABETH S.A. IND. TÊXTIL	F	SP	Privado nacional
46	68	ADUBOS TREVO S.A.	A	RS	Privado nacional
59	69	PRODS. ROCHE QUÍMS. FARMACÊUTICOS S.A.	F	SP	Estrangeiro
60	70	FRANGOSUL S.A. AGRO AVÍCOLA INDL.	A	RS	Privado nacional
	71	IND. BEBIDAS ANTARCTICA POLAR S.A.	A	RS	Privado nacional
76	72	INDS. CHOCOLATE LACTA S.A.	A	SP	Privado nacional
81	73	PISA PAPEL DE IMPRENSA S.A.	A	PR	Privado nacional
91	74	PRIMO SCHINCARIOL IND. CERVEJAS REFRIGS. S.A.	F	SP	Privado nacional
63	75	IAP S.A. IND. FERTILIZANTES	A	SP	Privado nacional
	76	EUCATEX S.A. IND. COM.	A	SP	Privado nacional
	77	LATICÍNIOS CCGL S.A.	F	RS	Privado nacional
70	78	AÇUCAREIRA ZILLO LORENZETTI S.A.	F	SP	Privado nacional
64	79	ESTEVE IRMÃOS S.A. COM. IND.	F	ES	Privado nacional
65	80	COPEBRÁS S.A.	F	SP	Privado nacional
80	81	CIA. PRODUTORA ALIMS.	F	BA	Estrangeiro
66	82	CIA. FIAÇÃO TECIDOS CEDRO CACHOEIRA	A	MG	Privado nacional
71	83	AÇUCAREIRA CORONA S.A.	F	SP	Privado nacional
	84	CERVEJARIA ANTARCTICA NIGER S.A.	F	SP	Privado nacional
	85	VOITH S.A. MÁQS. EQUIPS.	F	SP	Estrangeiro
89	86	M. DIAS BRANCO S.A. COM. IND.	F	CE	Privado nacional
93	87	LPC INDS. ALIMENTÍCIAS S.A.	A	SP	Estrangeiro
79	88	CEVAL CENTRO-OESTE S.A.	F	MT	Privado nacional
	89	CIA. CACIQUE CAFÉ SOLÚVEL	A	SP	Privado nacional
	90	LACESA S.A. IND. DE ALIMENTOS	A	RS	Privado nacional
82	91	GRANJA REZENDE S.A.	F	MG	Privado nacional
	92	INDS. ALIMENTÍCIAS ITACOLOMY S.A. ITASA	F	MG	Privado nacional
	93	S.A. USINA CORURIPE AÇÚCAR ÁLCOOL	F	AL	Privado nacional
	94	YAKULT S.A. IND. COM.	F	SP	Estrangeiro
	95	CIA. BEBIDAS BAHIA — CIBEB	F	BA	Privado nacional
85	96	CIA. REAL DISTRIBUIÇÃO	F	RS	Privado nacional
75	97	CIA. NITRO QUÍM. BRASILEIRA	F	SP	Privado nacional
	98	USINA BARRA GRANDE LENÇÓIS S.A.	F	SP	Privado nacional
100	99	IND. QUÍM. FARMACÊUTICA SCHERING PLOUGH S.A.	F	RJ	Privado nacional
	100	OLVEPAR DA AMAZÔNIA S.A. IND. COM.	F	MT	Privado nacional

Atividade	Data do Balanço	Ativo total	Classificação Ativo total	Receita operacional líquida	Classificação Rec. op. líq.
Açúcar e álcool	dez. 95	405.490	45	207.809	61
Agropecuária	dez. 95	419.829	43	202.765	65
Celulose, papel e papelão	dez. 95	333.614	57	245.539	54
Produtos alimentares	dez. 95	299.396	64	266.929	48
Têxtil	dez. 95	338.770	56	212.419	60
Celulose, papel e papelão	dez. 95	386.706	48	184.008	73
Química	dez. 95	683.462	24	126.517	91
Celulose, papel e papelão	dez. 95	277.647	68	267.700	47
Produtos alimentares	dez. 95	243.451	76	336.180	33
Comércio atacadista	dez. 95	291.947	66	248.303	52
Química	dez. 95	298.847	65	235.289	56
Comércio varejista	dez. 95	250.627	72	286.678	41
Produtos alimentares	dez. 95	348.471	55	195.976	70
Produtos alimentares	dez. 95	274.496	69	246.595	53
Produtos alimentares	dez. 95	316.389	60	205.305	62
Comércio atacadista	dez. 95	236.295	79	288.586	39
Têxtil	dez. 95	459.511	36	131.127	87
Química	dez. 95	242.942	77	263.628	49
Prod. farmacêutico e veterinário	dez. 95	217.508	82	301.033	38
Produtos alimentares	dez. 95	244.045	75	230.317	58
Bebidas	dez. 95	392.003	47	133.014	86
Produtos alimentares	dez. 95	194.210	91	321.001	35
Celulose, papel e papelão	dez. 95	379.653	50	120.995	94
Bebidas	dez. 95	244.584	73	192.792	72
Química	dez. 95	244.217	74	166.812	78
Madeira	dez. 95	469.353	35	99.905	99
Produtos alimentares	dez. 95	259.513	71	146.897	82
Açúcar e álcool	dez. 95	236.898	78	162.146	79
Comércio atacadista	dez. 95	203.276	86	204.337	64
Química	dez. 95	202.911	87	202.254	66
Produtos alimentares	dez. 95	195.684	89	200.350	67
Têxtil	dez. 95	262.272	70	125.750	92
Açúcar e álcool	dez. 95	233.698	80	144.338	84
Bebidas	dez. 95	283.798	67	111.460	97
Mecânica	set. 95	211.138	83	138.302	85
Produtos alimentares	dez. 95	229.850	81	130.502	88
Produtos alimentares	dez. 95	134.667	99	287.466	40
Produtos alimentares	dez. 95	150.293	97	224.248	59
Produtos alimentares	dez. 95	195.655	90	130.264	89
Produtos alimentares	dez. 95	171.979	95	149.794	81
Agropecuária	dez. 95	507.018	33	68.893	100
Produtos alimentares	dez. 95	173.288	94	144.863	83
Açúcar e álcool	dez. 95	200.549	88	120.785	95
Produtos alimentares	dez. 95	154.833	96	172.667	76
Bebidas	dez. 95	205.926	85	114.201	96
Comércio varejista	dez. 95	103.578	100	401.619	27
Química	dez. 95	208.366	84	108.252	98
Açúcar e álcool	dez. 95	180.298	92	122.371	93
Prod. farmacêutico e veterinário	dez. 95	148.981	98	172.494	77
Produtos alimentares	dez. 95	175.159	93	127.018	90

Tabela 2 — As 100 maiores empresas do agribusiness Classificação segundo o ativo total — em mil R$ — 1995

Class. geral Ativo total	Class. geral 1995	Nome	Aberta/ fechada	UF	Origem do capital	Atividade	Data do Balanço	Ativo total
1	3	ARACRUZ CELULOSE S.A.	A	ES	Priv. nac.	Celulose, papel e papelão	dez. 95	3.879.153
2	1	CIA. CERVEJARIA BRAHMA	A	RJ	Priv. nac.	Bebidas	dez. 95	2.482.442
3	12	BAHIA SUL CELULOSE S.A.	A	BA	Priv. nac.	Celulose, papel e papelão	dez. 95	2.350.671
4	16	VOTORANTIM CELULOSE PAPEL S.A.	A	SP	Priv. nac.	Celulose, papel e papelão	dez. 95	2.187.555
5	9	CIA. SUZANO PAPEL CELULOSE	A	SP	Priv. nac.	Celulose, papel e papelão	dez. 95	1.940.332
6	2	SOUZA CRUZ S.A.	A	RJ	Estrangeiro	Fumo	dez. 95	1.924.461
7	11	CIA. ANTARCTICA PAULISTA	A	SP	Priv. nac.	Bebidas	dez. 95	1.879.751
8	8	KLABIN FAB. PAPEL CELULOSE S.A.	F	SP	Priv. nac.	Celulose, papel e papelão	dez. 95	1.584.288
9	4	CEVAL ALIMENTOS S.A.	A	SC	Priv. nac.	Produtos alimentares	dez. 95	1.516.524
10	18	CIA. VOTORANTIM CELULOSE PAPEL — CELPAV	A	SP	Priv. nac.	Celulose, papel e papelão	dez. 95	1.345.170
11	25	CELULOSE NIPO-BRAS S.A. -- CENIBRA	F	MG	Priv. nac.	Celulose, papel e papelão	dez. 95	1.332.626
12	10	RHODIA S.A.	F	SP	Estrangeiro	Química	dez. 95	1.260.785
13	6	SANTISTA ALIMENTOS S.A.	A	SP	Estrangeiro	Produtos alimentares	dez. 95	1.254.105
14	7	SADIA CONCÓRDIA S.A. IND. COM.	A	SC	Priv. nac.	Produtos alimentares	dez. 95	1.131.563
15	35	JARI CELULOSE S.A.	A	PA	Priv. nac.	Celulose, papel e papelão	dez. 95	1.114.829
16	38	INPACEL IND. PAPEL ARAPOTI S.A.	F	PR	Priv. nac.	Celulose, papel e papelão	dez. 95	1.112.343
17	5	CIA. BRAS. DISTRIBUIÇÃO (PÃO DE AÇÚCAR)	A	SP	Priv. nac.	Comércio varejista	dez. 95	1.018.037
18	19	RIPASA S.A. CELULOSE PAPEL	A	SP	Priv. nac.	Celulose, papel e papelão	dez. 95	957.510
19	13	BASF S.A.	F	SP	Estrangeiro	Química	dez. 95	848.039
20	37	FERTILIZANTES FOSFATADOS S.A. FOSFÉRTIL	A	MG	Priv. nac.	Química	dez. 95	846.143
21	14	CARGILL AGRÍCOLA S.A.	F	SP	Estrangeiro	Produtos alimentares	dez. 95	754.883
22	15	PERDIGÃO AGROINDL. S.A.	F	SC	Priv. nac.	Produtos alimentares	dez. 95	747.547
23	27	DURATEX S.A.	A	SP	Priv. nac.	Madeira	dez. 95	723.209
24	57	OXITENO S.A. IND. COM.	A	SP	Priv. nac.	Química	dez. 95	683.462
25	23	CIBA GEIGY QUÍMICA S.A.	F	SP	Estrangeiro	Química	dez. 95	666.120
26	41	RIOCELL S.A.	A	RS	Priv. nac.	Celulose, papel e papelão	dez. 95	661.954
27	30	IND. BEBIDAS ANTARCTICA R. JANEIRO S.A.	F	RJ	Priv. nac.	Bebidas	dez. 95	643.598
28	43	VICUNHA NORDESTE S.A. IND. TÊXTIL	F	CE	Priv. nac.	Têxtil	dez. 95	628.542
29	17	SPAL IND. BRASILEIRA BEBIDAS S.A.	F	SP	Priv. nac.	Bebidas	dez. 95	627.149
30	20	BAYER S.A.	F	SP	Estrangeiro	Química	dez. 95	559.928
31	29	ALPARGATAS — SANTISTA TÊXTIL S.A.	A	SP	Priv. nac.	Têxtil	dez. 95	544.339
32	33	ULTRAFÉRTIL S.A.	F	SP	Priv. nac.	Química	dez. 95	531.199
33	91	GRANJA REZENDE S.A.	F	MG	Priv. nac.	Agropecuária	dez. 95	507.018
34	24	HOECHST BRASIL QUÍM. FARMACÊUTICA S.A.	F	SP	Estrangeiro	Química	dez. 95	487.203
35	76	EUCATEX S.A. IND. COM.	A	SP	Priv. nac.	Madeira	dez. 95	469.353
36	67	ELIZABETH S.A. IND. TÊXTIL	F	SP	Priv. nac.	Têxtil	dez. 95	459.511
37	31	DU PONT DO BRASIL S.A.	F	SP	Estrangeiro	Química	dez. 95	458.736
38	39	SOLVAY BRASIL S.A.	F	SP	Estrangeiro	Química	dez. 95	449.663
39	49	OXITENO NORDESTE S.A. IND. COM.	A	BA	Priv. nac.	Química	dez. 95	444.560
40	48	IND. BEBIDAS ANTARCTICA NORDESTE S.A.	A	BA	Priv. nac.	Bebidas	dez. 95	430.876
41	21	MAKRO ATACADISTA S.A.	F	SP	Estrangeiro	Comércio atacadista	dez. 95	429.487
42	22	CASAS SENDAS COM. IND. S.A.	F	RJ	Priv. nac.	Comércio varejista	dez. 95	425.855
43	52	AVIPAL S.A. AVICULTURA AGROPECUÁRIA	A	RS	Priv. nac.	Agropecuária	dez. 95	419.829
44	45	CERVEJARIAS REUNS. SKOL CARACU S.A.	F	RJ	Priv. nac.	Bebidas	dez. 95	409.267
45	51	USINA DA BARRA S.A. AÇÚCAR ÁLCOOL	F	SP	Priv. nac.	Açúcar e álcool	dez. 95	405.490
46	26	BOMPREÇO S.A. SUPERMERCADOS NORDESTE	A	PE	Priv. nac.	Comércio varejista	dez. 95	400.070
47	71	IND. BEBIDAS ANTARCTICA POLAR S.A.	A	RS	Priv. nac.	Bebidas	dez. 95	392.003
48	56	PAPEL CELULOSE CATARINENSE S.A.	F	SP	Priv. nac.	Celulose, papel e papelão	dez. 95	386.706
49	34	GLENCORE IMP. EXP. S.A.	F	ES	Estrangeiro	Comércio atacadista	dez. 95	386.376
50	73	PISA PAPEL DE IMPRENSA S.A.	A	PR	Priv. nac.	Celulose, papel e papelão	dez. 95	379.653

Class. geral Ativo total	1995	Nome	Aberta/ fechada	UF	Origem do capital	Atividade	Data do Balanço	Ativo total
51	36	PHILIP MORRIS MARKETING S.A.	F	SP	Estrangeiro	Fumo	dez. 95	376.022
52	28	CIA. IMPORTADORA EXP. COIMEX	F	ES	Priv. nac.	Comércio atacadista	dez. 95	374.768
53	47	INCOBRASA INDL. COML. BRAS. S.A.	F	RS	Priv. nac.	Produtos alimentares	dez. 95	355.984
54	32	FRIGOBRÁS CIA. BRASILEIRA FRIGORÍFICOS	A	PR	Priv. nac.	Produtos alimentares	dez. 95	351.191
55	63	J. MACEDO ALIMENTOS S.A.	F	SP	Priv. nac.	Produtos alimentares	dez. 95	348.471
56	55	HERING TÊXTIL S.A.	A	SC	Priv. nac.	Têxtil	dez. 95	338.770
57	53	TROMBINI PAPEL EMBALAGENS S.A.	A	PR	Priv. nac.	Celulose, papel e papelão	dez. 95	333.614
58	46	COM. INDS. BRAS. COINBRA S.A.	F	SP	Estrangeiro	Produtos alimentares	dez. 95	333.593
59	50	ACHÉ LABS. FARMACÊUTICOS S.A.	F	SP	Priv. nac.	Prod. farm. e veterinário	dez. 95	327.210
60	65	SWIFT ARMOUR S.A. IND. COM.	F	SP	Priv. nac.	Produtos alimentares	dez. 95	316.389
61	44	ELDORADO S.A. COM. IND. IMP.	F	SP	Priv. nac.	Comércio varejista	dez. 95	315.013
62	42	KRAFT SUCHARD BRASIL S.A. (KIBON)	F	SP	Estrangeiro	Produtos alimentares	dez. 95	314.834
63	40	LOJAS COLOMBO S.A.	F	RS	Priv. nac.	Comércio varejista	dez. 95	303.259
64	54	CHAPECÓ CIA. INDL. ALIMENTOS	F	SC	Priv. nac.	Produtos alimentares	dez. 95	299.396
65	61	MANAH S.A.	A	SP	Priv. nac.	Química	dez. 95	298.847
66	60	SOUZA CRUZ TRADING S.A.	F	RJ	Estrangeiro	Comércio atacadista	dez. 95	291.947
67	84	CERVEJARIA ANTARCTICA NIGER S.A.	F	SP	Priv. nac.	Bebidas	dez. 95	283.798
68	58	IGARAS PAPÉIS EMBALAGENS S.A.	F	SP	Estrangeiro	Celulose, papel e papelão	dez. 95	277.647
69	64	BRASWEY S.A. IND. COM.	F	SP	Priv. nac.	Produtos alimentares	dez. 95	274.496
70	82	CIA. FIAÇÃO TECIDOS CEDRO CACHOEIRA	A	MG	Priv. nac.	Têxtil	dez. 95	262.272
71	77	LATICÍNIOS CCGL S.A.	F	RS	Priv. nac.	Produtos alimentares	dez. 95	259.513
72	62	SUPERMAR SUPERMERCADOS S.A.	A	BA	Priv. nac.	Comércio varejista	dez. 95	250.627
73	74	PRIMO SCHINCARIOL IND. CERVEJAS REFRIGS. S.A.	F	SP	Priv. nac.	Bebidas	dez. 95	244.584
74	75	IAP S.A. IND. FERTILIZANTES	A	SP	Priv. nac.	Química	dez. 95	244.217
75	70	FRANGOSUL S.A. AGRO AVÍCOLA. INDL.	A	RS	Priv. nac.	Produtos alimentares	dez. 95	244.045
76	59	CHOCOLATES GAROTO S.A.	F	ES	Priv. nac.	Produtos alimentares	dez. 95	243.451
77	68	ADUBOS TREVO S.A.	A	RS	Priv. nac.	Química	dez. 95	242.942
78	78	AÇUCAREIRA ZILLO LORENZETTI S.A.	F	SP	Priv. nac.	Açúcar e álcool	dez. 95	236.898
79	66	SADIA TRADING S.A. EXP. IMP.	F	SP	Priv. nac.	Comércio atacadista	dez. 95	236.295
80	83	AÇUCAREIRA CORONA S.A.	F	SP	Priv. nac.	Açúcar e álcool	dez. 95	233.698
81	86	M. DIAS BRANCO S.A. COM. IND.	F	CE	Priv. nac.	Produtos alimentares	dez. 95	229.850
82	69	PRODS. ROCHE QUÍMS. FARMACÊUTICOS S.A.	F	SP	Estrangeiro	Prod. farm. e veterinário	dez. 95	217.508
83	85	VOITH S.A. MAQS. EQUIPS.	F	SP	Estrangeiro	Mecânica	set. 95	211.138
84	97	CIA. NITRO QUÍM. BRASILEIRA	F	SP	Priv. nac.	Química	dez. 95	208.366
85	95	CIA. BEBIDAS BAHIA — CIBEB	F	BA	Priv. nac.	Bebidas	dez. 95	205.926
86	79	ESTEVE IRMÃOS S.A. COM. IND.	F	ES	Priv. nac.	Comércio atacadista	dez. 95	203.276
87	80	COPEBRÁS S.A.	F	SP	Priv. nac.	Química	dez. 95	202.911
88	93	S.A. USINA CORURIPE AÇÚCAR ÁLCOOL	F	AL	Priv. nac.	Açúcar e álcool	dez. 95	200.549
89	81	CIA. PRODUTORA ALIMS.	F	BA	Estrangeiro	Produtos alimentares	dez. 95	195.684
90	89	CIA. CACIQUE CAFÉ SOLÚVEL	A	SP	Priv. nac.	Produtos alimentares	dez. 95	195.655
91	72	INDS. CHOCOLATE LACTA S.A.	A	SP	Priv. nac.	Produtos alimentares	dez. 95	194.210
92	98	USINA BARRA GRANDE LENÇÓIS S.A.	F	SP	Priv. nac.	Açúcar e álcool	dez. 95	180.298
93	100	OLVEPAR DA AMAZÔNIA S.A. IND. COM.	F	MT	Priv. nac.	Produtos alimentares	dez. 95	175.159
94	92	INDS. ALIMENTÍCIAS ITACOLOMY S.A. ITASA	F	MG	Priv. nac.	Produtos alimentares	dez. 95	173.288
95	90	LACESA S.A. IND. DE ALIMENTOS	A	RS	Priv. nac.	Produtos alimentares	dez. 95	171.979
96	94	YAKULT S.A. IND. COM.	F	SP	Estrangeiro	Produtos alimentares	dez. 95	154.833
97	88	CEVAL CENTRO-OESTE S.A.	F	MT	Priv. nac.	Produtos alimentares	dez. 95	150.293
98	99	IND. QUÍM. FARMAC. SCHERING PLOUGH S.A.	F	RJ	Priv. nac.	Prod. farm. e veterinário	dez. 95	148.981
99	87	LPC INDS. ALIMENTÍCIAS S.A.	A	SP	Estrangeiro	Produtos alimentares	dez. 95	134.667
100	96	CIA. REAL DISTRIBUIÇÃO	F	RS	Priv. nac.	Comércio varejista	dez. 95	103.578

Tabela 3 — As 100 maiores empresas do agribusiness Classificação segundo a receita operacional líquida — em mil R$ — 1995

Class. geral ROL	1995	Nome	Aberta/ fechada	UF	Origem do capital	Atividade	Data do Balanço	Receita oper. líquida
1	5	CIA. BRAS. DISTRIBUIÇÃO (PÃO DE AÇÚCAR)	A	SP	Priv. nac.	Comércio varejista	dez. 95	2.382.002
2	4	CEVAL ALIMENTOS S.A.	A	SC	Priv. nac.	Produtos alimentares	dez. 95	1.354.707
3	2	SOUZA CRUZ S.A.	A	RJ	Estrangeiro	Fumo	dez. 95	1.352.087
4	1	CIA. CERVEJARIA BRAHMA	A	RJ	Priv. nac.	Bebidas	dez. 95	1.211.727
5	6	SANTISTA ALIMENTOS S.A.	A	SP	Estrangeiro	Produtos alimentares	dez. 95	1.201.895
6	7	SADIA CONCÓRDIA S.A. IND. COM.	A	SC	Priv. nac.	Produtos alimentares	dez. 95	1.172.433
7	22	CASAS SENDAS COM. IND. S.A.	F	RJ	Priv. nac.	Comércio varejista	dez. 95	1.143.473
8	21	MAKRO ATACADISTA S.A.	F	SP	Estrangeiro	Comércio atacadista	dez. 95	1.103.945
9	28	CIA. IMPORTADORA EXP. COIMEX	F	ES	Priv. nac.	Comércio atacadista	dez. 95	1.012.392
10	26	BOMPREÇO S.A. SUPERMERCADOS NORDESTE	A	PE	Priv. nac.	Comércio varejista	dez. 95	992.547
11	14	CARGILL AGRÍCOLA S.A.	F	SP	Estrangeiro	Produtos alimentares	dez. 95	972.990
12	13	BASF S.A.	F	SP	Estrangeiro	Química	dez. 95	788.443
13	17	SPAL IND. BRASILEIRA BEBIDAS S.A.	F	SP	Priv. nac.	Bebidas	dez. 95	788.245
14	15	PERDIGÃO AGROINDL. S.A.	F	SC	Priv. nac.	Produtos alimentares	dez. 95	748.164
15	3	ARACRUZ CELULOSE S.A.	A	ES	Priv. nac.	Celulose, papel e papelão	dez. 95	744.979
16	8	KLABIN FAB. PAPEL CELULOSE S.A.	F	SP	Priv. nac.	Celulose, papel e papelão	dez. 95	732.256
17	32	FRIGOBRÁS CIA. BRASILEIRA FRIGORÍFICOS	A	PR	Priv. nac.	Produtos alimentares	dez. 95	685.394
18	10	RHODIA S.A.	F	SP	Estrangeiro	Química	dez. 95	619.175
19	24	HOECHST BRASIL QUÍM. FARMACÊUTICA S.A.	F	SP	Estrangeiro	Química	dez. 95	576.213
20	40	LOJAS COLOMBO S.A.	F	RS	Priv. nac.	Comércio varejista	dez. 95	543.086
21	9	CIA. SUZANO PAPEL CELULOSE	A	SP	Priv. nac.	Celulose, papel e papelão	dez. 95	542.909
22	20	BAYER S.A.	F	SP	Estrangeiro	Química	dez. 95	511.907
23	42	KRAFT SUCHARD BRASIL S.A. (KIBON)	F	SP	Estrangeiro	Produtos alimentares	dez. 95	508.873
24	11	CIA. ANTARCTICA PAULISTA	A	SP	Priv. nac.	Bebidas	dez. 95	445.035
25	44	ELDORADO S.A. COM. IND. IMP.	F	SP	Priv. nac.	Comércio varejista	dez. 95	423.204
26	34	GLENCORE IMP. EXP. S.A.	F	ES	Estrangeiro	Comércio atacadista	dez. 95	418.693
27	96	CIA. REAL DISTRIBUIÇÃO	F	RS	Priv. nac.	Comércio varejista	dez. 95	401.619
28	12	BAHIA SUL CELULOSE S.A.	A	BA	Priv. nac.	Celulose, papel e papelão	dez. 95	386.541
29	31	DU PONT DO BRASIL S.A.	F	SP	Estrangeiro	Química	dez. 95	385.056
30	36	PHILIP MORRIS MARKETING S.A.	F	SP	Estrangeiro	Fumo	dez. 95	374.429
31	23	CIBA GEIGY QUÍMICA S.A.	F	SP	Estrangeiro	Química	dez. 95	366.667
32	29	ALPARGATAS — SANTISTA TÊXTIL S.A.	A	SP	Priv. nac.	Têxtil	dez. 95	366.326
33	59	CHOCOLATES GAROTO S.A.	F	ES	Priv. nac.	Produtos alimentares	dez. 95	336.180
34	18	CIA. VOTORANTIM CELULOSE PAPEL — CELPAV	A	SP	Priv. nac.	Celulose, papel e papelão	dez. 95	330.225
35	72	INDS. CHOCOLATE LACTA S.A.	A	SP	Priv. nac.	Produtos alimentares	dez. 95	321.001
36	19	RIPASA S.A. CELULOSE PAPEL	A	SP	Priv. nac.	Celulose, papel e papelão	dez. 95	314.022
37	33	ULTRAFÉRTIL S.A.	F	SP	Priv. nac.	Química	dez. 95	301.589
38	69	PRODS. ROCHE QUÍMS. FARMACÊUTICOS S.A.	F	SP	Estrangeiro	Prod. farm. e veterinário	dez. 95	301.033
39	66	SADIA TRADING S.A. EXP. IMP.	F	SP	Priv. nac.	Comércio atacadista	dez. 95	288.586
40	87	LPC INDS. ALIMENTÍCIAS S.A.	A	SP	Estrangeiro	Produtos alimentares	dez. 95	287.466
41	62	SUPERMAR SUPERMERCADOS S.A.	A	BA	Priv. nac.	Comércio varejista	dez. 95	286.678
42	30	IND. BEBIDAS ANTARCTICA R. JANEIRO S.A.	F	RJ	Priv. nac.	Bebidas	dez. 95	280.352
43	16	VOTORANTIM CELULOSE PAPEL S.A.	A	SP	Priv. nac.	Celulose, papel e papelão	dez. 95	278.651
44	27	DURATEX S.A.	A	SP	Priv. nac.	Madeira	dez. 95	275.742
45	46	COM. INDS. BRAS. COINBRA S.A.	F	SP	Estrangeiro	Produtos alimentares	dez. 95	274.530
46	39	SOLVAY BRASIL S.A.	F	SP	Estrangeiro	Química	dez. 95	272.972
47	58	IGARAS PAPÉIS EMBALAGENS S.A.	F	SP	Estrangeiro	Celulose, papel e papelão	dez. 95	267.700
48	54	CHAPECÓ CIA. INDL. ALIMENTOS	F	SC	Priv. nac.	Produtos alimentares	dez. 95	266.929
49	68	ADUBOS TREVO S.A.	A	RS	Priv. nac.	Química	dez. 95	263.628
50	47	INCOBRASA INDL. COML. BRAS. S.A.	F	RS	Priv. nac.	Produtos alimentares	dez. 95	257.885

Class. geral ROL	1995	Nome	Aberta/ fechada	UF	Origem do capital	Atividade	Data do Balanço	Receita oper. líquida
51	50	ACHÉ LABS. FARMACÊUTICOS S.A.	F	SP	Priv. nac.	Prod. farm. e veterinário	dez. 95	253.708
52	60	SOUZA CRUZ TRADING S.A.	F	RJ	Estrangeiro	Comércio atacadista	dez. 95	248.303
53	64	BRASWEY S.A. IND. COM.	F	SP	Priv. nac.	Produtos alimentares	dez. 95	246.595
54	53	TROMBINI PAPEL EMBALAGENS S.A.	A	PR	Priv. nac.	Celulose, papel e papelão	dez. 95	245.539
55	25	CELULOSE NIPO-BRAS. S.A. — CENIBRA	F	MG	Priv. nac.	Celulose, papel e papelão	dez. 95	239.676
56	61	MANAH S.A.	A	SP	Priv. nac.	Química	dez. 95	235.289
57	45	CERVEJARIAS REUNS. SKOL CARACU S.A.	F	RJ	Priv. nac.	Bebidas	dez. 95	234.576
58	70	FRANGOSUL S.A. AGRO AVÍCOLA INDL.	A	RS	Priv. nac.	Produtos alimentares	dez. 95	230.317
59	88	CEVAL CENTRO-OESTE S.A.	F	MT	Priv. nac.	Produtos alimentares	dez. 95	224.248
60	55	HERING TÊXTIL S.A.	A	SC	Priv. nac.	Têxtil	dez. 95	212.419
61	51	USINA DA BARRA S.A. AÇÚCAR ÁLCOOL	F	SP	Priv. nac.	Açúcar e álcool	dez. 95	207.809
62	65	SWIFT ARMOUR S.A. IND. COM.	F	SP	Priv. nac.	Produtos alimentares	dez. 95	205.305
63	41	RIOCELL S.A.	A	RS	Priv. nac.	Celulose, papel e papelão	dez. 95	204.364
64	79	ESTEVE IRMÃOS S.A. COM. IND.	F	ES	Priv. nac.	Comércio atacadista	dez. 95	204.337
65	52	AVIPAL S.A. AVICULTURA AGROPECUÁRIA	A	RS	Priv. nac.	Agropecuária	dez. 95	202.765
66	80	COPEBRÁS S.A.	F	SP	Priv. nac.	Química	dez. 95	202.254
67	81	CIA. PRODUTORA ALIMS.	F	BA	Estrangeiro	Produtos alimentares	dez. 95	200.350
68	48	IND. BEBIDAS ANTARCTICA NORDESTE S.A.	A	BA	Priv. nac.	Bebidas	dez. 95	198.190
69	43	VICUNHA NORDESTE S.A. IND. TÊXTIL	F	CE	Priv. nac.	Têxtil	dez. 95	196.964
70	63	J. MACEDO ALIMENTOS S.A.	F	SP	Priv. nac.	Produtos alimentares	dez. 95	195.976
71	49	OXITENO NORDESTE S.A. IND. COM.	A	BA	Priv. nac.	Química	dez. 95	194.824
72	74	PRIMO SCHINCARIOL IND. CERVEJAS REFRIGS. S.A.	F	SP	Priv. nac.	Bebidas	dez. 95	192.792
73	56	PAPEL CELULOSE CATARINENSE S.A.	F	SP	Priv. nac.	Celulose, papel e papelão	dez. 95	184.008
74	37	FERTILIZANTES FOSFATADOS S.A. FOSFÉRTIL	A	MG	Priv. nac.	Química	dez. 95	180.543
75	35	JARI CELULOSE S.A.	A	PA	Priv. nac.	Celulose, papel e papelão	dez. 95	178.055
76	94	YAKULT S.A. IND. COM.	F	SP	Estrangeiro	Produtos alimentares	dez. 95	172.667
77	99	IND. QUÍM. FARMAC. SCHERING PLOUGH S.A.	F	RJ	Priv. nac.	Prod. farm. e veterinário	dez. 95	172.494
78	75	IAP S.A. IND. FERTILIZANTES	A	SP	Priv. nac.	Química	dez. 95	166.812
79	78	AÇUCAREIRA ZILLO LORENZETTI S.A.	F	SP	Priv. nac.	Açúcar e álcool	dez. 95	162.146
80	38	INPACEL IND. PAPEL ARAPOTI S.A.	F	PR	Priv. nac.	Celulose, papel e papelão	dez. 95	160.035
81	90	LACESA S.A. IND. DE ALIMENTOS	A	RS	Priv. nac.	Produtos alimentares	dez. 95	149.794
82	77	LATICÍNIOS CCGL S.A.	F	RS	Priv. nac.	Produtos alimentares	dez. 95	146.897
83	92	INDS. ALIMENTÍCIAS ITACOLOMY S.A. ITASA	F	MG	Priv. nac.	Produtos alimentares	dez. 95	144.863
84	83	AÇUCAREIRA CORONA S.A.	F	SP	Priv. nac.	Açúcar e álcool	dez. 95	144.338
85	85	VOITH S.A. MAQS. EQUIPS.	F	SP	Estrangeiro	Mecânica	set. 95	138.302
86	71	IND. BEBIDAS ANTARCTICA POLAR S.A.	A	RS	Priv. nac.	Bebidas	dez. 95	133.014
87	67	ELIZABETH S.A. IND. TÊXTIL	F	SP	Priv. nac.	Têxtil	dez. 95	131.127
88	86	M. DIAS BRANCO S.A. COM. IND.	F	CE	Priv. nac.	Produtos alimentares	dez. 95	130.502
89	89	CIA. CACIQUE CAFÉ SOLÚVEL	A	SP	Priv. nac.	Produtos alimentares	dez. 95	130.264
90	100	OLVEPAR DA AMAZÔNIA S.A. IND. COM.	F	MT	Priv. nac.	Produtos alimentares	dez. 95	127.018
91	57	OXITENO S.A. IND. COM.	A	SP	Priv. nac.	Química	dez. 95	126.517
92	82	CIA. FIAÇÃO TECIDOS CEDRO CACHOEIRA	A	MG	Priv. nac.	Têxtil	dez. 95	125.750
93	98	USINA BARRA GRANDE LENÇÓIS S.A.	F	SP	Priv. nac.	Açúcar e álcool	dez. 95	122.371
94	73	PISA PAPEL DE IMPRENSA S.A.	A	PR	Priv. nac.	Celulose, papel e papelão	dez. 95	120.995
95	93	S.A. USINA CORURIPE AÇÚCAR ÁLCOOL	F	AL	Priv. nac.	Açúcar e álcool	dez. 95	120.785
96	95	CIA. BEBIDAS BAHIA — CIBEB	F	BA	Priv. nac.	Bebidas	dez. 95	114.201
97	84	CERVEJARIA ANTARCTICA NIGER S.A.	F	SP	Priv. nac.	Bebidas	dez. 95	111.460
98	97	CIA. NITRO QUÍM. BRASILEIRA	F	SP	Priv. nac.	Química	dez. 95	108.252
99	76	EUCATEX S.A. IND. COM.	A	SP	Priv. nac.	Madeira	dez. 95	99.905
100	91	GRANJA REZENDE S.A.	F	MG	Priv. nac.	Agropecuária	dez. 95	68.893

Tabela 4 — As 100 maiores empresas do agribusiness Classificação setorial — principais indicadores econômico-financeiros

Class. setor.	Class. geral	Nome	Ativo total	Receita oper. líquida	Patrimônio líquido	Lucro líquido	Rentabilidade (%)
		Empresas fornecedoras de insumos agrícolas					
		Mecânica					
1	85	VOITH S.A. MÁQS. EQUIPS.	211.138	138.302	88.567	-12.210	-13,79
Somatório do setor			**211.138**	**138.302**	**88.567**	**-12.210**	**-13,79**
		Química					
1	10	RHODIA S.A.	1.260.785	619.175	798.136	18.233	2,28
2	13	BASF S.A.	848.039	788.443	277.049	-39.013	-14,08
3	20	BAYER S.A.	559.928	511.907	426.757	1.345	0,32
4	23	CIBA GEIGY QUÍMICA S.A.	666.120	366.667	500.208	41.090	8,21
5	24	HOECHST BRASIL QUÍM. FARMACÊUTICA S.A.	487.203	576.213	278.944	-17.294	-6,20
6	31	DU PONT DO BRASIL S.A.	458.736	385.056	238.171	39.850	16,73
7	33	ULTRAFÉRTIL S.A.	531.199	301.589	418.026	36.918	8,83
8	37	FERTILIZANTES FOSFATADOS S.A. FOSFÉRTIL	846.143	180.543	456.636	43.367	9,50
9	39	SOLVAY BRASIL S.A.	449.663	272.972	344.685	-4.203	-1,22
10	49	OXITENO NORDESTE S.A. IND. COM.	444.560	194.824	353.527	16.748	4,74
11	57	OXITENO S.A. IND. COM.	683.462	126.517	527.762	23.361	4,43
12	61	MANAH S.A.	298.847	235.289	131.701	6.393	4,85
13	68	ADUBOS TREVO S.A.	242.942	263.628	75.636	-61.763	-81,66
14	75	IAP S.A. IND. FERTILIZANTES	244.217	166.812	102.002	-3.886	-3,81
15	80	COPEBRÁS S.A.	202.911	202.254	126.211	5.336	4,23
16	97	CIA. NITRO QUÍM. BRASILEIRA	208.366	108.252	119.408	-38.254	-32,04
Somatório do setor			**8.433.121**	**5.300.141**	**5.174.859**	**68.228**	**1,32**
		Farmacêutico e veterinário					
1	50	ACHÉ LABS. FARMACÊUTICOS S.A.	327.210	253.708	246.573	65.546	26,58
2	69	PRODS. ROCHE QUÍMS. FARMACÊUTICOS S.A.	217.508	301.033	145.429	41.143	28,29
3	99	IND. QUÍM. FARMACÊUTICA SCHERING PLOUGH S.A.	148.981	172.494	78.084	25.012	32,03
Somatório do setor			**693.699**	**727.235**	**727.235**	**131.701**	**18,11**
		Empresas agropecuárias					
		Agropecuária					
1	52	AVIPAL S.A. AVICULTURA AGROPECUÁRIA	419.829	202.765	340.345	12.216	3,59
2	91	GRANJA REZENDE S.A.	507.018	68.893	496.814	458	0,09
Somatório do setor			**926.847**	**271.658**	**837.159**	**12.674**	**1,51**
		Empresas processadoras de produtos agrícolas					
		Açúcar e álcool					
1	51	USINA DA BARRA S.A. AÇÚCAR ÁLCOOL	405.490	207.809	88.966	1.729	1,94
2	78	AÇUCAREIRA ZILLO LORENZETTI S.A.	236.898	162.146	32.430	-14.211	-43,82
3	83	AÇUCAREIRA CORONA S.A.	233.698	144.338	18.073	-34.690	-191,94
4	93	S.A. USINA CORURIPE AÇÚCAR ÁLCOOL	200.549	120.785	121.775	5.157	4,23
5	98	USINA BARRA GRANDE LENÇÓIS S.A.	180.298	122.371	43.854	668	1,52
Somatório do setor			**1.256.933**	**757.449**	**305.098**	**-41.347**	**-13,55**

Class. setor.	Class. geral	Nome	Ativo total	Receita oper. líquida	Patrimônio líquido	Lucro líquido	Rentabilidade (%)
		Bebidas					
1	1	CIA. CERVEJARIA BRAHMA	2.482.442	1.211.727	979.942	257.384	26,27
2	11	CIA. ANTARCTICA PAULISTA	1.879.751	445.035	1.308.989	101.764	7,77
3	17	SPAL IND. BRASILEIRA BEBIDAS S.A.	627.149	788.245	213.449	-9.306	-4,36
4	30	IND. BEBIDAS ANTARCTICA R. JANEIRO S.A.	643.598	280.352	375.378	20.267	5,40
5	45	CERVEJARIAS REUNS. SKOL CARACU S.A.	409.267	234.576	209.843	66.436	31,66
6	48	IND. BEBIDAS ANTARCTICA NORDESTE S.A.	430.876	198.190	314.717	46.056	14,63
7	71	IND. BEBIDAS ANTARCTICA POLAR S.A.	392.003	133.014	266.683	46.563	17,46
8	74	PRIMO SCHINCARIOL IND. CERVEJAS REFRIGS. S.A.	244.584	192.792	145.413	45.478	31,28
9	84	CERVEJARIA ANTARCTICA NIGER S.A.	283.798	111.460	128.759	19.706	15,30
10	95	CIA. BEBIDAS BAHIA — CIBEB	205.926	114.201	116.624	22.494	19,29
Somatório do setor			**7.599.394**	**3.709.592**	**4.059.797**	**616.842**	**15,19**
		Celulose, papel e papelão					
1	3	ARACRUZ CELULOSE S.A.	3.879.153	744.979	2.327.025	346.555	14,89
2	8	KLABIN FAB. PAPEL CELULOSE S.A.	1.584.288	732.256	1.039.357	69.729	6,71
3	9	CIA. SUZANO PAPEL CELULOSE	1.940.332	542.909	1.529.785	84.809	5,54
4	12	BAHIA SUL CELULOSE S.A.	2.350.671	386.541	1.375.339	31.734	2,31
5	16	VOTORANTIM CELULOSE PAPEL S.A.	2.187.555	278.651	1.974.497	13.519	0,68
6	18	CIA. VOTORANTIM CELULOSE PAPEL — CELPAV	1.345.170	330.225	1.008.607	16.922	1,68
7	19	RIPASA S.A. CELULOSE PAPEL	957.510	314.022	687.283	33.712	4,91
8	25	CELULOSE NIPO-BRAS. S.A. — CENIBRA	1.332.626	239.676	688.876	49.179	7,14
9	35	JARI CELULOSE S.A.	1.114.829	178.055	834.974	-4.274	-0,51
10	38	INPACEL IND. PAPEL ARAPOTI S.A.	1.112.343	160.035	577.061	-43.569	-7,55
11	41	RIOCELL S.A.	661.954	204.364	413.257	22.580	5,46
12	53	TROMBINI PAPEL EMBALAGENS S.A.	333.614	245.539	128.368	-22.230	-17,32
13	56	PAPEL CELULOSE CATARINENSE S.A.	386.706	184.008	167.176	14.118	8,44
14	58	IGARAS PAPÉIS EMBALAGENS S.A.	277.647	267.700	173.519	60.046	34,60
15	73	PISA PAPEL DE IMPRENSA S.A.	379.653	120.995	302.299	12.624	4,18
Somatório do setor			**19.844.051**	**4.929.955**	**13.227.423**	**685.454**	**5,18**
		Madeira					
1	27	DURATEX S.A.	723.209	275.742	576.432	29.110	5,05
2	76	EUCATEX IND. COM. S.A.	469.353	99.905	298.874	-37.250	-12,46
Somatório do setor			**1.192.562**	**375.647**	**875.306**	**-8.140**	**-0,93**
		Comércio atacadista					
1	21	MAKRO ATACADISTA S.A.	429.487	1.103.945	216.889	-22.302	-10,28
2	28	CIA. IMPORTADORA EXP. COIMEX	374.768	1.012.392	35.056	7.386	21,07
3	34	GLENCORE IMP. EXP. S.A.	386.376	418.693	23.371	391	1,67
4	60	SOUZA CRUZ TRADING S.A.	291.947	248.303	132.421	132.781	100,27
5	66	SADIA TRADING S.A. EXP. IMP.	236.295	288.586	3.450	-4.521	-131,04
6	79	ESTEVE IRMÃOS S.A. COM. IND.	203.276	204.337	59.710	1.104	1,85
Somatório do setor			**1.922.149**	**3.276.256**	**470.897**	**114.839**	**24,39**

Classificação setorial

Class. setor.	Class. geral	Nome	Ativo total	Receita oper. líquida	Patrimônio líquido	Lucro líquido	Rentabilidade (%)
		Comércio varejista					
1	5	CIA. BRAS. DISTRIBUIÇÃO (PÃO DE AÇÚCAR)	1.018.037	2.382.002	482.943	76.554	15,85
2	22	CASAS SENDAS COM. IND. S.A.	425.855	1.143.473	163.929	3.953	2,41
3	26	BOMPREÇO S.A. SUPERMERCADOS NORDESTE	400.070	992.547	173.302	17.182	9,91
4	40	LOJAS COLOMBO S.A.	303.259	543.086	81.594	22.314	27,35
5	44	ELDORADO S.A. COM. IND. IMP.	315.013	423.204	130.707	-36.335	-27,80
6	62	SUPERMAR SUPERMERCADOS S.A.	250.627	286.678	15.878	0	0
7	96	CIA. REAL DISTRIBUIÇÃO	103.578	401.619	41.807	244	0,58
Somatório do setor			**2.816.439**	**6.172.609**	**1.090.160**	**83.912**	**7,70**
		Fumo					
1	2	SOUZA CRUZ S.A.	1.924.461	1.352.087	1.208.493	249.432	20,64
2	36	PHILIP MORRIS MARKETING S.A.	376.022	374.429	-24.536	-25.089	–
Somatório do setor			**2.300.483**	**1.726.516**	**1.183.957**	**224.343**	**18,95**
		Produtos alimentares					
1	4	CEVAL ALIMENTOS S.A.	1.516.524	1.354.707	789.409	62.827	7,96
2	6	SANTISTA ALIMENTOS S.A.	1.254.105	1.201.895	694.830	20.137	2,90
3	7	SADIA CONCÓRDIA S.A. IND. COM.	1.131.563	1.172.433	540.229	99.138	18,35
4	14	CARGILL AGRÍCOLA S.A.	754.883	972.990	411.608	25.950	6,30
5	15	PERDIGÃO AGROINDL. S.A.	747.547	748.164	463.205	29.456	6,36
6	32	FRIGOBRÁS CIA. BRASILEIRA FRIGORÍFICOS	351.191	685.394	210.193	34.142	16,24
7	42	KRAFT SUCHARD BRASIL S.A. (KIBON)	314.834	508.873	152.981	34.354	22,46
8	46	COM. INDS. BRAS. COINBRA S.A.	333.593	274.530	136.413	-14.563	-10,68
9	47	INCOBRASA INDL. COML. BRAS. S.A.	355.984	257.885	137.829	46.272	33,57
10	54	CHAPECÓ CIA. INDL. ALIMENTOS	299.396	266.929	103.711	2.073	2,00
11	59	CHOCOLATES GAROTO S.A.	243.451	336.180	148.483	15.067	10,15
12	63	J. MACEDO ALIMENTOS S.A.	348.471	195.976	155.680	2.579	1,66
13	64	BRASWEY S.A. IND. COM.	274.496	246.595	169.594	216	0,13
14	65	SWIFT ARMOUR S.A. IND. COM.	316.389	205.305	27.369	-25.210	-92,11
15	70	FRANGOSUL S.A. AGRO AVÍCOLA INDL.	244.045	230.317	165.995	2.848	1,72
16	72	INDS. CHOCOLATE LACTA S.A.	194.210	321.001	52.579	-559	-1,06
17	77	LATICÍNIOS CCGL S.A.	259.513	146.897	233.830	-2.629	-1,12
18	81	CIA. PRODUTORA ALIMS.	195.684	200.350	152.233	40.147	26,37
19	86	M. DIAS BRANCO S.A. COM. IND.	229.850	130.502	206.251	38.054	18,45
20	87	LPC INDS. ALIMENTÍCIAS S.A.	134.667	287.466	85.072	9.393	11,04
21	88	CEVAL CENTRO-OESTE S.A.	150.293	224.248	59.535	-13.657	-22,94
22	89	CIA. CACIQUE CAFÉ SOLÚVEL	195.655	130.264	43.645	10.259	23,51
23	90	LACESA S.A. IND. DE ALIMENTOS	171.979	149.794	49.844	-4.418	-8,86
24	92	INDS. ALIMENTÍCIAS ITACOLOMY S.A. ITASA	173.288	144.863	151.072	33.173	21,96
25	94	YAKULT S.A. IND. COM.	154.833	172.667	95.735	40.001	41,78
26	100	OLVEPAR DA AMAZÔNIA S.A. IND. COM.	175.159	127.018	89.942	3.938	4,38
Somatório do setor			**10.521.603**	**10.693.243**	**5.527.267**	**488.988**	**8,85**
		Têxtil					
1	29	ALPARGATAS — SANTISTA TÊXTIL S.A.	544.339	366.326	347.391	-56.717	-16,33
2	43	VICUNHA NORDESTE S.A. IND. TÊXTIL	628.542	196.964	333.337	11.385	3,42
3	55	HERING TÊXTIL S.A.	338.770	212.419	101.351	-14.429	-14,24
4	67	ELIZABETH S.A. IND. TÊXTIL	459.511	131.127	378.776	2.455	0,65
5	82	CIA. FIAÇÃO TECIDOS CEDRO CACHOEIRA	262.272	125.750	145.850	12.783	8,76
Somatório do setor			**2.233.434**	**1.032.586**	**1.306.705**	**-44.523**	**-3,41**



Os endereços certos da indústria da carne

Para facilitar a comunicação com as pessoas que decidem na indústria de carne e derivados, o Panorama Setorial da Gazeta Mercantil preparou um cadastro com cerca de 500 empresas e de 1,5 mil executivos. As listagens incluem a razão social da empresa, CGC, endereço, CEP, telefone, fax e o nome e cargo de um ou mais executivos. Estão à disposição dos interessados os dados referentes a: 260 empresas e 729 executivos de gado de corte; 76 empresas e 206 executivos de frigoríficos de bovinos; 20 empresas e 73 executivos de criadora de suínos; 53 empresas e 173 executivos criadores de aves; 40 empresas e 185 executivos de frigoríficos e suínos e aves; 27 empresas e 87 executivos de rações.

Este cadastro complementa o Panorama Setorial: A indústria da Carne, que já foi publicado.

Preço:

Listagem: R$ 350,00

Os assinantes do Panorama Setorial, A Indústria da Carne têm desconto de 20% na listagem.

Panorama Setorial

GAZETA MERCANTIL

0800-113415 - Ligação gratuita



Tabela 5 — As 100 maiores empresas do agribusiness Classificação alfabética — em mil R$ — 1995

Class. geral	Nome	Aberta/ fechada	UF	Origem do capital	Atividade	Data do Balanço	Class. do setor
50	ACHÉ LABS. FARMACÊUTICOS S.A.	F	SP	Priv. nac.	Prod. farm. e veterinário	dez. 95	1
83	AÇUCAREIRA CORONA S.A.	F	SP	Priv. nac.	Açúcar e álcool	dez. 95	3
78	AÇUCAREIRA ZILLO LORENZETTI S.A.	F	SP	Priv. nac.	Açúcar e álcool	dez. 95	2
68	ADUBOS TREVO S.A.	A	RS	Priv. nac.	Química	dez. 95	13
29	ALPARGATAS — SANTISTA TÊXTIL S.A.	A	SP	Priv. nac.	Têxtil	dez. 95	1
3	ARACRUZ CELULOSE S.A.	A	ES	Priv. nac.	Celulose, papel e papelão	dez. 95	1
52	AVIPAL S.A. AVICULTURA AGROPECUÁRIA	A	RS	Priv. nac.	Agropecuária	dez. 95	1
12	BAHIA SUL CELULOSE S.A.	A	BA	Priv. nac.	Celulose, papel e papelão	dez. 95	4
13	BASF S.A.	F	SP	Estrangeiro	Química	dez. 95	2
20	BAYER S.A.	F	SP	Estrangeiro	Química	dez. 95	3
26	BOMPREÇO S.A. SUPERMERCADOS NORDESTE	A	PE	Priv. nac.	Comércio varejista	dez. 95	3
64	BRASWEY S.A. IND. COM.	F	SP	Priv. nac.	Produtos alimentares	dez. 95	13
14	CARGILL AGRÍCOLA S.A.	F	SP	Estrangeiro	Produtos alimentares	dez. 95	4
22	CASAS SENDAS COM. IND. S.A.	F	RJ	Priv. nac.	Comércio varejista	dez. 95	2
25	CELULOSE NIPO-BRAS. S.A. — CENIBRA	F	MG	Priv. nac.	Celulose, papel e papelão	dez. 95	8
84	CERVEJARIA ANTARCTICA NIGER S.A.	F	SP	Priv. nac.	Bebidas	dez. 95	9
45	CERVEJARIAS REUNS. SKOL CARACU S.A.	F	RJ	Priv. nac.	Bebidas	dez. 95	5
4	CEVAL ALIMENTOS S.A.	A	SC	Priv. nac.	Produtos alimentares	dez. 95	1
88	CEVAL CENTRO-OESTE S.A.	F	MT	Priv. nac.	Produtos alimentares	dez. 95	21
54	CHAPECÓ CIA. INDL. ALIMENTOS	F	SC	Priv. nac.	Produtos alimentares	dez. 95	10
59	CHOCOLATES GAROTO S.A.	F	ES	Priv. nac.	Produtos alimentares	dez. 95	11
11	CIA. ANTARCTICA PAULISTA	A	SP	Priv. nac.	Bebidas	dez. 95	2
95	CIA. BEBIDAS BAHIA — CIBEB	F	BA	Priv. nac.	Bebidas	dez. 95	10
5	CIA. BRAS. DISTRIBUIÇÃO (PÃO DE AÇÚCAR)	A	SP	Priv. nac.	Comércio varejista	dez. 95	1
89	CIA. CACIQUE CAFÉ SOLÚVEL	A	SP	Priv. nac.	Produtos alimentares	dez. 95	22
1	CIA. CERVEJARIA BRAHMA	A	RJ	Priv. nac.	Bebidas	dez. 95	1
82	CIA. FIAÇÃO TECIDOS CEDRO CACHOEIRA	A	MG	Priv. nac.	Têxtil	dez. 95	5
28	CIA. IMPORTADORA EXP. COIMEX.	F	ES	Priv. nac.	Comércio atacadista	dez. 95	2
97	CIA. NITRO QUÍM. BRASILEIRA	F	SP	Priv. nac.	Química	dez. 95	16
81	CIA. PRODUTORA ALIMS.	F	BA	Estrangeiro	Produtos alimentares	dez. 95	18
96	CIA. REAL DISTRIBUIÇÃO	F	RS	Priv. nac.	Comércio varejista	dez. 95	7
9	CIA. SUZANO PAPEL CELULOSE	A	SP	Priv. nac.	Celulose, papel e papelão	dez. 95	3
18	CIA. VOTORANTIM CELULOSE PAPEL — CELPAV	A	SP	Priv. nac.	Celulose, papel e papelão	dez. 95	6
23	CIBA GEIGY QUÍMICA S.A.	F	SP	Estrangeiro	Química	dez. 95	4
46	COM. INDS. BRAS. COINBRA S.A.	F	SP	Estrangeiro	Produtos alimentares	dez. 95	8
80	COPEBRÁS S.A.	F	SP	Priv. nac.	Química	dez. 95	15
31	DU PONT DO BRASIL S.A.	F	SP	Estrangeiro	Química	dez. 95	6
27	DURATEX S.A.	A	SP	Priv. nac.	Madeira	dez. 95	1
44	ELDORADO S.A. COM. IND. IMP.	F	SP	Priv. nac.	Comércio varejista	dez. 95	5
67	ELIZABETH S.A. IND. TÊXTIL	F	SP	Priv. nac.	Têxtil	dez. 95	4
79	ESTEVE IRMÃOS S.A. COM. IND.	F	ES	Priv. nac.	Comércio atacadista	dez. 95	6
76	EUCATEX S.A. IND. COM.	A	SP	Priv. nac.	Madeira	dez. 95	2
37	FERTILIZANTES FOSFATADOS S.A. FOSFÉRTIL	A	MG	Priv. nac.	Química	dez. 95	8
70	FRANGOSUL S.A. AGRO AVÍCOLA INDL.	A	RS	Priv. nac.	Produtos alimentares	dez. 95	15
32	FRIGOBRÁS CIA. BRASILEIRA FRIGORÍFICOS	A	PR	Priv. nac.	Produtos alimentares	dez. 95	6
34	GLENCORE IMP. EXP. S.A.	F	ES	Estrangeiro	Comércio atacadista	dez. 95	3
91	GRANJA REZENDE S.A.	F	MG	Priv. nac.	Agropecuária	dez. 95	2
55	HERING TÊXTIL S.A.	A	SC	Priv. nac.	Têxtil	dez. 95	3
24	HOECHST BRASIL QUÍM. FARMACÊUTICA S.A.	F	SP	Estrangeiro	Química	dez. 95	3
75	IAP S.A. IND. FERTILIZANTES	A	SP	Priv. nac.	Química	dez. 95	14

Class. geral	Nome	Aberta/ fechada	UF	Origem do capital	Atividade	Data do Balanço	Class. do setor
58	IGARAS PAPÉIS EMBALAGENS S.A.	F	SP	Estrangeiro	Celulose, papel e papelão	dez. 95	14
47	INCOBRASA INDL. COML. BRAS. S.A.	F	RS	Priv. nac.	Produtos alimentares	dez. 95	9
48	IND. BEBIDAS ANTARCTICA NORDESTE S.A.	A	BA	Priv. nac.	Bebidas	dez. 95	6
71	IND. BEBIDAS ANTARCTICA POLAR S.A.	A	RS	Priv. nac.	Bebidas	dez. 95	7
30	IND. BEBIDAS ANTARCTICA R. JANEIRO S.A.	F	RJ	Priv. nac.	Bebidas	dez. 95	4
99	IND. QUÍM. FARM. SCHERING PLOUGH S.A.	F	RJ	Priv. nac.	Prod. farm. e veterinário	dez. 95	3
92	INDS. ALIMENTÍCIAS ITACOLOMY S.A. ITASA	F	MG	Priv. nac.	Produtos alimentares	dez. 95	24
72	INDS. CHOCOLATE LACTA S.A.	A	SP	Priv. nac.	Produtos alimentares	dez. 95	16
38	INPACEL IND. PAPEL ARAPOTI S.A.	F	PR	Priv. nac.	Celulose, papel e papelão	dez. 95	10
63	J. MACEDO ALIMENTOS S.A.	F	SP	Priv. nac.	Produtos alimentares	dez. 95	12
35	JARI CELULOSE S.A.	A	PA	Priv. nac.	Celulose, papel e papelão	dez. 95	9
8	KLABIN FAB. PAPEL CELULOSE S.A.	F	SP	Priv. nac.	Celulose, papel e papelão	dez. 95	2
42	KRAFT SUCHARD BRASIL S.A. (KIBON)	F	SP	Estrangeiro	Produtos alimentares	dez. 95	7
90	LACESA S.A. IND. DE ALIMENTOS	A	RS	Priv. nac.	Produtos alimentares	dez. 95	23
77	LATICÍNIOS CCGL S.A.	F	RS	Priv. nac.	Produtos alimentares	dez. 95	17
40	LOJAS COLOMBO S.A.	F	RS	Priv. nac.	Comércio varejista	dez. 95	4
87	LPC INDS. ALIMENTÍCIAS S.A.	A	SP	Estrangeiro	Produtos alimentares	dez. 95	20
86	M. DIAS BRANCO S.A. COM. IND.	F	CE	Priv. nac.	Produtos alimentares	dez. 95	19
21	MAKRO ATACADISTA S.A.	F	SP	Estrangeiro	Comércio atacadista	dez. 95	1
61	MANAH S.A.	A	SP	Priv. nac.	Química	dez. 95	12
100	OLVEPAR DA AMAZÔNIA S.A. IND. COM.	F	MT	Priv. nac.	Produtos alimentares	dez. 95	26
49	OXITENO NORDESTE S.A. IND. COM.	A	BA	Priv. nac.	Química	dez. 95	10
57	OXITENO S.A. IND. COM.	A	SP	Priv. nac.	Química	dez. 95	11
56	PAPEL CELULOSE CATARINENSE S.A.	F	SP	Priv. nac.	Celulose, papel e papelão	dez. 95	13
15	PERDIGÃO AGROINDL. S.A.	F	SC	Priv. nac.	Produtos alimentares	dez. 95	5
36	PHILIP MORRIS MARKETING S.A.	F	SP	Estrangeiro	Fumo	dez. 95	2
73	PISA PAPEL DE IMPRENSA S.A.	A	PR	Priv. nac.	Celulose, papel e papelão	dez. 95	15
74	PRIMO SCHINCARIOL IND. CERV. REFRIGS. S.A.	F	SP	Priv. nac.	Bebidas	dez. 95	8
69	PRODS. ROCHE QUÍMS. FARMACÊUTICOS S.A.	F	SP	Estrangeiro	Prod. farm. e veterinário	dez. 95	2
10	RHODIA S.A.	F	SP	Estrangeiro	Química	dez. 95	1
41	RIOCELL S.A.	A	RS	Priv. nac.	Celulose, papel e papelão	dez. 95	11
19	RIPASA S.A. CELULOSE PAPEL	A	SP	Priv. nac.	Celulose, papel e papelão	dez. 95	7
93	S.A. USINA CORURIPE AÇÚCAR ÁLCOOL	F	AL	Priv. nac.	Açúcar e álcool	dez. 95	4
7	SADIA CONCÓRDIA S.A. IND. COM.	A	SC	Priv. nac.	Produtos alimentares	dez. 95	3
66	SADIA TRADING S.A. EXP. IMP.	F	SP	Priv. nac.	Comércio atacadista	dez. 95	5
6	SANTISTA ALIMENTOS S.A.	A	SP	Estrangeiro	Produtos alimentares	dez. 95	2
39	SOLVAY BRASIL S.A.	F	SP	Estrangeiro	Química	dez. 95	9
2	SOUZA CRUZ S.A.	A	RJ	Estrangeiro	Fumo	dez. 95	1
60	SOUZA CRUZ TRADING S.A.	F	RJ	Estrangeiro	Comércio atacadista	dez. 95	4
17	SPAL IND. BRASILEIRA BEBIDAS S.A.	F	SP	Priv. nac.	Bebidas	dez. 95	3
62	SUPERMAR SUPERMERCADOS S.A.	A	BA	Priv. nac.	Comércio varejista	dez. 95	6
65	SWIFT ARMOUR S.A. IND. COM.	F	SP	Priv. nac.	Produtos alimentares	dez. 95	14
53	TROMBINI PAPEL EMBALAGENS S.A.	A	PR	Priv. nac.	Celulose, papel e papelão	dez. 95	12
33	ULTRAFÉRTIL S.A.	F	SP	Priv. nac.	Química	dez. 95	7
98	USINA BARRA GRANDE LENÇÓIS S.A.	F	SP	Priv. nac.	Açúcar e álcool	dez. 95	5
51	USINA DA BARRA S.A. AÇÚCAR ÁLCOOL	F	SP	Priv. nac.	Açúcar e álcool	dez. 95	1
43	VICUNHA NORDESTE S.A. IND. TÊXTIL	F	CE	Priv. nac.	Têxtil	dez. 95	2
85	VOITH S.A. MAQS. EQUIPS.	F	SP	Estrangeiro	Mecânica	set. 95	1
16	VOTORANTIM CELULOSE PAPEL S.A.	A	SP	Priv. nac.	Celulose, papel e papelão	dez. 95	5
94	YAKULT S.A. IND. COM.	F	SP	Estrangeiro	Produtos alimentares	dez. 95	25

AS 30 MAIORES COOPERATIVAS

Apresentamos nesta edição o segundo ranking *das cooperativas agrícolas. Aparece à parte das 100 maiores do agribusiness pela característica diferenciada dos balanços.*

As 30 maiores cooperativas classificadas registraram no ano de 1995 um ativo total de R$7,14 bilhões. Comparativamente, esse valor representa 12% do ativo total das 100 maiores.

A Copersucar (Cooperativa Produtora de Cana-de-Açúcar e Álcool de São Paulo), a maior cooperativa do Brasil, continua em primeiro lugar. Em 1995 apresentou uma receita operacional líquida de R$1,78 bilhão, representando 27,98% da receita total das 30 cooperativas.

O lucro líquido registrado pelo conjunto das cooperativas foi de R$737 milhões, que sobre um patrimônio líquido de R$2,64 bilhões proporcionou rentabilidade mediana de 4,51%, ficando, entretanto, abaixo dos 7,56% apresentados no ano anterior.

A receita operacional líquida de R$6,36 bilhões garantiu às cooperativas uma margem líquida de 3,16%. Das 30 empresas participantes, 10 apresentaram prejuízo.

O grau de endividamento do segmento, que representa a participação de recursos de terceiros no financiamento dos ativos, cresceu em relação ao ano passado, saindo de 0,90 para 1,13 (mediana).

***Ranking* das cooperativas (em milhares de reais)**

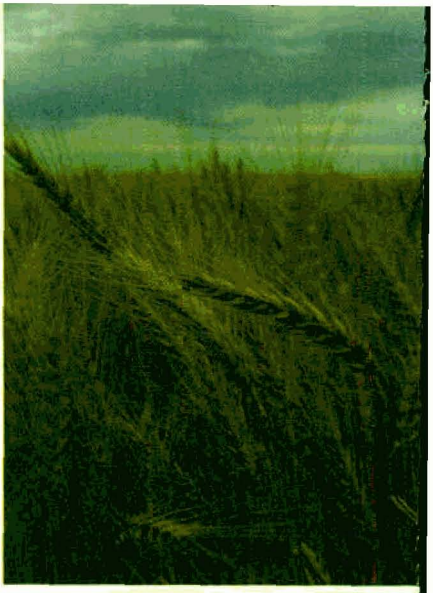
Contagem geral	Ativo total	Class. total	Receita oper. líq.	Class. Rec. oper. líq.	Patr. líq.	Lucro líq.	Rentabilidade (%)	UF
1. Coop. Prod. e Álcool de SP (Copersucar)	3.753.264	1	1.779.342	1	144.237	3.864	2,7	SP
2. Coop. Agrop. Mourãoense (Coamo)	466.238	2	483.220	2	264.902	24.248	9,2	PR
3. Coop. C. dos Prod. Rurais de MG (CCPR) Itambé	213.915	5	424.084	3	146.727	31.211	21,3	MG
4. Coop. C. Latic. do Est. SP (Paulista)	158.944	9	422.571	4	98.219	14.023	14,3	SP
5. Coop. Agrária M. Entre Rios (Agrária)	220.692	4	180.808	9	92.395	3.394	3,7	PR
6. Coop. Reg. Tritícola Serrana (Cotrijuí)	235.350	3	165.731	11	29.071	(80.658)	-277,4	RS
7. Coop. Central Oeste Catarinense (Coopercentral)	152.474	11	297.467	5	92.779	9.259	10,0	SC
8. Coop. Caf. e Cit. de São Paulo (Coopercitrus)	192.498	7	165.532	10	82.828	11.649	14,1	SP
9. Coop. C. de Latic. do Paraná (CCLPL)	134.369	12	263.761	7	52.947	(3.788)	-7,2	PR
10. Coop. Tritícola Erechim (Cotrel)	201.954	6	153.841	13	134.184	2.453	1,8	RS
11. Coop. Reg. dos Cafeic. de Guaxupé (Cooxupé)	110.512	15	267.298	6	33.138	2.584	7,8	MG
12. Coop. Agric. Reg. Orlandia (Carol)	181.120	8	152.806	14	98.446	(4.559)	-4,6	SP
13. Coop. Agrícola Consolata (Copacol)	75.441	18	197.632	8	45.161	2.414	5,3	PR
14. Coop. Agrop. Batavo (Batavo)	114.765	14	155.054	12	45.162	1.004	2,2	PR
15. Coop. M. dos Prod. Rurais Sudoeste Goiano (Comigo)	146.969	10	119.082	17	78.774	(2.272)	-2,9	GO
16. Coop. Agric. M. Vale Piriqui Ltda.	134.102	13	145.378	16	58.468	1.549	2,6	PR
17. Soc. Cp. Castrolanda (Castrolanda)	88.344	16	114.750	18	41.740	645	1,5	PR
18. Coop. Reg. Alfa (Cooperalfa)	68.633	20	151.053	15	42.584	2.574	6,0	SC
19. Coop. Agrop. Três Fronteiras (Cotrefal)	77.207	17	97.161	20	36.080	630	1,7	PR
20. Coop. C. Agr. Sudoeste (Sudcoop)	68.703	19	114.115	19	36.974	368	1,0	PR
21. Coop. Agric. M. Rondon (Copagril)	63.979	21	82.669	21	27.364	119	0,4	PR
22. Coop. Nac. Agroindustrial (Coona)	45.081	22	80.437	22	23.701	471	2,0	SP
23. Coop. C. Reg. Iguaçu (Cotriguaçu)	43.146	23	51.562	26	19.675	398	2,0	PR
24. Coop. Reg. Cafeic. de S. Seb. do Paraíso (Cooparaíso)	41.477	24	59.183	27	9.734	(916)	-9,4	MG
25. Coop. Cafeic. da Região de Garça (Garcafé)	20.026	29	70.878	23	840	(1.844)	-219,5	SP
26. Coop. Cafeic. da M. Sorocabana (Coopermota)	26.852	28	65.949	24	8.910	2.934	32,9	SP
27. Coop. Prod. e Consumo Concórdia (Copérdia)	30.104	27	51.744	25	14.701	(990)	-6,7	SC
28. Coop. Reg. Agrícola Norte Catarinense (Coopenorte)	30.923	26	21.292	28	13.323	(3.442)	-25,8	SC
29. Coop. Agropec. do Vale de Paracatu (Coopervap)	32.457	25	20.663	29	17.058	(2.600)	-15,2	MG
30. Conf. das Cp. Centrais Agropec. do Paraná (Confepar)	8.420	30	12.422	30	7.067	(1.616)	-22,9	PR

VOCÊ SABE QUAL É O MEIO MAIS RÁPIDO ENTRE O CAMPO E A CIDADE?

ASSINE

AGROANALYSIS

A menor distância entre o campo...



CONJUNTURA
ÍNDICES
PANORAMAS
ESTATÍSTICAS

OPINIÕES
LEGISLAÇÃO
INTERNACIONAL
ENTREVISTAS



Tudo isso com o selo de garantia da melhor equipe de profissionais da Fundação Getulio Vargas

...e a cidade

Solicito

❑ Assinatura anual (12 edições) nova de *Agroanalysis* no valor de **R$55,00**

❑ Renovação de assinatura anual (consulte nossa Central de Atendimento para obter desconto especial)

❑ Alteração de dados cadastrais

Opções de pagamento

❑ Cheque nominal à Fundação Getulio Vargas, anexo

❑ Depósito bancário na conta nº 112715-2 do Banco do Brasil — Agência 0287-9 (enviar cópia do comprovante à FGV)

❑ Cartão de crédito

Nome .....

Empresa .....

Ramo de atividade .....

Função na empresa .....

Endereço .....

CEP ..... Cidade ..... Estado .....

DDD ..... Telefone ..... Fax .....

Data ..... / ..... / ..... Assinatura .....

Cartão de crédito (preencher, caso tenha sido a opção escolhida)

Cartão ..... nº ..... validade .....

Central de Atendimento ao Assinante — Tel: (021) 536-9196 — Fax: (021) 551-9155 e 536-9155

ISR-52-1166/86
UP-AC Pres. Vargas
DR/RJ

CARTÃO RESPOSTA COMERCIAL

Não é necessário selar

O selo será pago por

FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

20299-999 — Rio de Janeiro — RJ

Ainda ancorando os preços

Em agosto, o índice FGV/Abag registrou retração de 0,89, acompanhando o movimento de vários outros índices de preço calculados no Brasil. Mais uma vez fica claro que, apesar da redução na safra colhida em 1996 e das altas de preço registradas nos mercados mundiais de commodities, o agribusiness continua sendo uma das âncoras mais firmes do real. Dos grandes itens que compõem o índice FGV/Abag, apenas a alimentação fora de casa registrou comportamento divergente, subindo 1,14%. Os demais itens de alimentação registraram, no seu agregado, variação negativa.

No atacado, a alimentação caiu 1,67% e, no nível do consumidor, os gêneros alimentícios tiveram seus preços reduzidos em 0,96%. Em termos dos itens individuais que compõem o índice, observa-se que os movimentos mais fortes, tanto no sentido da baixa quanto no da alta, são os dos hortigranjeiros. No atacado destacam-se: limão (94%), coco-da-baía (19%), pimentão (14%), melancia (-16%), pepino (-19%) e mamão (-14%). No nível do consumidor, as maiores altas foram as do limão (43%), do maracujá (21%) e da abóbora (12%); as maiores quedas foram as da cebola (-14%) e do melão (20%).

Estrutura

O índice FGV/Abag vem sendo calculado desde setembro de 1993 como resultado do convênio mantido entre a Fundação Getulio Vargas e a Associação Brasileira de Agribusiness. Seu objetivo é avaliar o impacto dos produtos semiprocessados, processados e *in natura* de origem agrícola, no atacado e no varejo, sobre a inflação. O índice é constituído por itens pertencentes ao índice de preços por atacado — disponibilidade interna (IPA-DI) — e ao índice de preços ao consumidor (IPC-BR). Em termos de grandes grupos, foram selecionados os integrantes do IPA-DI, classificados em alimentação e matérias-primas brutas, e produtos e serviços do IPC-BR, classificados em alimentação (gêneros alimentícios e alimentação fora) e bebidas alcoólicas e fumo.

MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO
RAKEL LIMA DOS SANTOS

AGRISHOW 97
4ª Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação
28/4 a 03/5 - Ribeirão Preto/SP
+ de 60% da Área Vendida
Cia. de Idéias
Participe da maior Feira Agrícola da América Latina
Informações Tel.: (011) 5582.6397 / 5582.6398

China — para onde vai a agricultura?

TRADUÇÃO DE MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO

(continuação do número anterior)

Um dos fatores apontados para a elevação dos preços dos cereais e oleaginosas foi a entrada da China no mercado como um dos grandes compradores. Recentemente o USDA, através do Economic Research Service, divulgou extenso relatório sobre as mudanças na orientação da política agrícola chinesa (International Agriculture and Trade: China, *cujos autores são: M. Christina Valdecanas, W. Hunter Colby, Frederick W. Crook – coord., Xinshen Diao e William LinZhi Wang*).

A política da cesta de mercado

O programa da "cesta de mercado" ou "cesta de legumes" foi definido em 1988 para incentivar a disponibilidade de legumes, verduras, produtos aquáticos, frutas e produtos de origem animal para os moradores das áreas urbanas. O programa foi apresentado em base nacional em 1989 e inclui investimentos destinados ao aumento das instalações de produção, embalagem, estocagem e comercialização para transportar de modo mais eficiente os produtos das áreas rurais para os mercados varejistas urbanos. Os recursos foram usados na construção de sistemas de controle da água (irrigação e drenagem), de modo que as hortaliças possam ser produzidas tanto em épocas de enchente quanto de estiagem. Linhas de transmissão, estradas e equipamentos de comércio atacadista foram construídos para dar apoio ao projeto.

Os governos provinciais usam os recursos para subsidiar agricultores e consumidores, regulamentando o uso de terrenos urbanos aptos à implementação de hortas; estabelecem tetos para os preços de alimentos vegetais e animais; proporcionam apoio científico e tecnológico aos horticultores e cuidam do transporte de hortigrangeiros tanto dentro quanto além das fronteiras da província. Os departamentos encarregados da tributação isentam os hortigrangeiros de imposto sobre o valor adicionado.

O novo plano qüinqüenal e os insumos

O governo continua a controlar a oferta e os preços dos principais insumos agrícolas de origem industrial, tais como fertilizantes químicos, agrotóxicos e coberturas plásticas. Em 1993 e 1994 houve algum debate sobre os custos e benefícios de uma liberação desses mercados. Em 1994, o Conselho de Estado (a mais alta autoridade em nível executivo) implementou regulamentos especiais para a produção, distribuição e fixação de preços dos fertilizantes químicos. As indústrias ficaram obrigadas a vender 90% de sua produção de fertilizantes às empresas de fornecimento de insumos agrícolas a preços fixos que, em média, se situam (dado de 1996) em torno de US$138,50/t. As revendedoras acrescentam a esse preço margens de transporte e administração, de modo que o preço da uréia, por exemplo, atingiu de US$253/t a US$301/t no mercado livre.

A Federação Chinesa de Cooperativas de Oferta e Distribuição, controlada pelo governo, administra a distribuição dos insumos industrializados através do controle das cooperativas locais de oferta e distribuição. Como estas reúnem produtores e consumidores locais, não fica claro como se dá o controle efetivo da oferta de insumos por parte do governo central.

Em 1995, a China afirmava ser o segundo produtor mundial de fertilizantes químicos, com 114 milhões de toneladas (ou 24,5 milhões, em termos de nutrientes).

O objetivo proposto para 1996 é o de alcançar uma produção de 118 milhões de toneladas de fertilizantes, 4 milhões a mais do que no ano anterior. Em 1995, a China afirmava ser o segundo produtor mundial de fertilizantes químicos, com 114 milhões de toneladas (ou 24,5 milhões, em termos de nutrientes). Também em 1995, a China se tornou o principal importador mundial de fertilizantes químicos (20 milhões de toneladas de produto). O consumo de fertilizantes aumentou de 33,1 milhões de toneladas de nutrientes em 1994 para 35,7 milhões (7,8%).

Os preços da uréia aumentaram de 1.400RMB/t em 1994 para 2.300RMB/t em fins de 1995. Na primavera de 1996, os preços dos fertilizantes químicos estavam 23% mais altos que em igual período do ano anterior.

Os aumentos de preço verificados em 1995 foram causados por três fatores. Primeiro, em 1994 e 1995 aumentaram os preços de matérias-primas como petróleo, gás natural e carvão, usados na fabricação dos fertilizantes. Segundo, a elevação dos preços dos cereais estimulou seu plantio e, em conseqüên-

cia, o aumento da demanda superou o da oferta de fertilizantes. Terceiro, os preços dos fertilizantes no mercado internacional se expandiram, continuando uma tendência que tivera início nos anos 80.

Em 1995, as importações de fertilizantes atingiram o nível recorde de 19,9 milhões de toneladas, mais 65% em relação ao ano anterior. As depesas totais com importação de fertilizantes somaram US$3,7 bilhões, em comparação com os US$3,6 bilhões gastos nas compras de cereais no mercado internacional. A despesa média com importação de fertilizantes cresceu de US$142/t em 1993, para US$153/t em 1994 e para US$188/t em 1995.

A composição das importações chinesas de fertilizantes não registrou grandes alterações nos últimos anos. Em 1995, os nitrogenados constituíam 40% do total, os potássicos representavam 22% e a participação dos fosfatados era muito pequena. Os restantes 38% das importações eram constituídos por misturas. O composto diamônio fosfato representava 27% do total.

Em 1995, as despesas totais com importação de fertilizantes somaram US$3,7 bilhões, em comparação com os US$3,6 bilhões gastos nas compras de cereais.

Durante o VIII Plano Qüinqüenal, 1991-95, foram investidos 16 bilhões de RMB na expansão de unidades produtivas, e como resultado a produção passou de 19,8 milhões de toneladas em 1991 para 24,5 milhões em 1995, representando essa expansão 23,7%. Foram construídas quatro fábricas de uréia com capacidade superior a 500 mil toneladas em províncias do interior, como Henan. A produção de nitrogenados aumentou 10,3%, atingindo 19,2 milhões de toneladas de nutrientes em 1995. A produção de fosfato aumentou 26%, somando 5 milhões de toneladas. Próximo aos depósitos de fosfato das províncias de Jiangxi e de Yunnan, foram construídas quatro fábricas de fertilizante composto. Na província de Qinghai expandiram-se as instalações para a fabricação de potássicos, e a produção atingiu 380 mil toneladas em 1995.

O IX Plano Qüinqüenal identificou os fertilizantes químicos como um fator-chave para a elevação da produtividade das lavouras e recomendou o desenvolvimento de indústrias, tanto em termos de renovação de instalações antiquadas quanto de novas construções. Para o ano 2000 está previsto um aumento de 16%, em relação a 1995, na capacidade instalada, que deverá alcançar 28,4 milhões de toneladas de nutrientes. Também se prevê a expansão de fábricas de agroquímicos, máquinas agrícolas e lonas plásticas.

A expansão prevista na produção de fertilizantes nitrogenados deverá concentrar-se nas províncias de Hainan (gás natural), Xingiang (gás natural e petróleo) e Shanxi (antracito de alta qualidade). Nas províncias de Guizhou e Yunnan deve ampliar-se a produção de fertilizantes fosfatados. A produção de potássicos deverá concentrar-se na província de Qinghai, para a qual se destinaram investimentos da ordem de 4,3 bilhões de RMB. A meta é atingir uma produção de 1 milhão de toneladas/ano.

Atualmente a China é o maior produtor e consumidor de lonas plásticas, com um total de mais de 600 mil toneladas/ano.

Investimentos na agricultura

A maior parte dos investimentos na agricultura deverá provir de recursos orçamentários do governo central, empréstimos bancários, comunidades rurais, empresas de nível local, famílias e também de recursos externos. Na vigência do IX Plano Qüinqüenal, o governo deverá mobilizar a força de trabalho rural para projetos de construção de barragens, reparo e ampliação de estradas, plantio de espécies florestais e recuperação de áreas pantanosas.

Em 1995, o Estado investiu US$3,2 bilhões em agricultura, pecuária, reflorestamento, pesca e projetos de conservação de água. A participação de investimentos estatais na agropecuária em relação ao investimento total em capital fixo aumentou de 1,6% em 1994 para 1,9% em 1995.

De acordo com o Ministério da Agricultura chinês, entre 1978 e 1994 o investimento externo em cerca de 4 mil projetos de desenvolvimento rural somou US$9 bilhões. Atualmente a China está interessada em importar tecnologias específicas, como variedades de sementes melhoradas, métodos de controle de pragas e insetos e redução de perdas no transporte da produção do produtor ao consumidor, especialmente no que se refere a embalagem, estocagem, processamento de alimentos e transporte propriamente dito.

Está ainda previsto no plano vigente um amplo programa de desenvolvimento de pesquisa genética para a obtenção de novas sementes, a fim de aumentar o rendimento agrícola de arroz, milho, trigo e algodão.

Mais informação de mercado

Parte crescente da produção agrícola chinesa está alcançando os consumidores através de mercados livres, e estes dependem basicamente da informação para funcionar de modo eficiente; em conseqüência, aumenta a sua disponibilidade. Muitos jornais diários divulgam os preços dos principais produtos agrícolas. Outros periódicos publicam regularmente preços urbanos no nível do varejo. Alguns grandes mercados, como o Dazhongsi, mercado de hortigranjeiros de Beijing, divulgam informações de preços e quantidades *on-line*, através de computadores e serviços telefônicos, e editam informativos impressos.

Aumenta a capacidade de transporte

Durante o VIII Plano Qüinqüenal, a China expandiu seu sistema rodoviário em 112 mil quilômetros e atu-

almente conta com 2 mil quilômetros de estradas expressas. Foram também construídos 283 atracadouros, dos quais 100 em águas profundas. O número de veículos de transporte civis passou de 14,8 milhões em 1991 para mais de 30 milhões em fins de 1995.

No IX Plano estão previstas novas expansões. Em 1996 devem ser construídos mais 15 mil quilômetros de novas estradas e 600 quilômetros de estradas expressas ligando Shangai a Hangzhou, Nanjing e Ningbo. Deverão ser construídos novos atracadouros, e a capacidade portuária deve aumentar em 5,5 milhões de toneladas de carga. As autoridades desejam criar sistemas de transporte integrados ligando Leste a Oeste e Norte a Sul.

A safra de 1996

As autoridades estimularam o aumento da área de plantio para a safra de 1996, com a finalidade de superar os 467 milhões de toneladas colhidos em 1995. Ainda assim, a tendência do consumo indica que a China continuará sendo um importador líquido de arroz, milho e trigo.

As previsões para a área de plantio em 1996 davam conta de um aumento de 1,1 milhão de hectares, representando aumento de 1,1% relativamente ao ano anterior. Assim, a área plantada total somaria 111 milhões de hectares, nos quais o USDA estima que sejam colhidos 470 milhões de toneladas de cereais.

Em 1993 e 1994, o governo reformou algumas políticas com vistas ao fortalecimento dos mercados de grãos (conceito que, na China, inclui arroz, aveia, batata-inglesa, centeio, cevada, leguminosas, milho, soja e trigo). Contudo, o aumento nos preços, alterações na demanda, a quebra da safra de 1994 e estoques reduzidos levaram os formuladores da política a reforçarem o papel do governo na monitoração da produção, consumo e comércio dos grãos, em 1995 e 1996. Em 1995, este conjunto de lavouras somou 467 milhões de toneladas, segundo o Departamento Estatístico Chinês (DEC), o que representou um aumento de 4,8% sobre a safra do ano anterior. Deste percentual, 4,5% decorreram de aumento do rendimento agrícola. As exportações chinesas de grãos foram de 820 mil toneladas e as importações, de 18,2 milhões.

O anuário estatístico do DEC fornece importantes estatísticas de consumo. As despesas de consumo do setor urbano aumentaram de 446RMB em 1981 para 2.281RMB em 1994 (descontada a inflação do período), enquanto o consumo urbano *per capita* de grãos caiu de 145kg para 102kg no mesmo período. Em conseqüência, a participação das despesas com grãos no total do consumo urbano passou de 13% em 1981 para 7% em 1994.

Nas metas propostas para o período 1996-2000, inclui-se um crescimento de 7 a 11% na produção de grãos, mas espera-se que o consumo aumente mais velozmente.

(continua no próximo número)

AGROANALYSIS

Publicidade:

Gerente comercial:
CARLOS HENRIQUE T. MIRANDA
E-mail: caique@fgvrj.br
Tel.: (021) 536-9269
Fax: (021) 536-9207

Rio de Janeiro:
LPA Comunicações Ltda.
LEOPOLDO P. AMORIM
Rua da Glória, 366 – 11º andar
CEP 20241-180
Tels.: (021) 252-8720
(021) 252-9074
Fax: (021) 221-5984

São Paulo:
Mix Midia Comunicações Ltda.
NILSON TRIVELLI
Caixa Postal 21.109
CEP 04698-970
Tel. e fax: (011) 524-1174

Brasília:
Letra & Arte Com. Repres. Ltda.
DEUSA RIBEIRO
SHIN – QI 8, CJ 3, Casa 17
Lago Norte
CEP 71520-230
Tel.: (061) 577-3874
Fax: (061) 273-4780

Região Sul (RS/SC/PR):
MILTON POMAR
Rua Romualdo de Barros, 280 — Carvoeira
Florianópolis — SC
CEP 88040-600
Tel.: (048) 234-5083
Fax: (048) 224-7490

FUNDAÇÃO Getulio Vargas
IBRE

Dobra a produção de trigo

A safra de verão está praticamente colhida e os números relativos à produção nordestina e à safra de inverno já estão consolidados. Confirmam-se as primeiras estimativas que davam conta de significativa redução da colheita de cereais, leguminosas e oleaginosas em 1996. A área destinada às lavouras cai em torno de 2% e a colheita dos chamados grãos se reduz em 8%.

Numa conjuntura em que os preços das commodities no mercado mundial registram altas recordes em relação às últimas décadas, causa certa estranheza o fato de que a atual redução da produção agrícola não tenha provocado uma explosão de preços. Contudo alguns fatores explicam o fato: havia uma acumulação de estoques internos em poder do governo, condições favoráveis de crédito e defasagem cambial que permitiram o barateamento das importações. O não reajustamento dos salários do setor público e as altas taxas de desemprego contribuíram para conter o consumo. São condições que não poderão se repetir sem causar um sem-número de outros problemas. Agora, toda atenção é pouca em relação ao plantio da nova safra que está em curso.

Destaca-se nos números ora apresentados o expressivo crescimento da área destinada ao trigo, que permite prever a duplicação da quantidade colhida do cereal. É o reflexo da alta dos preços no mercado mundial.

Produção anual das lavouras (em 1.000 t) e área (em 1.000 ha)

Discriminação	Área			Produção		
	Informantes	1995	1996	Informantes	1995	1996
Abacaxi*	91,71	39,39	43,50	91,36	835,28	994,87
Algodão em caroço		1.190,81	896,02		1.450,04	1.121,26
arbóreo	100,00	88,09	61,59	100,00	9,59	8,80
herbáceo	99,87	1.102,72	834,43	99,93	1.440,46	1.112,46
Alho	100,00	12,75	12,75	100,00	58,98	55,80
Amendoim em casca		93,55	79,73		168,55	149,72
1ª safra	100,00	70,98	59,22	100,00	136,09	120,34
2ª safra	100,00	22,57	20,51	100,00	32,47	29,38
Arroz em casca	94,58	4.136,49	3.697,10	96,94	10.877,15	9.722,50
Aveia	100,00	111,40	148,33	100,00	177,21	200,35
Banana**	90,80	466,79	472,60	89,56	508,77	513,84
Batata-inglesa		168,14	165,64		2.489,36	2.564,55
1ª safra	100,00	99,53	99,53	100,00	1.435,85	1.518,02
2ª safra	100,00	58,50	58,50	100,00	818,01	854,03
3ª safra	56,01	10,10	7,60	55,66	235,50	192,50
Cacau	92,50	682,37	677,53	89,88	266,49	284,10
Café em coco	99,23	1.852,68	1.972,88	99,01	1.838,60	2.487,94
Cana-de-açúcar	99,84	4.558,34	4.603,42	99,86	303.132,52	306.748,08
Castanha de caju	100,00	647,50	663,09	100,00	164,16	188,22
Cebola	100,00	74,40	75,37	100,00	930,67	976,77
Centeio	100,00	2,65	4,38	100,00	2,59	6,23
Cevada	100,00	69,46	78,71	100,00	104,63	155,62
Coco-da-baía*	94,06	223,47	231,19	83,03	788,27	768,53
Feijão em grão		4.858,46	4.959,30		2.810,77	2.888,22
1ª safra	100,00	2.622,60	2.713,15	100,00	1.386,07	1.346,62
2ª safra	96,06	2.109,14	2.127,24	95,90	1.257,48	1.382,59
3ª safra	72,41	126,72	118,92	67,17	167,22	159,00
Fumo em folha	100,00	291,69	306,88	100,00	455,28	480,17
Guaraná	99,44	7,63	7,69	99,06	2,22	2,26
Laranja*	98,00	837,88	851,26	98,38	96.478,68	103.021,74
Maçã*	100,00	26,95	26,81	100,00	3.320,92	3.268,97
Malva (fibra)	1,55	0,09	0,05	0,71	0,07	0,02
Mamona	100,00	75,48	123,35	100,00	32,47	61,18
Mandioca	86,07	1.672,48	1.689,18	85,91	21.747,72	21.609,83
Milho em grão		13.668,11	13.182,17		35.868,78	31.680,07
1ª safra	97,63	12.024,08	11.353,16	98,77	32.366,06	27.879,14
2ª safra	100,00	1.644,03	1.829,01	100,00	3.502,72	3.800,93
Pimenta-do-reino	14,88	2,76	2,67	17,52	5,90	5,85
Rami	100,00	2,87	2,55	100,00	3,49	4,97
Sisal (sisal)	100,00	152,64	151,22	100,00	118,07	140,67
Soja em grão	100,00	11.657,58	10.668,61	100,00	25.651,27	23.097,52
Sorgo em grão	99,96	138,91	182,72	99,90	242,47	323,98
Tomate	99,70	61,34	63,41	99,94	2.696,68	2.853,68
Trigo em grão	100,00	993,93	1.766,95	100,00	1.534,15	3.085,80
Uva	100,00	60,59	59,63	100,00	825,36	723,19
Total		48.839,54	47.866,68			

Fonte: IBGE. *Levantamento sistemático da produção agrícola*. Última previsão (julho de 1996).
A coluna "informantes" registra a participação das unidades da Federação que informaram a área e a produção de cada produto em relação ao total da área e da produção nacionais.
* Produção em milhões de frutos; ** produção em milhões de cachos.

MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO

Cereais de inverno — safra argentina de trigo preocupa

A safra de inverno vem tendo bom desenvolvimento no campo, mas as perspectivas da comercialização são inquietantes, em razão de a safra de trigo da Argentina vir registrando poucos problemas, o que poderá confirmar colheita abundante, que prejudicará a remuneração do triticultor brasileiro.

Na entrevista deste número de *Agroanalysis*, o prof. Guilherme Dias, secretário de Política Agrícola do governo federal, tocou em alguns aspectos fundamentais da safra de inverno, cujo produto mais destacado é o trigo. Em síntese, a este respeito, comentou que:

a) produtores e setor agroindustrial ficaram um tanto "perdidos" por muito tempo, após o fim da regulamentação estatal sobre a comercialização do produto;

b) a agroindústria de alimentos ligada aos cereais está-se sofisticando com rapidez, o que induz mudança no âmbito da agricultura;

c) apesar do avanço das variedades superiores no plantio, ainda há problemas quanto à classificação do produto colhido;

d) o zoneamento agrícola é essencial, veio para ficar e, doravante, será mais bem comentado e divulgado pelos órgãos públicos.

O governo tenta ajudar a triticultura, quando há o temor de que a Argentina efetivamente colha muito.

Na safra dos cereais de inverno, cuja colheita está-se iniciando em algumas regiões, todas essas questões são discutidas amiúde e, a prevalecerem as condições climáticas favoráveis de até meados de setembro, colher-se-á um bom resultado. Em todas as áreas, temem-se duas coisas: primeiramente, que ocorram chuvas fortes durante a colheita e, em segundo lugar, mas não menos preocupante, que a safra da Argentina venha a ser efetivamente recorde. Neste aspecto, tem-se o relato de clima ainda bastante propício para a triticultura brasileira, excetuando-se algumas áreas afetadas pela seca, que, aliás, também tem-se manifestado em regiões produtoras argentinas.

Trigo — inquietações quanto à comercialização

Na recente teleconferência realizada por quatro membros da equipe de *Agroanalysis*, em Curitiba, foram apresentadas opiniões sobre os desempenhos próximos das lavouras de algodão, feijão, milho, soja e trigo, além do comportamento dos insumos e da política agrícola. Entre os produtos em questão, apenas do trigo não pôde ser feito um prognóstico de tendências de plantio, pois sua safra é a de inverno e já estava semeada. No entanto, em razão do grande crescimento esperado para a produção deste ano, derivado dos elevados preços no mercado mundial, a expectativa quanto ao futuro da atividade e sua importância histórica para o Paraná fez com que o cereal entrasse na pauta.

Um fator de perturbação do mercado internacional, que afetará os preços e a disposição do agricultor brasileiro de continuar recuperando espaços para o trigo, é a anunciada grande safra da Argentina. Da mesma forma que os brasileiros investiram na triticultura, este ano, possibilitando calcular-se uma safra maior do que o dobro da colhida em 1995, os argentinos, responsáveis por 70% das aquisições brasileiras de trigo no exterior, anunciaram que poderiam voltar a produzir 15 milhões de toneladas na colheita vindoura (ver tabela 1).

No início de agosto último, a Sociedade Rural Argentina anunciou aumento da área plantada de 32% que, não havendo problemas climáticos, poderia render a grande safra. Naquele momento, cerca de 60% da área estavam cultivados e o país, em razão de dificuldades na gestão da política econômica, efetivamente precisava de um anúncio positivo. As primeiras estimativas da ampliação da semeadura referiam-se a crescimento de 25%. Isto poderá levar o excedente exportável argentino a algo em torno de 7,5 milhões de toneladas, contra 4,3 milhões de 1996.

Em termos de preços, segundo a Federação da Agricultura do Estado do Paraná, o preço contratado do trigo argentino, para dezembro, estava em US$210,00, com prazo de pagamento de 180 a 360 dias. A preocupação com o efeito da grande oferta dos vizinhos surgiu quando se projetaram preços de até US$170,00 na entrada da safra, pois a nova produção brasileira esperava remuneração em torno de US$220,00/t.

Corroborando a estimativa argentina, o adido agrícola norte-americano em Buenos Aires ampliou a estimativa da safra de 13 milhões, em julho, para 14 milhões de toneladas, em agosto. É o mesmo número divulgado pelo *Relatório Mundial de Oferta e Demanda* do USDA. Segundo o adido, a área plantada poderá chegar a 7 milhões de hectares, o que, com perdas "nor-

Tabela 1
Argentina — produção, exportação e estoque final
1960/61 a 1995/96 — em mil toneladas

Ano	Produção	Exportação	Est. final	Ano	Produção	Exportação	Est. final
1960/61	3.960	1.094	764	1978/79	8.100	4.080	1.103
1961/62	5.725	2.717	243	1979/80	8.100	4.755	428
1962/63	5.700	1.796	504	1980/81	7.780	3.845	413
1963/64	8.940	3.460	2.213	1981/82	8.300	3.638	775
1964/65	11.260	6.287	3.340	1982/83	15.000	9.870	1.056
1965/66	6.079	5.586	175	1983/84	12.750	7.847	1.259
1966/67	6.247	2.233	245	1984/85	13.200	9.408	451
1967/68	7.320	2.199	1.008	1985/86	8.500	4.300	251
1968/69	5.740	2.494	850	1986/87	8.930	4.435	220
1969/70	7.020	2.322	780	1987/88	8.800	3.705	815
1970/71	4.920	969	675	1988/89	8.400	4.034	481
1971/72	5.680	1.629	370	1989/90	10.150	6.060	31
1972/73	6.900	3.193	269	1990/91	10.900	5.592	822
1973/74	6.560	1.582	1.026	1991/92	9.880	5.780	345
1974/75	5.970	1.784	714	1992/93	9.800	5.850	45
1975/76	8.570	3.162	1.600	1993/94	9.700	4.996	449
1976/77	11.000	5.900	1.176	1994/95	11.300	7.300	149
1977/78	5.700	1.775	1.103	1995/96	8.600	4.300	149

Fonte: Departamento de Agricultura dos EUA.

mais" de 3 a 5%, resultará na área final entre 6,5 e 6,6 milhões de hectares. Na mesma ocasião, também foi recalculada a safra 1995/96, que passou de 8,8 para 9 milhões de toneladas, a partir da área cultivada de 4,8 milhões de hectares, da quantidade já vendida, da que ainda se encontra nas mãos dos agricultores e da capacidade de armazenamento do país. Para o USDA, a produção de 1995/96 foi de 8,6 milhões de toneladas.

De acordo com a agência Reuters, o adido expressou preocupação quanto à possibilidade de o trigo argentino "inundar" o mercado na próxima colheita, em dezembro e janeiro. Considerando que a capacidade de estocagem argentina é tida como insuficiente para o tamanho esperado da safra, haverá grande pressão sobre as cotações locais. Deste modo, os meses de janeiro e fevereiro terão "o trigo mais barato do mundo" na Argentina, o que atrairá imediatamente compradores da China e do Egito, entre outros.

De fato, o preço do trigo em Chicago apresentou recuos, também em função da coincidência das colheitas norte-americanas. Os EUA produzem duas grandes safras principais, a de inverno e a de primavera. A primeira é plantada de fins de setembro a fins de novembro e se desenvolve de dezembro a março. Colhe-se de junho a setembro. A de primavera é plantada em abril e maio e colhida entre agosto e outubro. A safra de inverno espalha-se por mais de 40 estados e representa 78% da produção do país, com quatro tipos principais: *hard red winter, soft red winter, white winter* e *durum*. O *hard red winter* detém quase a metade da produção de inverno (48%); as demais têm, respectivamente, 26, 20 e 6%.

No Brasil, nem bem começou a colheita e os preços do cereal caíram acentuadamente. Em Toledo, Paraná, diminuíram, de R$15,50/saca de 60kg, para R$10,00/60kg. Até meados de agosto, os preços tinham caído mais de 20%, embora só houvesse preços nominais, pois esperava-se que, até o fim do mês, só estivessem colhidos no máximo 10% da safra paranaense. Evidentemente, os moinhos adiaram suas compras, pois os preços internos ainda chegavam aos R$210/t e o produto argentino, para entrega no primeiro trimestre de 1997, estava sendo cotado abaixo dos US$170,00/t. Afetará a todos, porém, o que acontecerá com a produção dos fazendeiros além da fronteira gaúcha, na vizinha Argentina. Quando o plantio se iniciava, os preços ao produtor chegavam aos R$230,00/t, extremamente favoráveis, pelos padrões locais. Estimou-se que chegariam aos R$150,00 quando do começo da colheita e, hoje, já há quem fale em até R$120,00/t.

Caso a safra argentina se confirme na faixa de 15 milhões de toneladas, portanto, os importadores brasileiros estarão por lá disputando o produto e o triticultor do país deverá, obrigatoriamente, perseverar em seus esforços de modernização da atividade (90% da produ-

ção paranaense e entre 80 e 85% da gaúcha provêm de variedades superiores), adequando-a às necessidades das indústrias, e de redução dos custos mediante ganhos de produtividade. No que se refere ao total das compras, a Abitrigo estima que os moinhos brasileiros adquirirão perto de 6 milhões de toneladas na Argentina, o que corresponderá à quase totalidade das importações, sobrando pouco para outros fornecedores.

Para atenuar as preocupações quanto à comercialização, o Ministério da Fazenda encaminhou, em fins de setembro, *ad referendum* do Conselho Monetário Nacional, proposta de linha de crédito para os moinhos adquirirem o trigo diretamente dos agricultores. Isto facilitará o escoamento da safra brasileira, que costuma ser bastante prejudicada pelas melhores condições de pagamento disponíveis para a aquisição do produto importado. Também se libera o crédito até R$30 mil para o trigo de qualidade inferior, destinado à fabricação de ração. A proposta é de financiamento com duplicatas e NPR com prazo de seis meses e juros de 12% ao ano, o que ajuda, mas ainda não iguala alternativas de compra no exterior.

Visão geral dos cereais de inverno

Em termos da situação no campo, na última semana de setembro, a colheita paranaense de trigo situava-se pouco acima de 16% do total esperado para a safra. De acordo com o Departamento de Economia Rural/PR, a área plantada deve estar entre 1,04 e 1,09 milhão de hectares e, com a produtividade física média da ordem de 1.700kg/ha que vem sendo conseguida, dever-se-á colher algo em torno de 2 milhões de toneladas. A mais recente estimativa oficial, do IBGE, correspondente às condições de julho, é de uma safra de 1,899 milhão de toneladas, -4,4% com referência à previsão de junho, que foi de 1,985 milhão de toneladas (ver tabela 2).

No Rio Grande do Sul, segundo principal estado produtor, a maior parte dos cálculos da extensão da área semeada do trigo está em torno de 550 mil hectares, mas o CNPTrigo, da Embrapa, acredita que pode ter sido semeada área um pouco mais extensa. As principais sementes empregadas (o estado vendeu muito para o Paraná) foram a Embrapa-16 e CEP-24, com 83% do total e que poderão render entre 1.700kg/ha e 1.800kg/ha, o que resultará em até 935 mil toneladas.

Foram localizados focos de ferrugem na região das Missões (a triticultura gaúcha hoje se distribui entre o Planalto Médio e as Missões), de fácil controle, segundo a Embrapa. No momento, a seca não afeta os trigais, até os favorece, e as precipitações têm sido adequadas, com um inverno em geral frio e seco.

De acordo com a Embrapa, não foram encontrados problemas de pragas, 60% das lavouras estão em fase final de emborrachamento, 25% em florescimento e o resto ainda apresenta grãos leitosos. A colheita gaúcha começa no início de outubro e sempre se teme pelas chuvas no período.

Nos demais estados, a triticultura reduziu-se a quantidades insignificantes, mas o incremento deste plantio foi algumas vezes espetacular. No caso do estado de Goiás, por exemplo, a área semeada aumentou 487%. Em Mato Grosso do Sul, a ampliação do cultivo foi de 116% e, em Santa Catarina, de 109%. Relativiza-se o sucesso, ao ser observada a base sobre a qual se deu a expansão. Relata-se, porém, que seu desempenho também tem sido positivo.

As perdas que ocorreram nos trigais paranaenses localizaram-se nas regiões do Norte Velho e Noroeste, em razão da seca. Nas regiões Oeste e Centro-Oeste do estado, porém, as lavouras apresentam bom desenvolvimento e o clima frio, sem geadas, tem sido considerado excelente. A Secretaria da Agricultura paranaense calcula que mais de 90% das sementes empregadas tenham sido de variedades superiores.

A produção dos demais cereais de inverno é também pequena no estado, mas igualmente se desenvolveu bem, destacando-se a cevada que, no entanto, é mais exigente quanto à disponibilidade de água do

Tabela 2
Brasil — produção de trigo
Safras de 1995 e 1996

UF	Área (ha)		Produção (t)		Rendimento (kg/ha)	
	1995	1996	1995	1996	1995	1996
Paraná	636.516	1.055.000	1.068.689	1.899.000	1.679	1.800
Rio Grande do Sul	270.247	545.780	334.525	916.896	1.238	1.680
Santa Catarina	53.875	119.264	53.875	119.264	1.507	1.600
Mato Grosso do Sul	23.625	51.000	19.786	61.200	838	1.200
São Paulo	23.800	30.800	40.400	50.700	1.697	1.646
Goiás	899	5.274	3.613	19.429	4.019	3.684
Minas Gerais	3.102	4.580	13.260	19.311	4.275	4.235
Brasil	933.928	1.766.954	1.534.148	3.085.800	1.544	1.746

Fonte: IBGE.

Tabela 3
Brasil — produção de cevada
Safras de 1995 e 1996

UF	Área (ha)		Produção (t)		Rendimento (kg/ha)	
	1995	1996	1995	1996	1995	1996
Rio Grande do Sul	44.872	52.734	65.956	89.074	1.470	1.689
Paraná	21.366	24.000	32.282	62.400	1.511	2.600
Santa Catarina	3.220	1.975	6.396	4.150	1.986	2.101
Brasil	69.458	78.709	104.634	155.624	1.506	1.977

Fonte: IBGE.

Tabela 4
Brasil — produção de aveia
Safras de 1995 e 1996

UF	Área (ha)		Produção (t)		Rendimento (kg/ha)	
	1995	1996	1995	1996	1995	1996
Paraná	99.144	88.500	119.310	132.750	1.203	1.500
Rio Grande do Sul	49.375	45.571	47.378	53.069	960	1.165
Santa Catarina	12.255	14.255	10.518	14.533	858	1.020
Brasil	160.774	148.326	177.206	200.352	1.102	1.351

Fonte: IBGE.

Tabela 5
Brasil — produção de centeio
Safras de 1995 e 1996

UF	Área (ha)		Produção (t)		Rendimento (kg/ha)	
	1995	1996	1995	1996	1995	1996
Rio Grande do Sul	1.632	2.922	1.889	4.091	1.157	1.400
Paraná	905	1.350	588	2.025	650	1.500
Santa Catarina*	110	110	114	114	1.036	1.036
Brasil	2.647	4.382	2.591	6.230	979	1.422

Fonte: IBGE.
* O *Levantamento Sistemático da Produção Agrícola* repetiu os números de 1995 em 1996.

que o trigo e pode vir a ter problemas. Aliás, como se pode ver nas tabelas de 3 a 5, o Rio Grande do Sul supera o Paraná no total das safras de cevada e de centeio, mas perde no de aveia.

Os demais cereais de inverno também têm apresentado desempenho favorável. O principal é a cevada, que conta com 25.150ha plantados no Paraná (o IBGE estima 24 mil hectares, conforme a tabela 3). Sua produção está sendo esperada no intervalo entre 64.200 e 67 mil toneladas, espalhados pelas regiões de Guarapuava, Ponta Grossa, Irati, Curitiba e União da Vitória. A plantação se encontra nas fases de floração e frutificação. A maior parte da produção está vinculada a contratos de venda às cervejarias.

Outro cereal de alguma relevância é a aveia branca (a preta serve para ração eqüina). Utilizada para consumo humano e bem considerada nos países desenvolvidos como agente positivo no combate ao colesterol, tem no Paraná 36 mil hectares plantados e se concentra no Norte do estado, que planta mais cedo e já colheu 35% do esperado, com rendimento obtido de 1.792kg/ha. Espera-se colheita de até 64 mil toneladas. No ano passado, segundo o Deral/PR, foram cultivados 20 mil hectares. A produção conjunta de aveia está apresentada na tabela 4.

O triticale, híbrido de trigo e centeio, vem bem atrás, com 6 mil hectares cultivados e apenas 2% da safra colhidos, enquanto o centeio estende-se por 1.422ha e tem produção esperada de 2.600t. O IBGE a estima em nível inferior (ver tabela 5). Seu calendário acompanha o da cevada e ainda não tinha iniciado a colheita, até meados de setembro.

FERNANDO ROBERTO DE FREITAS ALMEIDA

Reflexos sobre as exportações agrícolas

Se houver condições competitivas na cadeia de exportação, sem que a intermediação comercial tenha poder de mercado, a transferência da desoneração do ICMS na exportação resultará em um aumento de preços ao produtor acima dos 13%.

A recente medida de desgravação das exportações agrícolas do ICMS tem grande alcance e certamente produzirá resultados positivos por muito tempo. O Brasil, com esta medida, ingressa no mundo competitivo das exportações, tendo sido, infelizmente, um dos últimos países a abandonar a prática de sacrificar os seus setores eficientes em prol do Estado arrecadador e voraz. Não há como deixar de registrar o fato de que esta é uma das mais importantes medidas de política agrícola já adotadas pelo governo, mesmo nas últimas décadas.

Foram necessários 20 anos para que se entendesse que o imposto sobre as exportações onerava desnecessariamente quem não podia pagar.

Em 1977, em um trabalho intitulado "A mobilização de recursos da agricultura: uma proposta de política", eu propunha a troca do imposto de exportação sobre produtos agrícolas por um imposto sobre a terra. Depois desse trabalho, foram muitas as tentativas de fazer ver que o Estado não podia seguir exportando impostos, pois a incidência, na verdade, recaía sobre os produtores domésticos. As vantagens da troca são as razões para se louvar a medida agora tomada pelo governo.

O imposto sobre as exportações era regressivo, pois tributava os trabalhadores pobres e os empregados na agricultura, que não podiam abandonar o setor por não ter oportunidade de emprego fora dele; era péssimo em termos alocativos, pois apenas um setor era tributado, enquanto o setor industrial era isento; era muito ruim do ponto de vista distributivo, porquanto incidia sobre um setor que não podia transferir o imposto para outros setores da economia. O imposto sobre a terra, que incidisse sobre as terras mais férteis, não teria efeitos alocativos prejudiciais, pois a produção não se reduziria; e não teria efeitos distributivos perversos, uma vez que somente as propriedades de elevados rendimentos físicos e econômicos pagariam o tributo.

Apesar das razões serem óbvias, foram necessários 20 anos para que se entendesse que o imposto sobre as exportações onerava desnecessariamente quem não podia pagar, reduzia a produção de setores eficientes e limitava a competitividade da agricultura brasileira. Se naquela época o Brasil tivesse adotado a troca de impostos proposta, hoje não teríamos problemas de escassez de alimentos, por não ter crescido sua base produtiva; de endividamento rural, uma vez que o tributo retirava renda da agricultura; e de reforma agrária, porquanto a arrecadação do imposto podia ter financiado a compra de terra por parte dos que não tinham acesso a esse fator de produção. Muito dos recursos canalizados através do imposto sobre a terra poderia ter sido usado na produção e não haveria tanto desemprego rural como hoje.

Mais grave ainda: a combinação do imposto de exportação com as isenções tarifárias nas importações produziu, por décadas, um dos mais violentos sistemas de transferência de renda e penalização da agricultura de que se tem notícia. Fruto da insensibilidade do governo e dos produtores, essa combinação excessiva e desnecessária manteve a agricultura debaixo de um sistema invulgar de exploração. A mão do crédito rural, que vertia benefícios, nunca compensou a mão que tributava e submetia o setor rural. Esquecer esses fatos é abrir espaço para que se restabeleçam um dia.

As vantagens concretas

Mas quais são os benefícios desta mudança tão radical de conduta? Em primeiro lugar, há que se destacar que, se for possível repassar todo o benefício da desgravação para o setor produtor, o efeito sobre os preços no nível da fazenda será ampliado e magnificado; isto é, os preços de paridade no nível do produtor deverão aumentar mais do que 13%. Este é um fato muito importante: a redução dos 13% na ponta e no porto traduz-se em um valor maior do que 13% em nível de preços ao produtor, porquanto, na cadeia de exportação, grande parte das despesas é fixa em reais ou em dólares equivalentes (como os fretes, por exemplo). Poucas são as despesas percentuais.

Um exercício com a soja indica que, partindo-se de um preço internacional de US$301,00/t CIF portos de destino, a paridade em nível de produtor com ICMS é de R$14,19 por saco de 60kg. Sem ICMS, a paridade iria

para R$14,95; ou seja, um aumento de 16%. No caso do milho, partindo-se de uma cotação de US$180,00/t FOB Golfo, a paridade no nível do produtor seria de R$8,35 por 60kg, com ICMS, e R$9,78 por 60kg sem o imposto, um aumento de 17%. Com o frango, partindo-se de um preço internacional de US$2.134,07/t CIF, a paridade com imposto seria de R$0,56/kg de frango vivo, enquanto a paridade sem imposto seria de R$0,66, um aumento de até 18%.

Em segundo lugar, para os produtos que estão no limite da gravosidade, como nos casos do milho e do algodão, por exemplo, a desoneração do imposto pode fazer o Brasil voltar aos mercados externos. Isto é essencial para o abastecimento interno, porquanto é melhor abastecer o país exportando do que importando. Agora, a produção de eventuais excedentes desses produtos encontraria mercado; no passado, os excedentes permaneciam represados, por força da gravosidade, nos mercados domésticos.

Em terceiro lugar, há que mencionar que o difícil é garantir a internalização, até o nível do produtor, dos benefícios auferidos com a isenção dos impostos de exportação. Na próxima safra, por exemplo, há um grupo de empresas que negociou contratos similares aos contratos de soja verde que não querem rever as condições contratuais, transferindo parte dos ganhos de preços para os produtores. O princípio é de que, em mercados competitivos, a transferência do benefício da isenção é mais garantida. Por mercados mais competitivos entendem-se os mercados com muitos compradores, no país e no exterior; e com cotações transparentes nos mercados externos e internos. Agora, ganha quem for competitivo na venda dos seus produtos.

Em quarto lugar, nos casos de produtos com poucos compradores no mercado interno — ou seja, em mercados onde os compradores, em nível de produtor, tenham poder de mercado — e poucos compradores no exterior, no mecanismo de barganha de preços, os compradores poderão ser tentados a repartir os benefícios. Em casos tais como os de cera de carnaúba, sisal, rami, castanha do Brasil, castanha de caju, por exemplo, os compradores nacionais e os importadores no exterior poderão argumentar que, como os benefícios são elevados, há que reparti-los entre todos os participantes das cadeias. É nessa hora que o poder de mercado mais se manifesta.

Por fim, cumpre assinalar que as transferências totais de recursos pela redução dos impostos é de tal magnitude, que quaisquer estimativas de benefícios têm que contemplar o volume significativo de impostos arrecadados no sistema antigo, com o ICMS. Estimativas feitas pela Secretaria de Comércio Exterior do MICT indicam que a renda transferida pelas exportações agrícolas para o erário público montava a: US$396,2 milhões devido às exportações de grãos e farelos; US$290,9 milhões de café, chá e mate; US$116,8 milhões de madeira e couro; US$28,6 milhões de carnes; US$85,7 milhões de sucos; US$121,1 milhões de açúcar; US$67,2 milhões de óleos vegetais; US$57,7 milhões de fumo e bebidas; US$35,6 milhões de produtos do cacau e mais cerca de US$21,8 milhões de outros produtos da agroindústria. Estes recursos eram drenados da agricultura e agora serão internalizados no setor. No total, eles somam US$1,222 bilhão.

MAURO DE REZENDE LOPES

SAFRA 1997

Lucros e novos desafios

O ano de 1996 certamente trará bons resultados para o setor agrícola no Brasil. Com a recuperação dos preços tanto no cenário interno quanto externo, os produtores brasileiros estão recompondo sua renda e apostando suas fichas no plantio de uma nova supersafra para 1997.

A lembrança de que a safra de 81 milhões de toneladas, em 1995, trouxe junto com o recorde de produção uma forte crise de renda e de inadimplência está ainda bastante presente na memória e no bolso e preocupa produtores e indústrias de insumos. Entretanto, existem fortes razões para acreditar que a comercialização

da nova supersafra, em 1997, será completamente diferente dos momentos difíceis de 1995. Podem-se destacar algumas dessas razões:

1. Na comercialização da safra 1994/95, havia um nível desfavorável de preços no mercado internacional, devido à recuperação dos estoques nos EUA. Já para 1997, a sinalização de preços futuros é animadora. Certamente não teremos a repetição do *boom* de preços do primeiro semestre de 1996 mas, ainda assim, o mercado internacional deve permanecer, pelo menos mais um ano, com estoques baixos e preços bastante remuneradores.

2. Os estoques públicos de passagem, no final de 1994, eram os maiores da história. Em torno de maio de 1995, esses estoques chegaram à fantástica marca de 18 milhões de toneladas, implicando forte pressão baixista sobre o mercado interno. Para o final de 1996, a expectativa é de que os estoques públicos estejam realmente muito baixos, não representando, portanto, uma ameaça aos preços internos em 1997.

Para o final de 1996, espera-se que os estoques públicos estejam muito baixos, não representando ameaça aos preços internos em 1997.

3. Em 1995, como decorrência da implantação do Plano Real, duas importantes variáveis macroeconômicas (taxa de câmbio e taxa de juros) trabalharam fortemente no sentido de reduzir a renda na agricultura. A taxa de câmbio valorizada contribuiu para aumentar a concorrência de produtos estrangeiros no mercado interno, assim como para reduzir a competitividade dos produtos agrícolas brasileiros no exterior. As elevadíssimas taxas de juros praticadas no período de comercialização da safra impediram qualquer intenção de formação de estoques. A política de abastecimento dos grandes consumidores passou a ser *da mão para a boca*.

Os produtores foram os grandes pagadores dessa *conta* do Plano Real, através da redução dos preços recebidos por suas colheitas. Em 1997, o câmbio estará menos defasado e as taxas de juros, embora ainda devam permanecer altas, já devem permitir a formação de estoques. Portanto, os preços dos produtos agrícolas sofrerão menor influência dessas variáveis macroeconômicas.

4. Em 1995, a crise de renda foi agravada pelo forte endividamento dos produtores, que não detinham poder de retenção da safra que permitisse esperar por preços melhores. Esse fato acabou detonando a reação da forte bancada ruralista, que derrubou o veto presidencial à extinção da TR como indexador do crédito rural. Essa medida resultou na paralisação das operações do Banco do Brasil por quase 60 dias, fato que aumentou ainda mais as dificuldades dos produtores. Em 1997, os produtores devem comercializar suas safras sem a pressão das dívidas, que junto ao setor público foram alvo do processo de securitização, e junto ao setor privado já foram total ou parcialmente saldadas com a boa receita auferida em 1996.

5. Outro diferencial entre a comercialização da safra de 1997 e os prejuízos da safra recorde de 1995 é que, já na próxima colheita, os produtores estarão se beneficiando da não-incidência da cobrança de ICMS sobre as exportações de produtos básicos e semi-elaborados. A maior parte de redução desse elemento do custo Brasil será apropriada pelos produtores, como por sinal já vem ocorrendo nos atuais contratos de soja verde.

Por todos esses motivos, espera-se para 1997 um ano muito bom para a agricultura brasileira, já que podemos ter uma *safra cheia*, com uma nova colheita de mais de 80 milhões de toneladas, e ainda assim contar com a manutenção de preços satisfatórios para os produtores. Com isso as chances de que, em 1997, as indústrias de insumos modernos (inclusive máquinas agrícolas) batam novos recordes de vendas são muito grandes.

A supersafra de 1997 representará mais que uma boa notícia conjuntural. Será a sinalização clara de que a agricultura brasileira reencontrou o caminho do crescimento sustentado, sem a ciclotimia do passado recente, sem o patrocínio do Tesouro Nacional e com bons lucros para produtores e para todos os setores de antes e depois da porteira.

Em recente pesquisa intitulada *Perspectivas da Agricultura Brasileira, 1996/2000*, o Departamento de Agribusiness da empresa de consultoria MB Associados concluiu que já estão em andamento os fatores que determinarão a continuidade do cenário otimista de 1997 nos anos vindouros. O estudo destaca a redução do custo Brasil (inclusive a eliminação do ICMS sobre as exportações), os investimentos públicos (Plano de Metas) e privados em infra-estrutura e logística de transporte e a reformulação completa da política agrícola nacional como as chaves para a retomada do crescimento sustentado da agricultura brasileira. O estudo estima uma taxa de crescimento de 3,5% ao ano para a produção agrícola brasileira entre 1996 e 2000, e de 6 % ao ano nos cinco primeiros anos do próximo milênio.

Cria-se, dessa forma, um ambiente favorável para colocar em pauta importantes questões estruturais que devem permear o processo de desenvolvimento da agricultura brasileira nos próximos anos. Entre essas questões, merecem destaque:

- *A redefinição do papel do Estado.* Prover *public goods* (educação, saúde, infra-estrutura, defesa sanitária, serviço meteorológico), investir na pesquisa e na difusão de novas tecnologias e coordenar um amplo programa de política agroindustrial vem sendo apontado, pelos principais *policy makers* do setor agrícola nacional, como o caminho desejável na reorientação da intervenção estatal na agricultura brasileira.

- *O novo padrão de financiamento.* A paulatina e desejável retirada do Estado do papel de grande agente financiador da atividade primária no Brasil deve ocorrer paralelamente à criação de novos instrumentos que permitam participação maior e mais segura do setor privado (empresas agroindustriais e bancos) na geração de liquidez para o setor. O conjunto das novas fontes de financiamento deve incluir necessariamente os recursos externos (preferencialmente para investimentos), mercados de futuros e derivativos em bolsas e um fundo fiscal (atrelado ao imposto de renda rural) voltado para atender apenas os programas especiais para grupos de produtores ou regiões selecionados por razões sociais.

Já estão em andamento os fatores que determinarão a continuidade do cenário otimista de 1997 nos anos vindouros.

- *Reforma tributária.* Nessa seara deve-se perseguir a redução da carga de impostos indiretos (que punem toda a cadeia produtiva, mas penalizam mais fortemente os pequenos produtores e os consumidores), tendo como contrapartida o aumento efetivo dos impostos diretos (sobre a riqueza e sobre a renda no campo). A eliminação da incidência de ICMS sobre as exportações agrícolas é apenas o primeiro passo na direção de uma estrutura tributária mais adequada às necessidades da agricultura. A questão da cobrança do ICMS interestadual sobre insumos e produtos agrícolas ainda permanece intacta, promovendo significativa elevação de custos para indústrias e produtores. Já o imposto territorial rural e o imposto sobre a renda na atividade agrícola continuam arrecadando volumes inexpressivos.

- *O destino do Banco do Brasil.* Não fossem os altos preços agrícolas de 1996 e provavelmente de 1997, que agilizam o mercado informal de crédito, o Banco do Brasil certamente se transformaria no calcanhar-de-aquiles do Plano Real, pois a conseqüência da sua desastrada atuação como agente do crédito rural oficial levaria a uma nova quebra de safra. A sucessão interminável de notícias ruins na mídia sobre o Banco do Brasil não pode ser encarada pelo governo simplesmente como má vontade dos críticos ou opositores. A falta de um projeto claro, a força negativa do corporativismo e a corrupção estão sepultando a instituição que foi, por muitos anos e até bem pouco tempo, o grande aliado dos agricultores brasileiros.

- *O problema social dos sem-terra.* A tendência de retomada do crescimento econômico no Brasil deve trazer no seu bojo um acirramento do êxodo rural. Essa é a tendência verificada em todos os países desenvolvidos. Ainda temos cerca de 20% da nossa força de trabalho no campo, número que deve cair acentuadamente durante o novo ciclo de expansão econômica que se avizinha. Como gerar empregos urbanos (na indústria ou no setor de serviços) ou disponibilizar meios de sobrevivência no campo para um número cada vez maior de sem-terra será uma questão social crucial nos próximos anos.

- Pode-se ver que a supersafra de 1997 trará motivos para comemorações no setor agrícola brasileiro, mas também permitirá que, ao olhar para frente, a agricultura brasileira perceba que os desafios estruturais a ser enfrentados são imensos. Resta o consolo de poder pensar nos problemas futuros com o lucro de uma boa safra no bolso.

ANDRÉ PESSÔA

Engenheiro agrônomo pela Universidade Federal de Viçosa — UFV/MG (1990) e mestre em economia agrícola pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz — Esalq/USP (1996). É consultor de economia agrícola da MB Associados desde 1993.

ESTATÍSTICAS AGROPECUÁRIAS

Brasil — índices de preços recebidos pelos agricultores — valores nominais (base: agosto de 1994 = 100)

Anos/Produtos	Lavoura	Produtos - PGPM[1]	Demais lavouras	Produto animal	IPR
1990	0,002	0,002	0,001	0,002	0,002
1991	0,010	0,013	0,007	0,012	0,010
1992	0,112	0,141	0,079	0,121	0,114
1993	2,602	3,215	1,903	2,829	2,670
1994	70,490	73,192	66,860	70,140	70,348
1995	106,133	106,894	104,206	102,881	105,057
Ago. 94	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000
Set.	103,089	101,389	105,745	101,000	102,362
Out.	109,073	110,509	106,613	108,407	108,848
Nov.	110,429	114,424	104,110	115,871	112,339
Dez.	109,175	114,836	100,499	115,512	111,387
Jan. 95	107,853	113,183	99,639	112,682	109,557
Fev.	106,896	110,407	101,215	107,540	107,190
Mar.	106,082	104,652	107,549	103,853	105,383
Abr.	104,519	101,611	108,367	102,424	103,866
Maio	103,289	97,682	111,640	100,989	102,563
Jun.	103,287	97,938	111,177	99,683	102,100
Jul.	102,833	101,049	104,418	101,294	102,382
Ago.	105,654	105,750	104,173	104,275	105,261
Set.	103,395	104,694	100,093	102,094	103,028
Out.	105,390	108,154	99,878	99,754	103,503
Nov.	111,026	116,162	102,015	101,119	107,605
Dez.	113,373	121,439	100,306	98,861	108,251
Jan. 96	120,377	131,544	103,150	97,590	112,128
Fev.	120,193	128,806	106,128	96,635	111,636
Mar.	117,803	124,307	106,537	97,029	110,343
Abr.	122,420	129,680	110,040	98,410	113,710
Maio	127,237	136,532	112,057	98,502	116,663
Jun.	127,608	137,388	111,792	100,920	117,878
Jul.*	125,075	136,559	107,162	103,332	117,333
Ago.	125,473	139,541	104,385	106,068	118,657

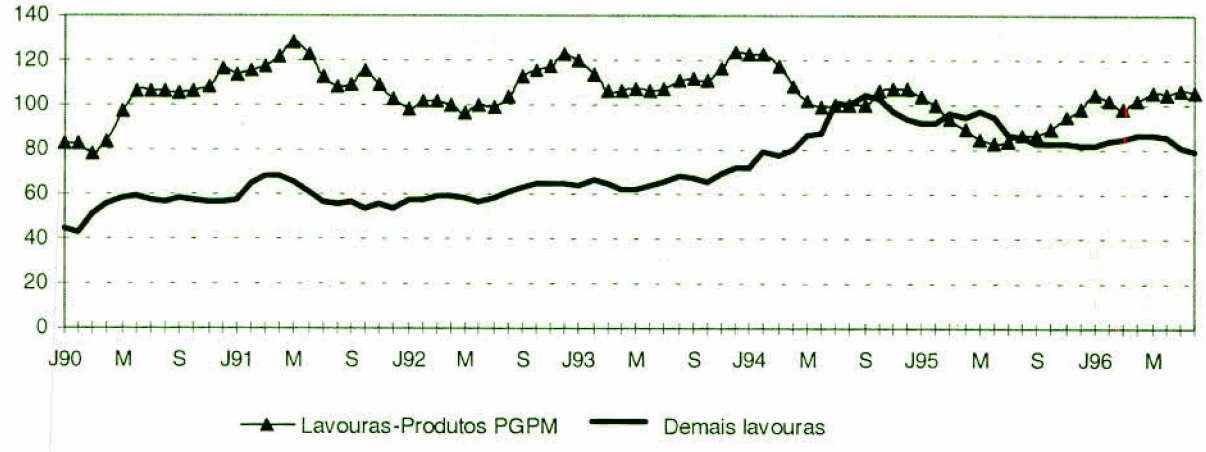
[1] Lavouras amparadas pela Política de Garantia de Preços Mínimos.

* Dados retificados. Incluem informações relativas ao Paraná, que por motivos técnicos não foram incluídas no mês passado.

A alta das cotações internacionais do milho, da soja e do trigo e a redução na quantidade colhida internamente dos dois primeiros produtos influenciam a alta das lavouras amparadas pela política de preços mínimos, apesar dos problemas enfrentados na sua comercialização.

Brasil — índice de preços recebidos pelos agricultores

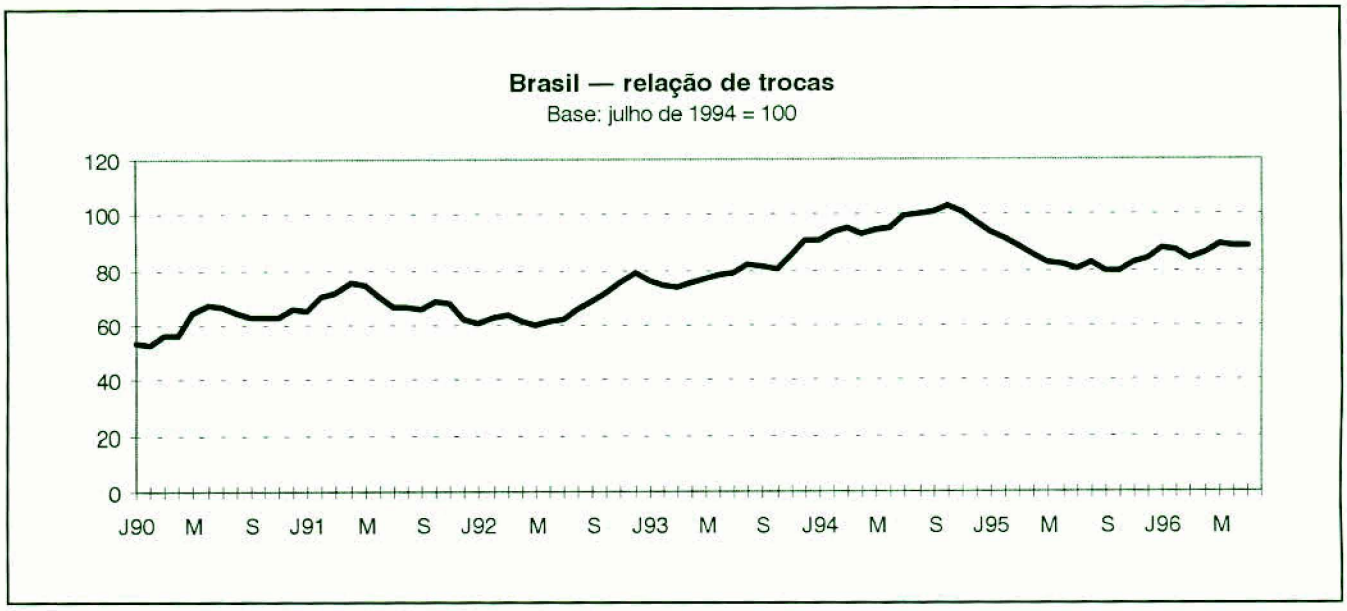
Base: julho de 1994 = 100 (valores corrigidos)



Brasil — índices de preços pagos pelos agricultores — valores nominais (base: agosto de 1994 = 100)

Anos/Produtos	Sementes	Fertilizantes	Agrotóxicos	Serviços	Combustíveis	Mão-de-obra	IPP-Brasil
1990	0,002	0,004	0,003	0,003	0,002	0,003	0,003
1991	0,014	0,017	0,015	0,014	0,011	0,016	0,015
1992	0,144	0,170	0,163	0,182	0,153	0,147	0,159
1993	2,914	3,062	3,184	3,380	3,260	3,012	3,113
1994	70,358	69,590	69,556	70,490	69,377	78,287	71,441
1995	107,525	111,208	105,203	118,388	101,834	193,854	125,843
Ago. 94	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000
Set.	99,641	99,996	99,178	102,264	100,000	111,166	102,312
Out.	102,530	100,780	99,950	105,580	100,000	122,930	105,700
Nov.	104,794	103,058	100,304	108,168	100,000	134,784	109,203
Dez.	106,705	102,540	100,300	106,988	100,000	149,653	112,025
Jan. 95	106,309	103,892	100,812	108,949	100,000	151,190	115,412
Fev.	105,949	104,451	102,151	110,674	100,000	169,459	116,800
Mar.	106,465	106,425	102,645	114,138	100,000	181,424	120,150
Abr.	106,137	108,584	104,105	115,115	100,000	186,274	121,854
Maio	105,837	108,301	104,061	118,547	100,000	199,198	124,695
Jun.	106,078	108,852	104,211	119,210	100,000	206,690	126,297
Jul.	107,753	108,726	105,509	121,694	100,000	208,647	127,354
Ago.	108,083	110,113	105,743	121,743	100,000	208,023	127,667
Set.	108,690	113,447	106,736	122,312	100,000	209,282	129,069
Out.	109,066	118,036	107,876	121,906	107,336	211,619	131,988
Nov.	109,612	120,981	108,744	122,746	107,336	215,833	133,840
Dez.	110,327	122,683	109,843	123,622	107,336	217,780	134,994
Jan. 96	111,230	124,795	110,551	124,575	107,336	222,214	136,724
Fev.	111,978	125,908	111,491	125,145	107,336	227,798	138,358
Mar.	113,230	127,160	111,590	126,210	107,340	230,690	139,580
Abr.	114,578	128,126	111,983	126,237	111,430	234,578	141,470
Maio	116,708	129,048	112,666	126,838	111,420	236,511	142,565
Jun.	118,453	130,227	113,347	126,735	111,635	239,981	143,899
Jul.	119,425	130,754	113,970	126,598	111,635	243,031	144,816

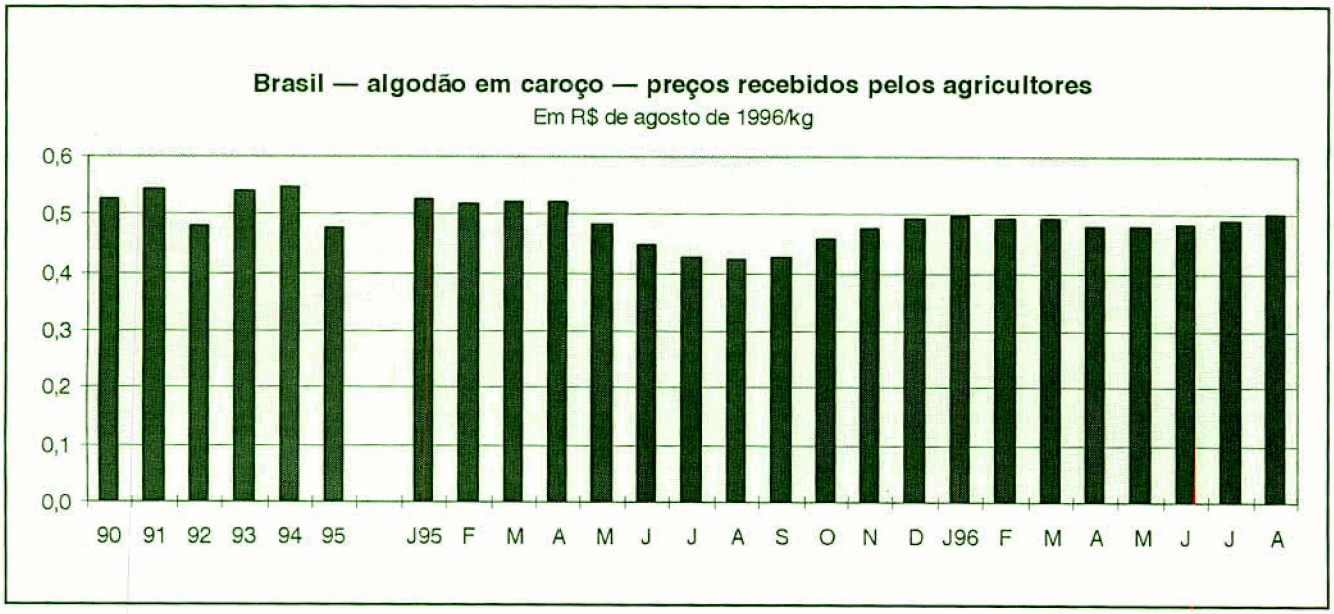
Apesar da alta dos preços dos grãos no mercado externo e de seu reflexo no mercado interno, a recuperação da relação de trocas é fraca.



Brasil — preços recebidos pelos agricultores — valores reais (em R$ de agosto de 1996/unidade)

Anos/Produtos	Algodão em caroço (kg)	Amendoim em casca (kg)	Arroz em casca (kg)	Banana (dúzia)	Batata-inglesa (kg)	Cacau (15kg)	Café em coco (kg)	Cana-de-açúcar (t)
1990	0,53	0,46	0,27	0,36	0,42	17,67	0,70	15,36
1991	0,54	0,54	0,35	0,36	0,45	20,02	0,67	16,42
1992	0,48	0,38	0,26	0,27	0,29	19,83	0,58	17,04
1993	0,54	0,48	0,25	0,28	0,31	17,52	0,73	15,22
1994	0,55	0,43	0,25	0,36	0,49	18,42	1,30	15,70
1995	0,48	0,39	0,20	0,53	0,36	17,04	1,17	14,11
Ago. 94	0,53	0,44	0,24	0,41	0,45	19,25	1,72	15,42
Set.	0,52	0,44	0,25	0,42	0,64	17,43	1,76	15,25
Out.	0,52	0,54	0,25	0,43	0,61	15,78	1,66	15,10
Nov.	0,52	0,55	0,25	0,45	0,56	15,81	1,48	14,55
Dez.	0,52	0,53	0,26	0,46	0,48	15,50	1,30	14,62
Jan. 95	0,52	0,50	0,26	0,49	0,49	16,45	1,22	14,21
Fev.	0,52	0,46	0,24	0,47	0,46	17,00	1,25	14,11
Mar.	0,52	0,36	0,21	0,51	0,43	19,30	1,35	13,86
Abr.	0,52	0,39	0,20	0,58	0,38	19,12	1,31	13,43
Maio	0,48	0,38	0,18	0,59	0,50	19,82	1,33	13,77
Jun.	0,45	0,38	0,18	0,62	0,61	18,25	1,20	13,71
Jul.	0,43	0,37	0,18	0,62	0,43	15,14	1,09	13,64
Ago.	0,42	0,34	0,18	0,60	0,27	15,50	1,13	13,95
Set.	0,43	0,34	0,19	0,50	0,23	15,33	1,10	14,01
Out.	0,46	0,36	0,19	0,49	0,20	15,38	1,06	14,76
Nov.	0,48	0,38	0,19	0,49	0,18	16,88	1,06	14,88
Dez.	0,50	0,38	0,20	0,46	0,17	16,27	1,00	15,00
Jan. 96	0,50	0,36	0,22	0,44	0,20	15,47	1,03	14,84
Fev.	0,49	0,35	0,22	0,45	0,18	15,12	1,13	14,81
Mar.	0,49	0,31	0,21	0,39	0,22	14,88	1,13	14,65
Abr.	0,48	0,33	0,21	0,42	0,27	15,33	1,08	15,40
Maio	0,48	0,35	0,20	0,40	0,32	16,59	1,07	15,51
Jun.	0,49	0,37	0,20	0,41	0,36	16,03	0,99	15,53
Jul.	0,49	0,39	0,20	0,48	0,35	15,37	0,83	15,57
Ago.	0,50	0,44	0,20	0,43	0,32	15,07	0,79	15,61

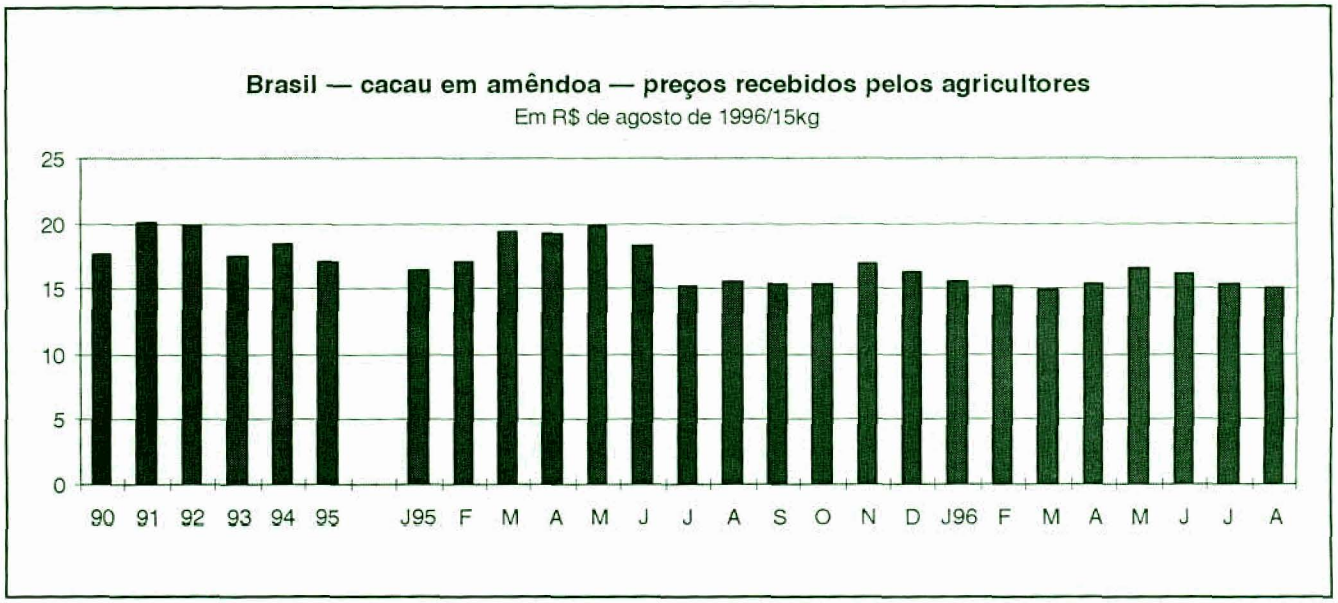
Apesar de uma redução de 22% na safra colhida, os preços se mantêm estáveis.



Brasil — preços recebidos pelos agricultores — valores reais (em R$ de agosto de 1996/unidade)

Anos/Produtos	Feijão (kg)	Fumo em folha (kg)	Laranja (cento)	Milho (kg)	Mandioca (raiz — t)	Soja (kg)	Tomate (kg)	Trigo (grão — kg)
1990	0,81	1,81	3,77	0,18	54,61	0,22	0,49	0,18
1991	0,81	1,88	2,90	0,20	65,40	0,27	0,42	0,18
1992	0,63	2,60	2,85	0,17	73,92	0,28	0,39	0,21
1993	0,79	2,34	2,26	0,18	73,36	0,28	0,37	0,19
1994	0,95	2,00	3,05	0,15	52,69	0,24	0,47	0,16
1995	0,57	1,86	2,91	0,13	74,32	0,18	0,44	0,16
Ago. 94	0,69	2,00	2,53	0,15	49,22	0,23	0,46	0,16
Set.	0,68	1,93	2,85	0,14	50,58	0,22	0,77	0,16
Out.	0,88	1,89	3,16	0,15	50,07	0,22	0,78	0,17
Nov.	0,85	1,90	3,47	0,16	59,09	0,21	0,60	0,16
Dez.	0,75	1,89	3,82	0,16	62,38	0,21	0,48	0,17
Jan. 95	0,68	1,94	4,13	0,15	70,62	0,21	0,33	0,17
Fev.	0,68	1,93	3,47	0,13	73,18	0,20	0,43	0,17
Mar.	0,68	1,89	3,86	0,12	75,58	0,18	0,57	0,17
Abr.	0,64	1,86	3,83	0,12	73,09	0,16	0,67	0,16
Maio	0,59	1,87	3,45	0,12	76,49	0,15	0,68	0,16
Jun.	0,52	1,85	2,83	0,12	77,20	0,15	0,67	0,15
Jul.	0,49	1,81	2,47	0,12	75,19	0,16	0,35	0,14
Ago.	0,49	1,79	2,20	0,12	74,78	0,18	0,31	0,15
Set.	0,48	1,82	2,20	0,12	69,92	0,19	0,27	0,15
Out.	0,49	1,81	2,29	0,13	73,75	0,19	0,23	0,15
Nov.	0,51	1,79	2,22	0,14	73,22	0,21	0,30	0,17
Dez.	0,55	1,92	2,00	0,14	78,84	0,22	0,40	0,17
Jan. 96	0,61	2,07	1,85	0,15	79,81	0,23	0,44	0,17
Fev.	0,60	2,15	1,74	0,15	72,03	0,22	0,40	0,18
Mar.	0,59	2,09	1,72	0,14	71,64	0,21	0,45	0,19
Abr.	0,60	2,06	1,97	0,15	74,29	0,22	0,36	0,20
Maio	0,59	2,09	1,85	0,15	76,84	0,24	0,33	0,23
Jun.	0,62	2,06	1,82	0,15	79,93	0,22	0,37	0,23
Jul.	0,62	2,03	1,80	0,14	81,61	0,22	0,36	0,23
Ago.	0,61	2,02	1,82	0,15	80,76	0,23	0,35	0,22

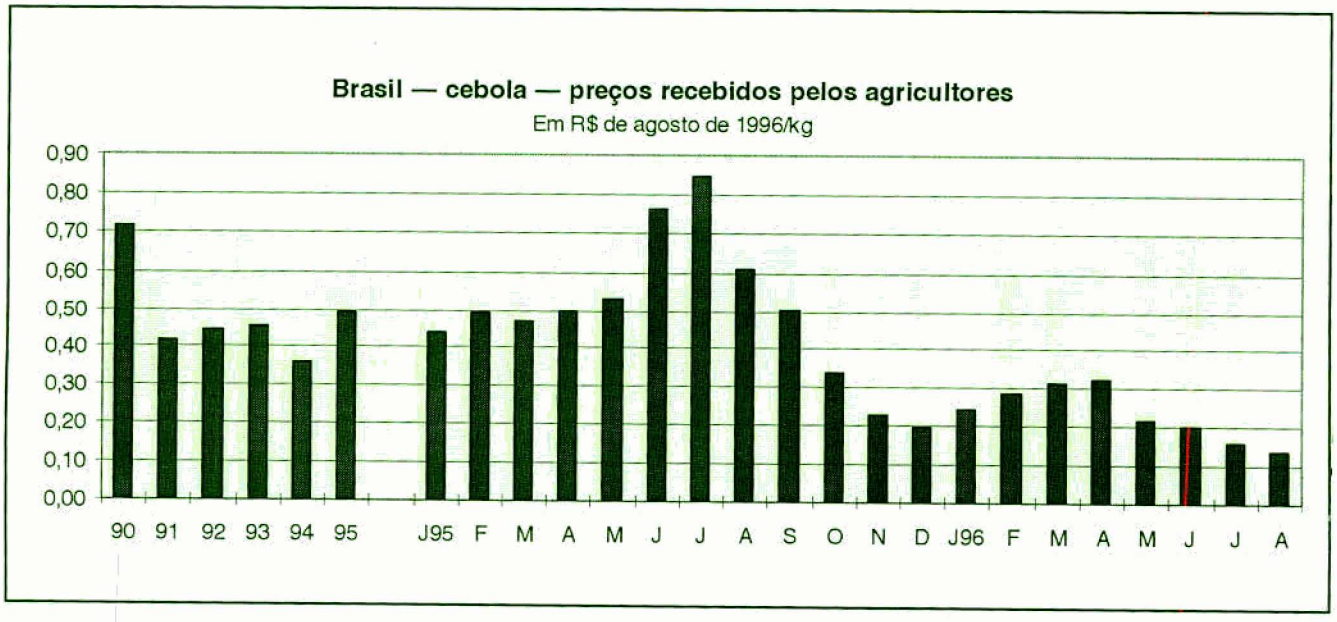
A crise da cacauicultura baiana, ao atingir indústria e comércio, impede uma recuperação dos preços, cuja média do ano deve ser inferior à do ano passado.



Brasil — preços recebidos pelos agricultores — valores reais (em R$ de agosto de 1996/unidade)

Anos/Produtos	Cebola (kg)	Mamona (kg)	Pimenta-do-reino (kg)	Sisal (kg)	Uva (kg)	Bezerro (até 1 ano — cab.)	Boi gordo p/ corte (1@)	Vaca leiteira de raça (cab.)
1990	0,71	0,26	1,27	0,19	0,34	174,28	35,51	854,99
1991	0,42	0,21	1,04	0,19	0,30	154,37	32,73	689,42
1992	0,45	0,23	0,86	0,17	0,25	140,69	31,23	590,04
1993	0,45	0,26	0,93	0,18	0,22	151,64	33,09	629,76
1994	0,36	0,27	1,50	0,22	0,11	174,84	32,12	788,05
1995	0,49	0,26	1,77	0,27	0,19	154,66	26,13	868,10
Ago. 94	0,36	0,24	1,79	0,17	0,00	188,40	31,18	849,15
Set.	0,34	0,25	1,76	0,21	0,00	191,02	30,85	888,60
Out.	0,45	0,25	1,90	0,24	0,00	199,93	35,43	957,90
Nov.	0,42	0,25	1,93	0,26	0,00	199,17	37,28	1.002,23
Dez.	0,45	0,26	1,84	0,26	0,00	195,94	34,89	1.049,00
Jan. 95	0,44	0,27	1,71	0,26	0,63	185,67	30,76	992,08
Fev.	0,49	0,27	1,76	0,28	0,46	184,53	29,79	980,15
Mar.	0,47	0,27	1,84	0,30	0,53	177,01	28,42	949,03
Abr.	0,50	0,28	1,97	0,29	0,00	167,44	26,66	899,53
Maio	0,53	0,27	1,86	0,27	0,65	159,34	25,25	877,41
Jun.	0,76	0,27	1,84	0,26	0,00	147,67	23,92	844,39
Jul.	0,85	0,26	1,75	0,25	0,00	141,29	24,57	836,74
Ago.	0,61	0,25	1,70	0,25	0,00	141,47	25,40	824,57
Set.	0,50	0,25	1,75	0,26	0,00	141,04	24,79	817,04
Out.	0,34	0,26	1,72	0,28	0,00	139,83	24,92	817,30
Nov.	0,23	0,26	1,70	0,27	0,00	137,57	25,20	794,58
Dez.	0,19	0,27	1,63	0,26	0,00	133,03	23,85	784,33
Jan. 96	0,24	0,28	1,60	0,24	0,61	126,38	22,48	750,56
Fev.	0,28	0,28	1,62	0,23	0,44	122,83	22,31	739,12
Mar.	0,31	0,26	1,56	0,24	0,44	123,34	22,09	732,27
Abr.	0,32	0,27	1,54	0,26	0,57	120,88	21,91	718,28
Maio	0,21	0,28	1,50	0,26	0,00	117,40	21,24	691,12
Jun.	0,20	0,25	1,49	0,26	0,00	116,60	20,91	683,71
Jul.	0,16	0,26	1,44	0,26	0,00	115,31	21,75	685,20
Ago.	0,14	0,26	1,44	0,27	0,00	116,29	22,72	713,38

Uma boa safra e importações do Mercosul estão levando os preços da cebola ao mais baixo patamar da década.



Brasil — preços recebidos pelos agricultores — valores reais (em R$ de agosto de 1996/unidade)

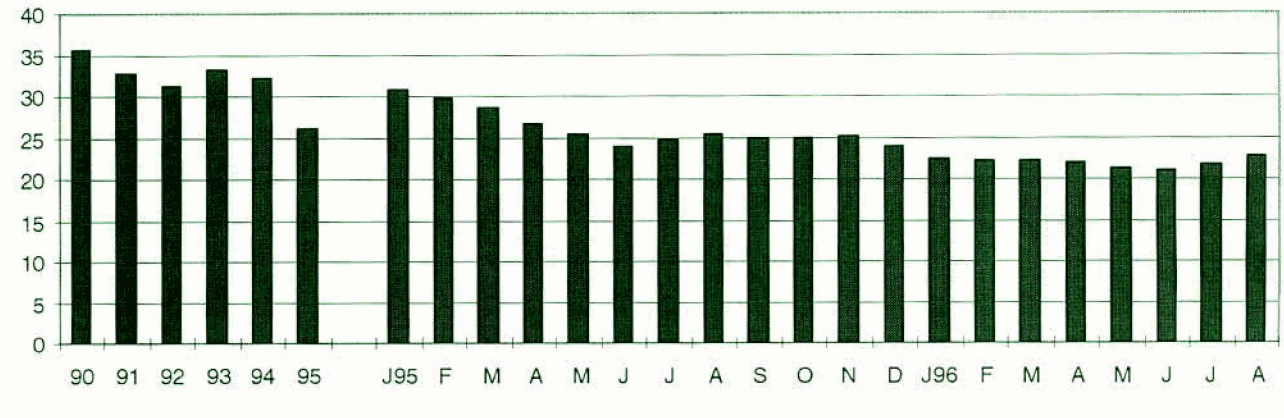
Anos/Produtos	Vaca leiteira comum (cab.)	Suíno para corte (15kg)	Frango/galinha corte (kg)	Leite (l)	Lã (15kg)	Ovos (dúzia)	Mel de abelha (l)	Boi magro (cab.)
1990	524,62	21,22	1,54	0,36	31,76	0,95	3,57	326,39
1991	431,06	20,30	1,31	0,34	18,75	0,83	4,18	282,16
1992	367,96	17,59	1,15	0,32	29,69	0,81	2,70	262,74
1993	391,75	19,66	1,16	0,33	24,67	0,91	2,80	275,46
1994	478,96	18,09	1,11	0,30	29,26	0,85	3,26	308,08
1995	486,32	16,39	0,90	0,31	36,24	0,69	5,53	271,91
Ago. 94	522,76	17,86	1,13	0,32	30,04	0,97	3,54	323,74
Set.	536,05	18,98	1,05	0,33	32,52	0,88	3,63	326,98
Out.	569,01	20,18	1,08	0,32	36,04	0,78	3,85	343,47
Nov.	585,77	20,90	1,18	0,32	34,81	0,81	3,94	355,65
Dez.	606,31	22,03	1,22	0,32	36,09	0,82	4,23	350,55
Jan. 95	567,12	21,48	1,18	0,33	38,14	0,83	4,84	322,74
Fev.	552,61	19,91	1,05	0,31	36,30	0,78	5,04	322,33
Mar.	531,57	18,70	0,92	0,31	37,27	0,73	5,18	307,26
Abr.	547,80	17,56	0,87	0,31	36,81	0,71	5,28	287,92
Maio	498,63	16,41	0,86	0,32	37,53	0,69	5,57	273,98
Jun.	463,31	15,21	0,84	0,31	36,08	0,70	5,83	256,80
Jul.	458,14	14,66	0,85	0,31	36,48	0,66	5,84	251,35
Ago.	453,24	14,77	0,89	0,30	37,06	0,66	5,78	250,60
Set.	449,08	14,82	0,88	0,31	38,26	0,63	5,89	248,17
Out.	445,56	14,58	0,81	0,30	39,40	0,61	5,85	250,20
Nov.	437,76	14,39	0,82	0,29	32,34	0,63	5,78	247,89
Dez.	430,98	14,21	0,85	0,28	29,25	0,64	5,45	243,64
Jan. 96	415,89	13,71	0,84	0,28	28,09	0,65	5,51	229,56
Fev.	402,28	13,40	0,83	0,26	28,18	0,67	5,42	226,82
Mar.	395,58	13,30	0,83	0,26	28,35	0,73	5,47	225,90
Abr.	382,09	13,00	0,82	0,27	28,47	0,77	5,56	224,70
Maio	371,46	12,59	0,84	0,27	26,46	0,78	5,38	218,00
Jun.	368,80	12,80	0,85	0,27	27,36	0,83	5,30	215,66
Jul.	372,61	13,09	0,84	0,27	26,08	0,85	5,37	217,46
Ago.	373,13	13,34	0,83	0,28	26,36	0,85	5,48	219,36

Fonte dos dados primários, brutos: empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural, Instituto de Economia Agrícola (SP), Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira e prefeituras municipais.
Elaboração: Centro de Estudos Agrícolas — IBRE/FGV.

Em plena entressafra, os preços do boi gordo se mantêm estáveis. Juros altos e demanda contida, além da preferência pelo frango — carne considerada como mais saudável —, ajudam a explicar o fato.

Brasil — boi gordo para corte — preços recebidos pelos criadores

Em R$ de agosto de 1996/15kg



MARIA JOSÉ C. MONTEIRO

Mais recursos para o agricultor

Em setembro, três medidas se destacaram por sua importância para o agricultor: a Resolução nº 2.313, do Bacen, que regulamenta a concessão de EGF/sov para produtos das safras 1995/96 e 1996/97, a Portaria nº 214, do Ministério da Fazenda, que autoriza o uso de recursos do FAT para equalização de encargos financeiros concedidos pelo Banco do Brasil, e a Lei Complementar nº 87, que desonera as exportações de produtos agrícolas do pagamento de ICMS. Abaixo se encontram os principais pontos das duas primeiras medidas. Por falta de espaço, a íntegra da Lei nº 87 será publicada somente no próximo número de *Agroanalysis*.

Portaria nº 107, de 16-8-1996, do Ministério da Agricultura e do Abastecimento: Suspende o trânsito de animais, procedentes de outras unidades da Federação, suscetíveis à febre aftosa para os estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina (DOU: 21-8-1996).

Circular nº 48, de 20-8-1996, do Ministério da Fazenda/Secex: Divulga lista de concessões tarifárias outorgadas pelo Brasil no âmbito do acordo sobre o sistema global de preferências comerciais entre países em desenvolvimento (SPGC) transposta para a nomenclatura comum do Mercosul (NCM) (DOU: 22-8-1996).

Resolução nº 7, de 23-7-1996, do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal/Conama: Aprova, como parâmetro básico para análise dos estágios de sucessão de vegetação de restinga para o estado de São Paulo, as diretrizes constantes do seu anexo (DOU: 26-8-1996).

Lei nº 9.300, de 29-8-1996: Acrescenta parágrafo ao artigo da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que estatui normas reguladoras do trabalho rural (DOU: 30-9-1996).

Resolução nº 2.310, de 29-8-1996, do Banco Central do Brasil: Consolida as normas aplicáveis aos financiamentos rurais ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) (DOU: 30-8-1996).

Resolução nº 2.311, de 29-8-1996, do Banco Central do Brasil: Estende aos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina disposições da Resolução nº 2.294, de 28-6-1996, que dispõe sobre o Proagro — Zoneamento Agrícola (DOU: 30-8-1996).

Decreto nº 1.997, de 3-9-1996: Dá nova redação ao art. 3º do Decreto nº 1.697, de 13-9-1996, que cria o Grupo Executivo do Setor Pesqueiro — Gespe (DOU: 4-9-1996).

Portaria nº 110, de 26-8-1996, do Ministério da Agricultura e do Abastecimento/SDA: Divulga o Plano de Controle de Resíduos Biológicos em Produtos de Origem Animal — PCRBC, em conformidade com o consubstanciado nos anexos da Portaria (DOU: 6-9-1996).

Circular nº 2.717, de 3-9-1996, do Banco Central do Brasil: Divulga regulamento que estabelece condições para credenciamento, acesso e utilização do Sisbacen — Sistema de Informações do Banco Central (DOU: 5-9-1996).

Instrução Normativa nº 1, de 5-9-1996, da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, do Ministério da Ciência e da Tecnologia — CTNBio: Divulga normas relativas à emissão de certificado de qualidade em biossegurança e à instalação e ao funcionamento das comissões internas de biossegurança (DOU: 6-9-1996).

Portaria nº 537, de 5-9-1996, do Ministério da Agricultura e do Abastecimento: Aprova o regulamento geral do concurso Produtividade e Qualidade da Agricultura, a ser realizado em parceria com os governos estaduais e a iniciativa privada (DOU: 10-9-1996).

Portaria nº 199, de 6-9-1996, do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo: Dá nova redação ao art. 4º da Portaria nº 304, de 2-8-1995, que estabelece normas para prestação de assistência social aos trabalhadores da agroindústria canavieira (DOU: 11-9-1996).

Resolução nº 2.313, de 11-9-1996, do Banco Central do Brasil: Dispõe sobre concessão de Empréstimo do Governo Federal Sem Opção de Venda (EGF/sov) para produtos das safras 1995/96 e 1996/97 (DOU: 12-9-1996).

Art. 1º Admitir a concessão de Empréstimos do Governo Federal Sem Opção de Venda (EGF/sov), ao amparo de recursos controlados do crédito rural, para algodão, alho, amendoim, arroz, canola, castanha de caju, cera de carnaúba, cevada cervejeira, feijão, girassol, juta/malva, mamona, mandioca, milho, sementes, sisal, soja, sorgo, trigo, triticale e uva das safras de inverno e do Norte/Nordeste 1995/96 e 1996 e de verão e produtos regionais 1996/97.

Art. 2º Os créditos de que trata o artigo anterior ficam sujeitos aos seguintes limites por beneficiário/safra, segundo a respectiva categoria e o produto:

I — empréstimos destinados a produtores rurais, contemplados ou não com crédito de custeio agrícola:

a) alho, amendoim, canola, castanha de caju, cera de carnaúba, cevada cervejeira, girassol, juta/malva, mamona, sisal, soja, sorgo e triticale: até R$30.000,00 (trinta mil reais);

b) arroz, feijão, mandioca, milho e trigo: até R$150.000,00 (cento e cinqüenta mil reais);

c) algodão: até R$300.000,00 (trezentos mil reais);

d) derivados de uva, mediante apresentação de contrato com cooperativa ou indústria para processamento da produção de uva e armazenamento dos derivados que são objeto do EGF/sov: até R$30.000,00 (trinta mil reais);

II — empréstimos destinados a produtores de sementes: até o limite de 80% (oitenta por cento) da quantidade identificada no atestado de garantia ou certificado de semente, ficando o agente financeiro autorizado a realizar a antecipação do empréstimo, de acordo com a súmula técnica;

III — empréstimos destinados a cooperativas de produtores rurais para repasse a cooperados: observar, nos repasses, os limites estabelecidos no inciso I;

IV — empréstimos destinados a beneficiadores, indústrias e cooperativas de produtores que beneficiem ou industrializem o produto:

a) algodão, alho, amendoim, castanha de caju, cera de carnaúba, farinha de mandioca, fécula de mandioca, girassol, juta/malva, mamona e sisal: até o limite de 50% (cinqüenta por cento) da capacidade de industrialização/transformação durante o período operacional (desde a contratação até o vencimento do EGF/sov), mediante comprovação da aquisição da matéria-prima diretamente de produtores por preço não inferior ao mínimo divulgado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab);

b) uva: limite a critério das partes contratantes, mediante comprovação da aquisição da uva diretamente de produtores, por preço não inferior ao mínimo divulgado pela Conab;

c) trigo: até o limite de 50% (cinqüenta por cento) da capacidade de industrialização/transformação durante o período operacional (desde a contratação até o vencimento do EGF/sov), mediante comprovação da aquisição da matéria-prima diretamente de produtores por preço não inferior ao mínimo divulgado pela Conab.

§1º Na aplicação dos limites de crédito definidos no inciso I deste artigo, devem ser observados os seguintes critérios:

I — os limites estabelecidos nas alíneas "a", "b", "c" e "d" não são cumulativos e devem ser considerados em relação a todo o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR);

II — na utilização parcial do limite previsto na alínea "c", o tomador poderá beneficiar-se de empréstimo de que trata a alínea "b" deduzindo-se a metade dos valores dos créditos concedidos para EGF/sov de algodão;

III — deve-se considerar como limite o montante do saldo devedor do financiamento de custeio agrícola concedido originariamente com recursos controlados, caso este seja superior ao respectivo limite dentre os estabelecidos nas alíneas "a", "b", "c" e "d".

§2º Admite-se a concessão de EGF/sov a cooperativa de produtores rurais para repasse mediante emissão de cédula totalizadora (cédula-mãe), com base em relação indicando os nomes dos cooperados beneficiários e respectivos números de CPF, desde que a instituição financeira adote adicionalmente os seguintes procedimentos:

I — exija da cooperativa cópia de recibos emitidos pelo cooperado comprovando os respectivos repasses;

II — efetue normalmente os registros no sistema Registro Comum de Operações Rurais (Recor) de cada operação de repasse realizada com os cooperados citados na relação.

Art. 3º É admitida a formalização de EGF/sov ao amparo de recursos não controlados do crédito rural em montante ou limite livremente ajustado entre financiado e financiador.

Art. 4º Os créditos de que tratam os artigos anteriores ficam sujeitos aos seguintes prazos/vencimentos, segundo o produto e a respectiva área de abrangência.

Parágrafo único. Podem ser estabelecidas amortizações intermediárias, a critério da instituição financeira, sem prejuízo do esquema de reembolso fixado para EGF de uva e do alongamento de prazo previsto para sementes.

Art. 5º Fica autorizada a contratação até 31-12-1996 de EGF/sov de algodão e mandioca da safra 1995/96 e de feijão, milho e sorgo da safra 1996, nos estados das regiões Norte e Nordeste.

Art. 6º Os produtos vinculados a EGF/sov podem ser substituídos por títulos representativos da venda desses bens, com prazo máximo compatível com o do empréstimo.

Art. 7º A liquidação dos financiamentos de custeio agrícola com cláusula de equivalência em produto e das operações renegociadas com base no art. 5º da Resolução nº 2.164, de 19-6-1995, será feita através de realização de Aquisição do Governo Federal (AGF), devendo ser procedidos os ajustes nas

quantidades equivalentes, levando-se em conta as seguintes despesas:

I — classificação oficial obrigatória do produto;

II — embalagem, conforme as tabelas dos valores da sacaria, estipuladas pela Conab;

III — seguro obrigatório do penhor rural; e

IV — armazenagem e sobretaxa do período compreendido entre a quinzena de efetiva entrega do comprovante de depósito à instituição financeira e a realização da AGF.

Art. 8º Fica autorizado o lançamento de contratos de opção de venda para a sustentação dos preços do trigo da safra 1996, observadas as características e condições divulgadas pela Resolução nº 2.260, de 21-3-1996.

Art. 9º Fica a Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, em conjunto com a Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, autorizada a adotar as medidas julgadas necessárias à execução do disposto nesta Resolução.

Portaria nº 117, de 11-9-1996, do Ministério da Agricultura e do Abastecimento: Prorroga até 31-10-1996 o ingresso nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina de suínos terminados para abate imediato, provenientes do estado do Paraná (DOU: 12-9-1996).

Lei complementar nº 87, de 13-9-1996: Dispõe sobre o imposto dos estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (DOU: 16-9-1996).

Portaria nº 214, de 13-9-1996, do Ministério da Fazenda: Autoriza o pagamento de equalização de encargos financeiros sobre os saldos médios mensais dos financiamentos rurais concedidos pelo Banco do Brasil S.A. com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador — FAT e do Fundo de Aplicações Extramercado — FAE (DOU: 16-9-1996).

Art. 2º Para os fins de que trata esta Portaria serão considerados:

I — os financiamentos no âmbito do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar — Pronaf, à taxa efetiva de juros de nove por cento ao ano, até a data do seu vencimento, destinados a:

a) custeio agrícola da safra 1996/97;

b) custeio pecuário, contratados a partir de 1º de agosto de 1996 e com vencimento fixado para até 30 de junho de 1997;

II — os financiamentos de custeio pecuário contratados a partir de 1º de agosto de 1996 e com vencimento fixado para até 30 de junho de 1997 e os empréstimos de custeio agrícola e de comercialização (EGF) da safra 1996/97, contratados a partir de 1º de agosto de 1996 e até 30 de junho de 1997, à taxa efetiva de juros de doze por cento ao ano, até o seu vencimento, desde que não-cumulativos e destinados a:

a) produtor rural, diretamente ou através de suas cooperativas, em financiamento no valor de até R$30.000,00 (trinta mil reais), inclusive;

b) custeio agrícola e EGF/sov de arroz, feijão, mandioca, milho e trigo, no valor de até R$150.000,00 (cento e cinqüenta mil reais), por finalidade e por produtor, diretamente ou através de suas cooperativas;

c) custeio agrícola e EGF/sov, de algodão, no valor de até R$300.000,00 (trezentos mil reais), por finalidade e por produtor, diretamente ou através de suas cooperativas;

d) custeio e comercialização de pescado, no valor de até R$30.000,00 (trinta mil reais), por finalidade e por produtor, admitindo-se, nos casos de créditos de comercialização a empresas de conservação, beneficiamento, transformação ou industrialização de pescado, elevação do limite para o equivalente aos saldos devedores dos financiamentos de custeio de responsabilidade dos mutuários cuja produção seja entregue à empresa beneficiária;

e) aquisição de insumos para fornecimento a cooperados, respeitados o limite médio de R$15.000,00 (quinze mil reais) por associado ativo e o teto de R$30.000,00 (trinta mil reais) por beneficiário, independentemente de sua classificação;

f) adiantamentos a produtores e a suas cooperativas, a título de pré-custeio — dentro dos limites estabelecidos para o custeio —, que deverão, no prazo de noventa dias, ser convertidos em custeio ou aquisição de insumos para fornecimento a cooperados, obedecidas as condições aplicáveis a esses créditos;

g) comercialização (EGF) de sementes de produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos — PGPM, que se destinarem ao plantio da safra 1996/97.

Art. 3º O valor das equalizações ficará limitado ao diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos, acrescido dos custos administrativos e tributários e os encargos cobrados do tomador final do crédito.

MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO

Oferta de alimentos se reduz

A publicação World Agriculture Production, *editada pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos da América, divulgou em seu número de agosto último quadros estatísticos e mapas referentes às produções das principais oleaginosas e cereais.*

Os mapas contrapostos a curvas de produção apresentam resultados interessantes, que reproduzimos abaixo. Pode-se observar, por exemplo, que, no caso do trigo, tanto as importações quanto as exportações mundiais voltaram a subir nas duas últimas safras, mas a posição dos EUA, o principal participante do lado da oferta, praticamente não se altera, o que enfatiza as opiniões cautelosas já emitidas em *Agroanalysis* pelo prof. Edward Schuh, em entrevista, e em artigos recentemente publicados na revista sobre a posição crítica dos estoques mundiais (como o do Worldwatch Institute, no número de agosto último).

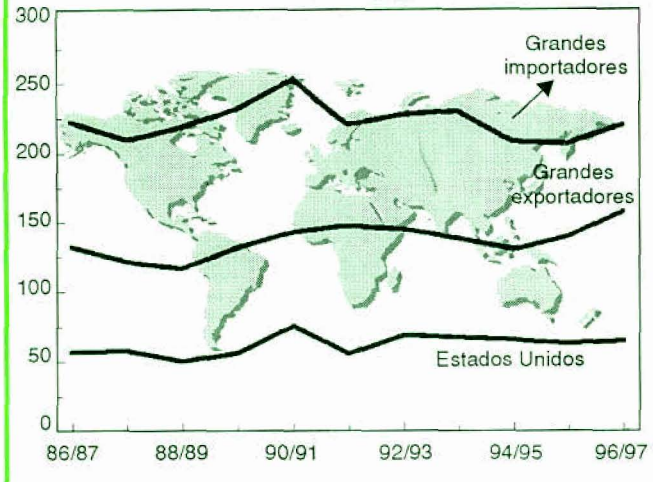
No mapa referente à produção mundial de grãos, também observa-se que, conforme detectou o Worldwatch Institute, a safra de trigo começou a decair no início dos anos 90 e o arroz diminuiu seu ritmo de expansão, enquanto o milho apresentou evolução errática. A cevada igualmente declina e a aveia, malgrado sua recente valorização nas dietas *saudáveis*, permanece em sua prolongada estagnação.

Observe-se que, embora países destacados no comércio internacional de cereais, como o Canadá, a Argentina e a Austrália, estejam expandindo sobremaneira suas produções (ver na presente edição o texto sobre os cereais de inverno, na seção Conjuntura do Agribusiness), os estoques globais continuam baixos.

Em essência, persiste a discussão quanto à duração do período de cotações firmes na Bolsa de Chicago, que se alicerça em outra discussão, mais séria, quanto à real capacidade de resposta da agricultura a preços mais elevados.

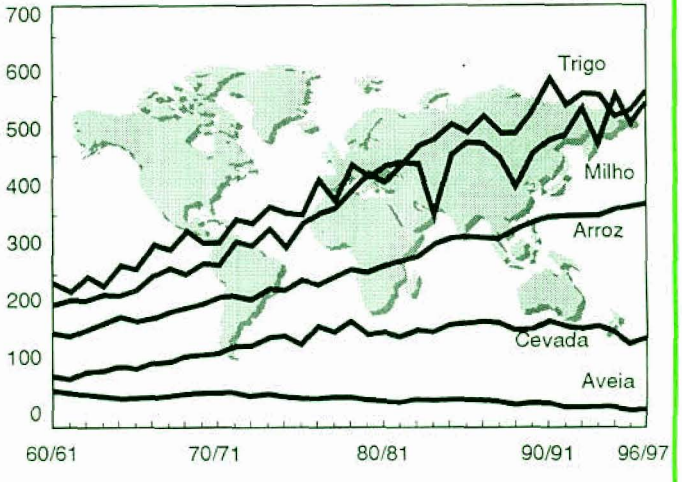
Produção de trigo — 1986/87 a 1996/97

Em milhões de t



Produção dos principais cereais — 1960/61 a 1996/97

Em milhões de t



Fonte: USDA.

FERNANDO ROBERTO DE FREITAS ALMEIDA

Mercado externo

As previsões do mercado foram realizadas no dia 24 de setembro e refletem as expectativas dos analistas em relação aos preços de outubro de 1996.

Preços / Produtos	Média dos 1os futuros				Futuros											Tendência	Fatores ponderáveis
	Setembro 1995	Agosto 1996	1 a 20 setembro 1996	16 a 20 setembro 1996	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	
Açúcar raw US¢/lb-peso	11,03	11,70	11,75	11,40		11,75					11,54		11,35		10,89		As cotações apresentam alguma estabilidade, mas a grande safra brasileira exercerá alguma influência de baixa.
Algodão 1-1/16" US¢/lb-peso	88,93	73,31	73,99	73,82		73,99		75,06			76,21		76,96		77,52		O mercado reagiu frente às notícias de quebra de 600 mil fardos, na safra americana, que começa em outubro próximo. Na realidade, o mercado de NY, que deveria refletir mais os acontecimentos mundiais, é muito influenciado pelo panorama interno norte-americano.
Cacau Bahia US$/ tonelada	1.295,74	1.355,23	1.357,00	1.363,00				1.357,00			1.389,00		1.409,00		1.424,00		As cotações devem permanecer em alta em outubro em função da expectativa de déficit no suprimento mundial na temporada 1996/97. A significativa retração das colheitas na África Ocidental e no Brasil fundamenta esse déficit.
Café contrato com Nova York US¢/lb-peso	127,70	120,78	109,65	108,94				109,65			104,95		104,20		103,89		Entrada da safra da Colômbia enfraquece cotações; Brasil colhe safra relativamente grande e de excelente qualidade. Esses fatores devem suplantar a potencial pressão altista advinda da queda dos estoques internacionais.

Fonte dos dados brutos: bolsas de Nova York e Chicago.

Mercado externo

Preços / Produtos	Média dos 1os futuros				Futuros												Tendência	Fatores ponderáveis
	Setembro 1995	Agosto 1996	1 a 20 setembro 1996	16 a 20 setembro 1996	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A		
Milho two yellow US¢/ bushel	303,45	364,36	337,59	346,55				337,59			331,63		338,36		340,59		↘	A não ser que ocorra uma queda súbita e antecipada da temperatura no *corn-belt* norte-americano, o tom deste mercado deverá ser ditado pela mais recente previsão do USDA de que os estoques finais norte-americanos em 1996/97 deverão ser 63% superiores aos de 1995/96.
Soja-grão one yellow US¢/ bushel	639,04	787,10	822,40	821,00	822,40		798,32		805,75		810,54		809,93		810,43		↘	Os estoques cairão a 31 milhões de toneladas em março de 1997, abaixo dos 37 milhões de toneladas de 1995, mas, no momento, o mercado vem sendo influenciado pelo aumento de 8% na produção, a partir das safras brasileira, chinesa e norte-americana.
Soja-farelo US$/ tonelada	191,35	251,06	270,43	271,58	270,43	260,09		255,98	254,46		252,81		249,51		250,00		↘	Maior disponibilidade no mercado internacional.
Suco de laranja US¢/lb-peso	111,85	117,21	111,31	106,33	111,31		106,39		107,32		109,18		111,01		112,54		↘	O mercado encontra-se à espera do relatório do USDA, que deverá informar aumento na produção de laranjas da Flórida para 215 milhões de caixas.
Trigo soft red U$¢/ bushel	479,70	454,66	440,44	425,19	440,44			435,07			429,13		413,16		387,13		↘	Segundo o USDA a safra dos EUA será 5% menor, mas o aumento conjunto das safras da Argentina, Austrália, Canadá e União Européia, de 12%, ultrapassa a redução norte-americana.

Mercado interno

As previsões de mercado foram realizadas no dia 24 de setembro e refletem as expectativas dos analistas em relação aos preços de outubro de 1996. Os preços estão em valores reais, corrigidos pelo IGP-DI para agosto de 1996. Os preços de setembro de 1996 são nominais.

Produtos / Preços	Setembro 1995	Agosto 1996	1 a 20 setembro 1996	16 a 20 setembro 1996	Tendência	Fatores ponderáveis
Algodão tipo 6 – sul do Brasil – R$/15kg disponível	25,92	26,05	26,87	27,22	↗	O mercado está bastante firme e a perspectiva dos corretores é de que os preços se mantenham em alta pelo menos até janeiro. Os estoques internos estão muito baixos, a safra brasileira já foi toda comercializada e a previsão é de que a próxima safra ocupe a menor área plantada de todos os tempos.
Arroz agulhinha R$/sc. 60kg	30,74	34,00	34,00	34,00	→	As altas do produto em casca estão maiores que as do produto beneficiado. Isto pode ser explicado pela existência de estoques no atacado e no varejo, inclusive com produto do Mercosul. As grandes indústrias do Rio Grande do Sul e Santa Catarina estão bem abastecidas.
Boi gordo R$/arroba	26,32	24,00	24,13	24,00	→	A oferta de bovinos em setembro é maior do que a média em igual período de anos anteriores. As recentes chuvas em todo o país propiciaram a recuperação das pastagens, abreviando a entressafra. Alguns pecuaristas, em razão dos altos custos de produção, ofertam gado confinado antes da época ideal para o abate.
Café tipo 6 R$/sc. 60kg	155,16	117,53	124,45	122,96	→	A menos que os leilões dos estoques oficiais passem a mobilizar quantidades mais expressivas, a disponibilidade interna de café será insuficiente, levando indústriais e exportadores a disputar a matéria-prima.

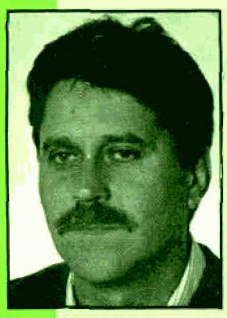
Fontes dos dados brutos: algodão e café — BM&F; arroz, feijão, milho e soja — Bolsa de Cereais de São Paulo; boi gordo — IEA-SP; e frango vivo — APA-SP.
Nota: Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP.

Mercado interno

Produtos / Preços	Setembro 1995	Agosto 1996	1 a 20 setembro 1996	16 a 20 setembro 1996	Tendência	Fatores ponderáveis
Feijão carioquinha especial R$/sc. 60kg	32,90	46,00	53,63	55,70	→	É provável que o mercado permaneça em alta até a entrada da safra das águas 1996/97, em novembro/dezembro próximos. Neste momento, a oferta é oriunda das lavouras irrigadas, cujo alto padrão de qualidade e melhor distribuição no mercado permitem boa sustentação às cotações.
Frango vivo R$/kg	0,68	0,68	0,69	0,72	↗	A aproximação da época de aumento sazonal da demanda e o crescimento das cotações do milho, aliados à oferta contida das aves, deverão forçar para cima o preço do frango.
Milho amarelo semiduro R$/60kg	7,96	9,59	9,38	9,37	↗	O esgotamento paulatino do produto da safrinha, aliado ao início da liberação dos recursos do crédito rural e à previsível maior demanda sazonal por parte dos criatórios de aves e de suínos, sugere aumento das cotações do milho até o final do ano.
Soja-grão industrial R$/60kg	13,32	14,78	18,04	18,60	↗	Escassa disponibilidade no mercado interno.

Organização:
ELIANA CONDE B. VIGLIO

Milho irrigado — opção de verão para as várzeas gaúchas



JOSÉ MARIA BARBAT PARFITT

O rendimento médio do milho no Rio Grande do Sul caiu de 3.121kg/ha em 1994/95 para 1.989kg/ha em 1995/96, devido à seca. Conseqüentemente, prevê-se que será necessário importar cerca de 2,6 milhões de toneladas do produto, para atender a demanda do estado, principalmente para os setores de avicultura, suinocultura e produção de leite. O cultivo do milho nas várzeas sul-rio-grandenses, no entanto, tem apresentado grande potencial de produção e poderá, num futuro próximo, atingir a auto-suficiência no estado.

A área cultivada com arroz irrigado, também no Rio Grande do Sul, apresentou na última safra um declínio de, aproximadamente, 20% (de 960 mil hectares na safra 1994/95 para 782 mil em 1995/96); as previsões para a próxima safra são de queda ainda maior. As causas principais são de ordem econômica: elevação dos custos de produção e baixos preços. Dentre os entraves técnicos, a presença generalizada do arroz daninho (arroz vermelho, *Oryza sativa L.*) tem determinado a redução do arroz irrigado e depreciado a qualidade do produto final.

Entre as soluções possíveis, a diversificação de culturas nas várzeas associada ao emprego de herbicidas eficientes tem mostrado bons resultados no controle do arroz vermelho. Com esse objetivo, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), através do Centro de Clima Temperado (CPACT), vem trabalhando com alternativas ao arroz irrigado, pesquisando o manejo das culturas e testando o desenvolvimento de cultivares. O milho é uma das principais opções como cultura alternativa para as terras baixas. Levantamentos de lavoura realizados na granja Bretanhas, em Jaguarão, RS, mostraram que o cultivo do milho, por três anos, em área altamente infestada com arroz daninho, provocou um acréscimo de 22% na produtividade do arroz irrigado subseqüente.

No entanto, a cultura do milho em solos hidromórficos apresenta problemas relacionados com estresses hídricos, tanto por deficiência como por excesso. O excesso hídrico está associado à má drenagem natural dos solos, principalmente no caso de solos rasos, assentados sobre uma camada impermeável e/ou com relevo predominantemente plano. Por outro lado, a cultura é sensível ao encharcamento por períodos prolongados, o que faz com que os cuidados com a drenagem sejam de fundamental importância na condução da lavoura. Recomenda-se o aplainamento do solo, o valeteamento (pequenos drenos feitos com valetadeira rotativa) e ainda o esgotamento, com pá, de possíveis áreas alagadas após as primeiras chuvas e/ou irrigação. A deficiência hídrica, que normalmente ocorre no verão, pode ser evitada com o uso da irrigação. O método que tem sido utilizado pela pesquisa e que está em fase de validação junto a produtores de ponta é o de inundação intermitente (banhos). Semelhante ao utilizado na cultura do arroz, dispensa investimentos, pois já existe infra-estrutura instalada para a lavoura orizícola.

Tendo em vista um período de chuvas freqüentes e a deficiente drenagem dos solos de várzea, é importante que a semeadura do milho não seja realizada antes da segunda quinzena de outubro. A partir dessa época, a evaporação é maior e contribui para o arejamento do solo. Para os produtores do sul do estado que não usam irrigação, recomenda-se a semeadura no mês de dezembro, de modo que os períodos mais críticos da cultura do milho, no que se refere à necessidade de água, como o da floração, não coincidam com o período de maior probabilidade de estiagem.

O sistema de plantio direto e/ou cultivo mínimo tem sido utilizado por alguns produtores e representa um avanço tecnológico importante. Nesse sistema, a lavoura subseqüente de arroz é implantada diretamente na resteva do milho, diminuindo custos e controlando bem o arroz daninho. Quanto à avaliação da adaptação de cultivares comerciais, oriundos de empresas públicas e privadas, já é possível identificar os de maior produtividade e indicá-los anualmente aos produtores interessados. Em trabalho conjunto com a área privada, acompanhando o desempenho de diferentes híbridos junto a lavouras de milho em várzeas, observou-se rendimento médio de grãos em torno de 80% do potencial máximo da maioria dos cultivares disponíveis no mercado de sementes.

Em lavouras experimentais na Embrapa-CPACT, adequadamente drenadas e irrigadas por inundação intermitente, utilizando-se cultivares recomendados, os rendimentos obtidos do milho têm variado de 4,5 a 8,5t/ha, dependendo das condições ambientais durante o ano. Os produtores podem alcançar tais níveis de produtividade, desde que adotem as tecnologias disponíveis.

Engenheiro agrícola e mestre em irrigação e drenagem pelo IPH. Membro da equipe de pesquisadores de milho em várzeas do CPACT, da Embrapa.

A Cargill acredita que o Brasil seja o país do futuro



Mais importante do que crer numa promessa de futuro é encontrar no presente formas criativas para processar e movimentar a produção agropecuária brasileira com eficiência, qualidade e economia. Este é o compromisso da Cargill com o setor agroindustrial e, agindo assim, tornou-se global e diversificada: processa e comercializa soja, milho, cacau e laranja, originando produtos com qualidade reconhecida nos mercados interno e externo, desenvolve avançadas pesquisas genéticas para a produção e comercialização de sementes híbridas de milho, formula rações balanceadas para animais domésticos e de produção, comercializa *blends* de café de alta qualidade para clientes espalhados por todo o mundo, armazena e transporta parcelas expressivas das safras brasileiras e fabrica fertilizantes líquidos, entre outras atividades.

Além destas conquistas, a Cargill mantém a Fundação Cargill, visando promover o desenvolvimento e a difusão de tecnologia agropecuária. Neste sentido, a Fundação Cargill financia projetos de pesquisa, publica obras técnico-científicas que atingem um público estimado em 4 milhões e 500 mil leitores e participa intensamente na realização de congressos, simpósios e seminários relacionados ao agribusiness, para melhorar a produtividade das culturas de grande importância econômica para o setor.

Dia após dia, a Cargill e a Fundação Cargill reafirmam seu compromisso com o desenvolvimento da agroindústria do País, pois acreditam que para o Brasil ser grande amanhã, precisa pensar grande hoje.

CARGILL

Qualidade é o nosso compromisso

Um automóvel, relógio e máquina fotográfica podem ser "mundiais". Um ser vivo, uma semente, não.

Hoje em dia, o agricultor precisa de uma tecnologia genética que lhe assegure melhor gestão dos riscos ambientais e dos fatores controláveis da agricultura moderna, no ambiente de sua propriedade.

A melhor lucratividade está na genética mais adaptada às condições específicas de um país, na genética com maior potencial de segurança e alto desempenho no campo. Você sabe que isto é essencial para o seu sucesso.

Agroceres é uma empresa brasileira. Sua matriz de tecnologia genética é pesquisada aqui no Brasil. Desenvolve híbridos competitivos para cada região do país. Produz as melhores sementes e lidera o mercado de milho híbrido ao longo de toda sua história.

Esta tradição nasce do seu compromisso total com o sucesso do agricultor que planta em solo brasileiro. Por isso Agroceres é líder há 51 anos. Por isso é a maior empresa de sementes do Brasil.

A MAIOR EMPRESA DE SEMENTES DO BRASIL

- O MAIOR ELENCO DE HÍBRIDOS À DISPOSIÇÃO DO AGRICULTOR
- 13 UNIDADES E PÓLOS DE PESQUISA GENÉTICA
- CERCA DE 13.000 HÍBRIDOS TESTADOS A CADA ANO
- MAIS DE 100 DIFERENTES AMBIENTES DE EXPERIMENTAÇÃO
- O MAIOR PROGRAMA DE MELHORAMENTO GENÉTICO PARA SANIDADE, EM AMBIENTE BRASILEIRO

agroceres®

O SEU MAIOR VALOR